



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

JOSÉ CARLOS SALES DOS SANTOS

**INFORMAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM
REDE: UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA ELETRÔNICA NOS
WEBSITES DOS DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA**

Salvador
2011

JOSÉ CARLOS SALES DOS SANTOS

**INFORMAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM
REDE: UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA ELETRÔNICA NOS
WEBSITES DOS DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de Pesquisa: Políticas, Tecnologias e Usos da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Salvador
2011

S237i Santos, José Carlos Sales dos
Informação pública e participação política em rede: uma análise da
governança eletrônica nos *websites* dos deputados do Estado da
Bahia./ José Carlos Sales dos Santos. Salvador, 2011

194 f. : II

Orientador Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Ciência da Informação, 2011.

1. Informação Pública. 2. Tecnologias da Informação – Internet. 3.
Participação Política em Rede. 4. *Websites* dos Deputados da Assembléia
Legislativa da Bahia – ALBA I. Universidade Federal da Bahia. II. Silva,
Rubens Ribeiro Gonçalves da. III. Título

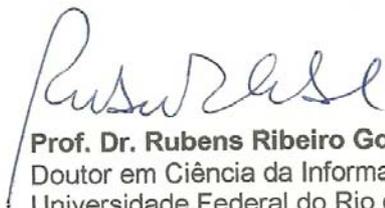
CDD 352

JOSÉ CARLOS SALES DOS SANTOS

**INFORMAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM
REDE: UMA ANÁLISE DA GOVERNANÇA ELETRÔNICA NOS
WEBSITES DOS DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA), como requisito parcial à obtenção do grau de **Mestre em Ciência da Informação**.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva – Orientador
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT



Prof. Dr. Gilberto Wildberger de Almeida
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Profª Drª Nanci Elizabeth Oddone
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

*A exata referência de família:
Antonia Sales e José Alves – queridos pais.
Aurea Sales e Claudia Sales – irmãs
Mateus Sales e Rosa – primo e tia*

AGRADECIMENTOS

Sempre refleti, com relativa estranheza, o espaço destinado aos agradecimentos nas dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduações. Agradecimento... Agradecimento... Compreendo a vida como um imenso agradecimento à existência de Deus! O milagre diário, a passagem da noite, a chuva escondida na madrugada, as manhãs vaporosas, as famílias, os amigos que incrustam as nossas almas de experiências, os amores passados, presentes e futuros – inestimáveis agradecimentos à presença de Deus. Elaborar esta dissertação no decorrer destes dias, semanas e meses (exatos 26 meses) – incluindo os sábados, domingos, feriados e as madrugadas – contribuiu, efetivamente, para ampliar a extensão da concepção que possuo acerca da palavra *agradecimento*. Insuficiente reservar um espaço nesta dissertação destinado aos ‘agradecimentos’ direcionados às pessoas e coisas que influíram (e que continuam influenciando) na composição da minha formação humanística. Assim como ninguém erra sozinho, ninguém triunfa sozinho. Esta vida, que agora escreve, estende os sinceros reconhecimentos:

→ Agradeço imensamente aos meus amados pais, Antonia Sales e José Alves, pela presença constante no decorrer da minha vida; vida de constantes reinvenções e paixões alargadas. Sempre reconheci, mainha e painho, os esforços empreendidos e canalizados para a educação dos filhos. Amor incondicional dos pais, também chamado Deus!;

→ Às minhas irmãs, Claudia Sales e Aurea Sales, almas companheiras, cuidadosas e significativas no desenvolvimento da minha consciência humana. Como sabiamente versou Carlos Drummond de Andrade – ‘A família que me dei’;

→ Ao primo e tia-mãe, Mateus Sales e Rosa, pelos constantes incentivos e carinhos emanados nas passagens mais decisivas da minha jornada. Privilégio único! Obrigado!;

→ Aos compadres, Alan Pimentel (amigo-irmão e irmão-amigo) e Janaína Pimentel (amizade maravilhosa). O tempo consolidou a nossa amizade e o apreço recíproco, conservando as crianças que ainda brincam sofregamente, com tiradas engraçadíssimas, e aos sábados banguem nos ensaios da nossa banda de *rock*. Amigo, *Open the gate Yeah!!*;

→ Aos compadres, José Antônio Sampaio (Jejão) e Solange Matta Pires (Sol), companheiros presentes e íntegros que correspondem à sutil diferença das novas amizades. Obrigado!

→ Aos compadres, Carlos André Sales (primo Dedeu) e Karina Moura, e ao afilhado Carlos Eduardo (Dudu) e à afilhada-postiça, Maria Eduarda (Duda), pela alegria constante nos dias que compõe a minha vida;

→ Ao orientador desta dissertação, professor Dr. Rubens Ribeiro, por acreditar na exequibilidade desta pesquisa, pela confiança incondicional no orientando e pelo interesse honesto na consolidação da minha trajetória acadêmica. As orientações, professor, constituíram degraus seguros a caminho do conhecimento. Obrigado, Rubens!;

→ À docente Nanci Oddone, exemplo de lucidez, coerência e companheirismo. Conversas que transcendem os contornos da instituição de ensino. Amizade sincera e essencial;

→ Às docentes Henriette Gomes e Aida Varela, pessoas espetaculares que incentivam os discentes a desenvolverem o ‘olhar o outro’, com respeito e ética;

→ À Barbara Coelho (Babi). Parece que começamos ontem! Perdidos e loucos para produzir artigos e participar de grupos de pesquisa. Nunca desistimos dos sonhos que habitavam as nossas mentes infatigáveis. Mas a força da nossa amizade construiu (e construirá, ah, e

como construirá!!) uma belíssima parceria acadêmica – e observe-nos agora, isenta da correria cotidiana: você doutoranda e eu concluindo o mestrado. Conforme prometido. Obrigado, amiga! Obrigado, obrigado e obrigado!

→ À Bruna, Zilé e, agora, o lindo menino Theo, importantes presentes do mestrado que transcenderam as paredes do ICI. Contarei para sempre com a amizade de vocês;

→ Ao Paulo César, colega de mestrado, com a presença marcante e eloquente nos desabafos, diversões e compartilhamentos;

→ Aos colegas do Sistema de Bibliotecas da UFBA, Graça Ribeiro (Gracinha), Leonor Halla, Maria Alice, Iole Terso e Ribeiro;

→ À equipe do Núcleo de Pós Graduação em Administração da UFBA, Dacy, Ernani, Geovana, Cristina, Arthur, Eliana, André e Anaélia – vocês também constituíram o cerne para o desenvolvimento desta pesquisa. Aos docentes Reginaldo Souza, José Célio, Rogério Quintella, Maria do Carmo, Elizabeth Matos, Gilberto Almeida e José Antonio Pinho;

→ À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, que acredita no desenvolvimento social a partir do fomento à pesquisa no Estado da Bahia. Obrigado por conceder uma bolsa de estudo durante os seis primeiros meses (2009.1) da dissertação;

→ À coordenação, gerência e assessoria da Ouvidoria do *website* da Assembléia Legislativa da Bahia, Edgar Crusoé, Ícaro Caires e Maria de Lourdes pelas informações concebidas nas entrevistas;

→ Aos amigos amados e amados amigos, e para sempre, Adriana Sena (Ulalá!), Carolina Cavalcante (Rolzita), Fábio Galeão (Galeon), Fábio Gomes, Ariston Mascarenhas (Tonzão), Miguel Márdero Arrelano, Samir Lion (Mon Ami), Verônica Lorenzo, Louise Oliveira, Maria Celeste, Heidi Apel, Íris Cristina (Trenna), José Peixoto e Marivaldina Bulcão;

→ Aos discentes Duílio Frederico Camardelli e Telma Factum por proporcionar momentos singulares durante a minha docência no curso de Especialização em Gestão Pública com Ênfase em Financiamento Externo (NPGA/UFBA).

*... e eu não sabia que minha história era mais
bonita que a de Robinson Crusoé.*
(Carlos Drummond de Andrade)

*Tudo que acontece no mundo, seja no meu país, na
minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo.
Então eu preciso participar das decisões que interferem
na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético
forte e consciência de cidadania não deixa passar nada,
não abre mão desse poder de participação.*
Sociólogo Herbert José de Souza – Betinho

The government, they don't, they don't speak for us.
No Surprises – Radiohead

RESUMO

A internet, associada às tecnologias da informação, interfere diretamente nos setores públicos e na sociedade civil, configurando-se em objeto de especulação no campo político. Com o potencial de interatividade e compartilhamento em rede, os governos procuram disponibilizar para os indivíduos condições diversas para o acesso às informações governamentais, visando a resolver o déficit de participação política dos indivíduos – importante iniciativa para a consolidação do processo democrático. A partir da centralidade das tecnologias da informação na esfera política, para a consecução de conteúdos informacionais e participação política em rede, a presente pesquisa investigou *como os websites dos deputados da Assembléia Legislativa da Bahia – ALBA condicionam a participação política, a partir de canais interativos, para a consecução de informação pública em rede*. Como objetivo principal, procurou analisar as condições de participação política nos sítios parlamentares; os objetivos secundários corresponderam às atividades de perfilar os *websites* dos deputados registrados no sítio institucional da ALBA; identificar os instrumentos com potenciais interativos destes *websites* e descrever as simulações direcionadas aos dispositivos de interatividade identificados nestes sítios para a consecução de conteúdos informacionais públicos. A seção destinada ao referencial teórico, contudo, procurou os subsídios essenciais para responder à pergunta de partida e alicerçar a malha argumentativa do pesquisador, e na seção dos procedimentos metodológicos delineou-se o escopo da pesquisa. O método de abordagem constituiu a dialética (materialismo histórico) de Marx e Engels, e o método de procedimento assentou no *monográfico* (estudo de caso). Como pesquisa descritiva, o investigador procurou descrever as características dos *websites* dos deputados (população ou fenômeno), incluindo na seção metodológica as técnicas e instrumentos de coleta de dados (observação, entrevistas e formulário de pesquisa). As seções subseqüentes conferiram à apresentação e à análise dos dados coletados para, na conclusão, apresentar as considerações derradeiras da investigação. A conclusão evidenciou que a disponibilidade de dispositivos dos *websites* orientados à interatividade entre agentes governamentais e os cidadãos não afiança que as demandas sejam respondidas e as sugestões efetivem a plataforma política dos deputados. A pesquisa confirmou que estes sítios, e como consequência, os deputados e as Assessorias, não apresentaram indícios administrativos e estruturais dos Gabinetes para responder às demandas ou sugestões dos cidadãos.

Palavras-chave: Informação Pública. Tecnologias da Informação – Internet. Participação Política em Rede. *Websites* dos Deputados da Assembléia Legislativa da Bahia – ALBA.

ABSTRACT

The Internet, together with information technology, has interfered in the public sector and civil society, becoming an object of speculation in the political field. With the potential of interactivity and network sharing, governments seek to provide individuals with different media to have access to government information in order to solve the deficit of political participation of individuals - an important initiative to consolidate the democratic process. Based on the central role of information technology in the political arena to achieve informational content and political participation in the network, this research investigated how the websites of the Members of the Legislative Assembly of Bahia - ALBA affect political participation, using interactive channels for the achievement of public information network. As its main goal was to analyze the conditions for political participation in parliamentary sites, the secondary objectives of profiling activities corresponded to the websites of members registered at the corporate website of ALBA; identify potential instruments with these websites and interactive simulations aimed to describe the devices identified in these interactive sites for the achievement of public informational content. The section devoted to the theoretical framework, however, sought grants essential to answer the question of departure and the base mesh argumentative research, and methodological procedures in the section was outlined the scope of the search. The method of approach was the dialectical (historical materialism) of Marx and Engels, and the method of procedure was based on the monograph (case study). As descriptive research, the researcher sought to describe the characteristics of the websites of Members (population or phenomenon), including the methodological section the techniques and instruments for data collection (observation, interviews and search form). The subsequent sections gave the presentation and analysis of data collected for, on completion, provide the ultimate research considerations. The conclusion showed that the availability of device-oriented websites interactivity between government officials and citizens do not represent that the demands are answered and suggestions effect the political platform of Members. The research confirmed that these sites, and as a result, Members and Counseling, presented no evidence of structural and administrative offices to meet the demands or suggestions from citizens.

Keywords: Public Information. Information Technology - Internet. Political Participation Network. Websites for Members of the Legislative Assembly of Bahia - ALBA.

LISTA DE FIGURA

Figura 1	Modelo de Referência de Governo Eletrônico	45
Figura 2	Organograma da Assembléia Legislativa do Estado Da Bahia	74
Figura 3	Página Principal do <i>Website</i> da Assembléia Legislativa da Bahia	81
Figura 4	Proposta de Levantamento Referencial	90

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Incisos do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil (1988) sobre o acesso à informação	53
Quadro 2	Etapas de pesquisa	93
Quadro 3	<i>Websites</i> e <i>blogs</i> de deputados registrados no sítio da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia	106
Quadro 4	Informações analisadas nos <i>websites</i> dos deputados da ALBA	115
Quadro 5	Análise progressiva dos <i>twitters</i> dos deputados da ALBA	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Bloco centrado na consecução de informações nos <i>websites</i>	120
Tabela 2	Bloco centrado na consecução de informações sob demanda	122
Tabela 3	Bloco centrado nas possibilidades de comunicação entre cidadão e deputado	124
Tabela 4	Bloco centrado nos canais de comunicação adicionais e no <i>accountability</i>	128
Tabela 5	Percentagens individualizadas alcançadas pelos <i>websites</i> dos deputados	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Representação Gráfica do Percentual agregado por categoria (respostas)	129
------------------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEPOL	Associação Geral dos Policiais
ALBA	Assembléia Legislativa do Estado da Bahia
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CALL CENTER	Centro de Contato
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
DEM	Partido Democrata
DGE	Departamento de Governo Eletrônico
DUDH	Declaração Universal de Direito Humano
E-GOV	Governo Eletrônico
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
E-PING	Padrões de Interoperabilidade em Governo Eletrônico
G2B	<i>Government to Business = Governo-Empresas</i>
G2C	Government to Citizen = Governo-Cidadão
G2E	Government to Employees = Governo-Servidor Público
G2G	Government to Government = Governo-Governo
HTML	Hyper Text Markup Language
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IMC	Interação Mediada por Computador
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PID	Pontos de Inclusão Digital
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA	Propostas Orçamentárias Anual
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
PT	Partido dos Trabalhadores
RH	Recursos Humanos
RSS FEEDS	Rich Site Summary ou Really Simple Syndication.
SMS	Serviço de Mensagens Curtas
SQL	Structured Query Language, ou Linguagem de Consulta Estruturada
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TOPA	Todos pela Alfabetização
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	DEMOCRACIA, DIREITO À INFORMAÇÃO E INTERNET	24
2.1	O REGIME DEMOCRÁTICO NAS SOCIEDADES MODERNAS	25
2.2	POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL	32
2.2.1	Governo e Informação Pública	38
2.2.2	O Governo Eletrônico	43
2.3	O DIREITO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA	47
2.4	INTERNET, DEMOCRACIA DIGITAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	55
2.4.1	Participação Política em Rede	64
2.4.2	Interação Mediada por Computador	67
3	A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA – ALBA: ANÁLISE EMPÍRICA	71
3.1	ANÁLISE DO <i>WEBSITE</i> DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA	77
3.2	ANÁLISE DOS <i>WEBSITES</i> DE DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA	85
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	90
4.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA: MÉTODO DE ABORDAGEM, MÉTODO DE PROCEDIMENTO E NÍVEL DA PESQUISA	97
4.2	TÉCNICAS PARA A COLETA DE DADOS	101
4.2.1	Universo da Pesquisa	105
4.2.2	Instrumentos de Coleta de Dados	108
5	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	117
5.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS AGREGADOS	118
5.2	APRESENTAÇÃO DOS PERCENTUAIS INDIVIDUAIS DOS <i>WEBSITES</i>	130
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA	140
6.1	A GOVERNANÇA ELETRÔNICA NA ALBA	140
6.2	CONSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS <i>WEBSITES</i>	145
6.3	CONSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOB DEMANDA NOS <i>WEBSITES</i>	147
6.4	POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO ENTRE CIDADÃOS E DEPUTADOS	149
6.5	CANAIS DE COMUNICAÇÃO ADICIONAIS E <i>ACCOUNTABILITY</i>	152
7	CONCLUSÃO	154
	REFERÊNCIAS	160

OBRAS CONSULTADAS	168
APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DOS <i>WEBSITES</i> DOS DEPUTADOS DA ALBA	169
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR	180
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	181
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA (GERÊNCIA DO <i>SITE</i> DA ALBA)	184
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA (OUVIDORIA)	185
APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS	186
APÊNDICE G – LEVANTAMENTO DOS <i>WEBSITES</i> DOS DEPUTADOS	188
APÊNDICE H – <i>TWITTER</i> DOS DEPUTADOS	190
APÊNDICE I – RESUMO DAS RESPOSTAS CATEGORIZADAS POR <i>WEBSITE</i> ANALISADO	193

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação revela, na contemporaneidade, transformações substanciais no *modus operandi* das diversas instâncias sociais, como a economia e a política. A internet configura-se como uma rede profícua para a transferência das atividades humanas tradicionais – saúde e educação, como exemplos – para uma cultura cibernética (ou cibercultura), pois a mesma viabiliza a produção e o compartilhamento de informações/ conteúdos informacionais a partir de computadores interconectados. Estas transformações reconfiguram, sobretudo, o processo das relações sociais ao aproximar virtualmente os indivíduos outrora dispersos no espaço geográfico. O ciberespaço permite a estes indivíduos a liberdade de expressão e comunicação não hierarquizada, contrariando os *media* tradicionais, como o rádio e a televisão.

A internet, associada às tecnologias da informação, ocasiona efeitos diretos nos setores públicos e na sociedade civil, transformando-se em objeto de especulação no campo político. Com o potencial de interatividade e compartilhamento em rede, os governos procuram disponibilizar aos indivíduos múltiplas condições de acesso às informações governamentais, visando a resolver (em tese) o déficit de participação política dos indivíduos – importante iniciativa para a consolidação do processo democrático. Admitia-se (e ainda se admite) que a internet representaria uma panacéia para a promoção e a consolidação do regime democrático na contemporaneidade, pois possibilitaria aos indivíduos acesso à informação política. Assim, os usuários estariam expostos aos argumentos e posicionamentos políticos, incluindo aqueles que desafiam diretamente os parlamentares, ou aqueles que preferem desafiá-los protegidos no manto do anonimato possibilitado pela internet.

A internet, entretanto, apresenta-se essencialmente como facilitadora tecnológica na qual simplifica o contato entre os atores do processo político, multiplicando as oportunidades de interconexão e instantaneidade de acesso à informação. Os governos perceberam gradualmente, ante estas inúmeras transformações, a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas. Ancoradas no poder de inserção e

circulação, tornou-se imperativo alinhar as TIC às práticas políticas, objetivando a redução de custos e prestação de contas aos cidadãos. Contudo, determinados governos utilizam os recursos viabilizados pela internet de forma limitada, amadora, sem interatividade mútua, como uma autêntica página destinada à promoção da imagem pública e à propaganda política, preterindo as premissas concernentes à consecução de informações públicas e à participação política em rede efetiva.

A partir da centralidade das tecnologias da informação na esfera política para a obtenção de conteúdos informacionais, e participação política através da internet, a presente dissertação procurou investigar *como os websites dos deputados da ALBA condicionam a participação política, a partir de canais interativos, para a consecução de informação pública em rede?* Para responder a esta pergunta, determinou-se os contornos teórico-conceituais discutidos no capítulo reservado ao referencial teórico, assim como as técnicas, os instrumentos e os modelos de pesquisa condizentes ao objeto de estudo.

Mister enunciar, contudo, que a pergunta de partida apresentou consideráveis alterações à proporção que o investigador aprofundava-se nas leituras condizentes ao tema – ‘informação pública’, ‘direito à informação’, ‘políticas de informação governamental’ e ‘participação política’. O capítulo destinado ao referencial teórico procurou os subsídios essenciais para responder à pergunta de partida e alicerçar a malha argumentativa do pesquisador. As subseções deste capítulo retomam as discussões do regime democrático nas sociedades modernas, refletindo criticamente os aspectos conceituais do termo *democracia* e a mudança estrutural da cidade-estado para o Estado Nacional – o que interfere nos limites e possibilidades democráticas devido ao redimensionamento da escala de participação. Seguindo esta estrutura de raciocínio, discussões relativas às políticas públicas de informação foram retomadas a partir da concepção do governo como promovedor destas políticas direcionadas à sociedade, assegurando o direito à informação para a governança democrática. Estes aspectos corresponderiam, substancialmente, ao desenvolvimento da subseção referente à internet, democracia digital e participação política, incluindo a Interação Mediada por Computador – IMC.

As leituras e as entrevistas exploratórias, assim como as conversas com especialistas da área, também definiram e redefiniram o escopo da investigação no transcorrer da pesquisa, despontando diferentes problemáticas que orientaram o

modelo de análise (composto de conceitos e hipóteses). Como as ciências demandam a utilização de métodos científicos, mister especificar o posicionamento do pesquisador concernente à investigação. O método constitui a concomitância de procedimentos sistematizados que visam a otimizar o cumprimento do objetivo da pesquisa, reduzindo determinadas incertezas para o investigador.

A **hipótese** desta pesquisa considerou que, *apesar dos canais interativos disponíveis nos websites dos deputados da ALBA, e progressivo empenho e investimentos destes parlamentares para disponibilizar conteúdos informacionais produzidos pelos Gabinetes, as possibilidades de participação política dispostas nestes sites apresentaram-se incipientes, pois não correspondem às premissas de discussões, deliberações e aproximações entre parlamentares e cidadãos em rede.* Esta hipótese concentra a dificuldade de verificação através de testes. A pesquisa, ao concluir a análise dos resultados, poderá indicar, a partir das contradições dialéticas identificadas, a coerência e a validade desta hipótese.

O **objetivo principal** procurou *analisar as condições de participação política dos cidadãos, a partir dos canais interativos disponíveis nos websites dos deputados da ALBA, para a consecução da informação pública em rede.* Os **objetivos secundários** corresponderam às atividades de: (a) perfilar os *websites* dos deputados registrados no sítio institucional da ALBA; (b) identificar os instrumentos com potenciais interativos (fóruns de discussão, *chats*, *e-mails*, ouvidoria) nos *websites* dos deputados e; (c) descrever as simulações direcionadas aos dispositivos de interatividade identificados nestes sítios para a consecução de conteúdos informacionais públicos. Importante indicar que a descrição exaustiva dos sítios dos parlamentares que compõem esta investigação encontra-se no Apêndice A desta dissertação.

O tema “Informação pública e participação política em rede”, discutido a partir do referencial teórico, facultou ao autor desta investigação identificar diferentes procedimentos metodológicos para alcançar o objetivo do presente trabalho. O desafio constituiu-se em adotar métodos, procedimentos, técnicas e instrumentos de pesquisas adequados ao período específico da investigação, ou seja, que respondessem satisfatoriamente à pergunta de partida e, conseqüentemente, aos objetivos constitutivos da pesquisa – incluindo o principal e os secundários. As estratégias de investigação utilizadas para o desenvolvimento do tema condizem,

per se, as escolhas do pesquisador condizentes aos procedimentos metodológicos relacionados no momento específico da execução da pesquisa, ou seja, a perspectiva idiossincrática na etapa da realização da investigação.

No decorrer do cumprimento dos créditos disciplinares previstos no Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – PPGCI/UFBA, assim como na apresentação de resultados parciais da presente pesquisa em revistas e eventos científicos, delinearam-se os contornos metodológicos. Os pareceres encaminhados por avaliadores de periódicos e as discussões dos resultados parciais, em seminários e congressos, contribuíram, indiscutivelmente, para reforçar o quadro referencial e os procedimentos da investigação. O IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB, realizado em outubro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, constituiu uma experiência indispensável para a reflexão de determinados aspectos desta pesquisa, influenciando nas técnicas e instrumentos para a coleta de dados; as considerações destes avaliadores contribuíram para o aprimoramento teórico e empírico da pesquisa.

As disciplinas cursadas no PPGCI também contribuíram para a definição dos referenciais utilizados na seção teórica. O elenco destas disciplinas (incluindo as obrigatórias e optativas) tecia uma estrutura sistêmica de autores teóricos e empíricos da Ciência da Informação – CI para a composição desta pesquisa. Estes autores, utilizados como fundamentadores, a exemplo de Frohmann, revelaram-se essenciais para a construção argumentativa, assim como para delimitar os contornos conceituais da dissertação. Porém, autores de outras áreas do conhecimento, como Ciência Política, Sociologia, Comunicação e Administração, apresentaram-se como essenciais para a construção do referencial teórico – esta assertiva corrobora com o caráter interdisciplinar da CI.

O capítulo 2 *Democracia, Direito à Informação e Internet*, reservado ao referencial teórico, discutiu aspectos relacionados à teoria democrática nas sociedades modernas, concebendo a informação como a ‘força motriz’ deste regime. Analisou as políticas de informação governamental e o posicionamento conceitual acerca do termo *informação* assumido nesta pesquisa, a relação do governo com a produção e disseminação de conteúdos governamentais públicos e os conceitos relacionados ao governo eletrônico para compreender as políticas institucionais do

sítio da Assembléia Legislativa da Bahia – ALBA. Para asseverar estas considerações, apresentaram-se argumentos condizentes ao direito à informação pública para a governança eletrônica, a partir de documentos de instituições nacionais e internacionais, para enunciar a participação política em rede e as nuances da IMC.

No capítulo seguinte, orientado à análise do objeto empírico da dissertação, descreveram-se os *websites* da ALBA e dos deputados inscritos no *site* desta instituição. Importante indicar que esta pesquisa parte dos registros do sítio da ALBA para identificar os *websites* parlamentares que compuseram a presente investigação, inserindo o nome completo, filiação, partido político, endereço do gabinete, projetos e outros. Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa interessava somente, e exclusivamente, os *websites* dos deputados registrados naquelas páginas, preterindo aqueles sítios dispersos na internet. A justificativa desta preferência repousou no seguinte pressuposto: os cidadãos interessados em contatar ou avaliar os parlamentares deveriam encontrar informações públicas concentradas no *site* da ALBA (canal) acerca destes representantes políticos, sem preocupar-se com os endereços de sítios indisponíveis neste canal, reconhecido institucionalmente. A predileção por *websites* dos deputados da Assembléia principiou com o insucesso do pesquisador na consecução de informações específicas solicitadas aos parlamentares, a partir dos dispositivos de interatividade. Assim, ponderou-se a necessidade de uma investigação aprofundada acerca da efetividade destes dispositivos orientados à comunicação entre cidadãos e deputados.

No capítulo *Metodologia da Pesquisa* discutiu-se o delineamento metodológico da investigação. O método de abordagem constituiu o dialético concebido por Marx e Engels, denominado materialismo histórico. Como o método de abordagem repousa na abstração dos fenômenos relacionados à natureza e à sociedade, os métodos de procedimento (restrito às ciências sociais) constituem etapas concretas da investigação. Desta forma, procedimento de investigação assumido nesta pesquisa compreendeu o *método monográfico*, ou estudo de caso. O nível de pesquisa categorizou-se como descritiva, pois o investigador procurou descrever as características dos *websites* dos deputados da ALBA (população ou fenômeno). Este nível de investigação científica envolveu a utilização de técnicas

padronizadas de coleta de dados para a posterior descrição e análise dos dados levantados. No estudo de caso a delimitação das técnicas para coleta de dados determinou a definição precisa do tema, a partir da pergunta orientadora e dos objetivos propostos, para compor a plataforma da pesquisa. Inseriu-se neste capítulo, outrossim, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa (observação, entrevistas, formulário de pesquisa).

No capítulo *Apresentação dos Dados da Pesquisa* expôs os resultados brutos da investigação provenientes dos instrumentos assumidos na dissertação, particularmente o formulário de pesquisa destinado à coleta de dados nos *websites* dos deputados – os dados agregados e os percentuais individuais dos sítios dos parlamentares. Contudo, as observações e as simulações empreendidas nestes sítios, assim como as informações coletadas nas entrevistas (equipe responsável pelo *site* e Ouvidoria da ALBA), compuseram um ‘desenho’ integrado para a apresentação destes resultados.

A análise dos resultados, a partir da revisão da literatura, constituiu o penúltimo capítulo da investigação. Esta seção discutiu os resultados relevantes da pesquisa, retomando as primeiras discussões pautadas nos referenciais concernentes à conceituação do termo *democracia*, à reconfiguração da extensão das sociedades contemporâneas e ao acesso dos conteúdos informacionais produzidos e acumulados pelos governos – e representantes políticos – para analisar o *website* da Assembléia, concebido como uma iniciativa do governo eletrônico. Nas subseções seguintes estruturaram-se os resultados dos blocos do formulário de pesquisa através dos principais argumentos suscitados no referencial teórico. Este capítulo anunciou, contudo, as discussões relacionadas aos objetivos da pesquisa, com o intuito de inferir as considerações concretas acerca desta dissertação.

O capítulo destinado à conclusão evidenciou que a disponibilidade de dispositivos orientados à interatividade entre agentes governamentais e os cidadãos, a partir dos *websites*, não afiança que as demandas sejam respondidas e as sugestões permeiem à plataforma política dos deputados. Os canais de comunicação disponíveis nestes sítios confirmaram a incipiência para a interlocução acerca das discussões e deliberações políticas, pois esta investigação comprovou que o simples registro destes dispositivos não constitui um caráter incontestável

para a execução dos objetivos intrínsecos destes canais. Nos aspectos relacionados à interatividade, através dos dispositivos comunicacionais, a pesquisa assentou que estes *websites*, e como consequência, os deputados e as assessorias, não apresentaram indícios administrativos e estruturais para responder às demandas ou sugestões dos cidadãos, percentagem constatada nas dimensões centradas nas oportunidades de comunicação entre os atores políticos envolvidos na ‘coisa’ pública.

2 DEMOCRACIA, DIREITO À INFORMAÇÃO E INTERNET

Neste capítulo – destinado ao referencial teórico – analisou-se os contornos conceituais relacionados ao regime democrático, à informação e às políticas de informação governamental, perpassando pelas políticas públicas e governo eletrônico, ao direito à informação pública na governança democrática, assim como à internet, democracia digital e participação política em rede. A partir das primeiras considerações, discutiu-se a mudança histórica estrutural da cidade-estado para o Estado nacional, interferindo substancialmente nos limites e possibilidades democráticas devido ao redimensionamento da escala de participação. Assim, destacou-se o posicionamento conceitual de informação concebido na presente pesquisa, perpassando por considerações relativas às políticas de informação governamental. A premissa desta pesquisa compreende a informação – a partir das proposições de Silva (2002) – como uma instância formadora da consciência dos indivíduos, possibilitando-os o conhecer para agir na realidade. Para construir uma estrutura de raciocínio, retomaram-se alguns aspectos do Governo como promotor de informação pública, e a relevância do Governo Eletrônico para a prestação de serviços públicos destinados aos cidadãos.

Como argumento subsequente, analisou-se o direito à informação pública para a consecução da governança democrática a partir do marco técnico e referencial da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), projetos de leis, relatórios, declarações internacionais e estudos desenvolvidos por organizações não-governamentais. As predileções referenciais conduziram a desdobramentos de outros estudos que contribuíssem para a compreensão das relações tecnológicas – especificamente a internet – com o regime democrático (a democracia digital). Concebendo a informação e a participação política como requisito indispensável à democracia, debruçou-se em pesquisas relacionadas à participação política em rede para explicar, na subseção seguinte, a interação mediada por computador. Como capítulo referencial, esta seção procurou retomar primordialmente autores teóricos e empíricos da Ciência da Informação que contribuíssem para o debate e fundamentação da presente pesquisa.

2.1 O REGIME DEMOCRÁTICO NAS SOCIEDADES MODERNAS

Com origem na Grécia antiga, a democracia representa o regime político engendrado nas reflexões filosóficas originadas em Platão e Aristóteles. O discurso intelectual referente a este regime governamental, propagado no decorrer do processo histórico-político-social, inicia-se nas cidades-estado gregas, como Atenas, e repercute incisivamente nas sociedades modernas. O legado histórico da concepção democrática remete à antiguidade clássica, período relativo ao alijamento de mulheres, escravos e estrangeiros na participação de assuntos políticos, sobrevivendo no século XX o sufrágio universal. O desenvolvimento científico e tecnológico das sociedades contemporâneas reconfiguram os contornos conceituais, *a priori* políticos, referentes à compreensão deste regime. As complexidades inerentes ao regime democrático condizem à diversidade conceitual do termo 'democracia', conduzindo a equívocos terminológicos e semânticos que repercutem negativamente no propósito democrático, como o direito individual e a igualdade de condição para participação política dos cidadãos. Estas distorções contribuem para o obscurecimento teórico do termo.

Nas últimas décadas do século XX, constatam-se o progressivo arrefecimento da corrente teórica dominante da democracia que remonta a Platão e Aristóteles, estendendo ao término da Segunda Guerra Mundial. A partir deste período, verifica-se uma distorção terminológica e ideológica do termo, cujo resultado derradeiro conduziu ao obscurantismo conceitual. Com o progressivo arrefecimento da corrente teórica dominante da democracia devido (em parte) à abrangência do conceito, as tendências intelectuais constituíram importantes acessórios para a desintegração desta corrente dominante. Para Sartori (1994), a primeira corrente condiz à doutrina que assume as palavras como simples convenções, com definições arbitrárias, à mercê da liberdade de especulação. Apreende-se desta assertiva o caráter representativo da palavra *democracia*, pois esta repousa no significado literal do termo (do latim *demo*, povo e *kratia*, poder, ou seja, 'o poder do povo'), com excessivo apelo à definição verbal.

A segunda tendência intelectual que interferiu negativamente na teoria democrática, segundo este autor, relaciona-se à questão da *Wertfreiheit*¹ – a questão da neutralidade com relação ao valor. *Wertfreiheit* apresenta três linhas de desenvolvimento distintas: (a) moderada, requer a separação da valoração e descrição; (b) extrema, demanda um vocabulário desprovido de conotações laudatórias ou depreciativas e; (c) caracterizada pelos valores implícitos, encobertos. Como a neutralidade valorativa compreende, habitualmente, a distinção de valoração e descrição, impedindo o valor excessivo, “inevitavelmente exige uma compensação, uma sobrecarga valorativa” (p. 20). A terceira tendência, para Sartori, refere-se à persuasão comportamentalista, gerando uma “teoria empírica” da democracia; e na demarcação entre teoria empírica e não-empírica reside o “normativismo”.

A teoria normativa “concentra-se nos ideais e valores da democracia, [lançando] definições prescritivas de democracia”; em contrapartida a “teoria empírica concentra-se nos fatos, generaliza a partir deles e termina [...] com definições descritivas da democracia” (p.6). Sartori insiste que, apesar da complexidade, os aspectos descritivos e prescritivos possibilitam reduzir confusões teóricas estabelecidas. O autor entende a teoria democrática como uma *macroteoria* a orbitar em campos teóricos abrangentes, enquanto a teoria empírica democrática produz uma *microevidência* – esta inadequada e inválida à verificação de realidades diversas. Descobrir a relação entre a macroteoria e a microevidência constitui uma tarefa complexa, haja vista o enfraquecimento crescente do discurso sobre democracia.

Desde os primórdios, as antigas cidades-estado gregas contribuíram decisivamente para a teoria e prática democrática, assim como outras experiências históricas evolucionárias e revolucionárias. Nesta perspectiva, Dahl (1989) assegura que o termo “teoria democrática” – para indicar um campo particular de investigação, análise, descrição empírica e teorização – é relativamente recente e, mesmo assim, permanece pouco inteligível devido às contradições, incoerências e problemas conceituais. Dahl prefere conceber a teoria democrática como uma extensa rede tridimensional; extensa o suficiente para percebê-la a partir de uma perspectiva

¹ *Wertfreiheit* (alemão) significa literalmente “sem valor”, ou seja, liberdade em relação aos valores.

limitada, pois estas interconexões complexas sugerem a improbabilidade de construir uma teoria democrática satisfatória.

No *Dicionário de Política*, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) revelam que a teoria contemporânea da democracia converge três macrotradições do pensamento político: (a) a teoria clássica (aristotélica) das três formas de governo – Democracia, governo daqueles que desfrutam da cidadania; Monarquia, governo centrado no único indivíduo e Aristocracia, governo destinado a poucos; (b) a teoria medieval, origem romana, engendrada na soberania popular e; (c) a teoria moderna, conhecida como teoria maquiavélica², com a origem do estado moderno, cuja forma histórica de governo apresenta-se como monarquia e república. O pensamento político medieval, no entanto, contribuiu para a teoria democrática moderna ao conceber a soberania popular, ou seja, o povo representa a vontade soberana dentro da sociedade. Desta forma, o carácter cumulativo das tradições teóricas constitui-se essencial para a compreensão dos antigos obstáculos relacionados à teoria democrática.

Definir o termo *democracia* somente na perspectiva etimológica conduziria a equívocos indesejáveis à compreensão dos aspectos ideológicos intrínsecos a esta palavra. O sentido denotativo apresenta simplificações demasiadas ao conceber este termo como o governo ou poder advindo do povo, pois o legado democrático das sociedades – desde a Antiguidade à sociedade contemporânea – comprova a impossibilidade deste regime na inclusão inteira dos indivíduos no processo democrático. Refletir os aspectos teóricos inerentes a este regime significa analisar criteriosamente, e criticamente, os falseamentos incrustados em diversos discursos (principalmente político) relacionados ao tema. Destaca-se, entretanto, a importância etimológica do termo *democracia* para a compreensão teórica e conceitual.

Com o intuito de retomar estas proposições, Sartori (1994) revisita conceitualmente a democracia etimológica, ou seja, a democracia concebida no sentido literal. O autor defende a retomada histórica, o étimo, do termo *democracia* para estabelecer a primeira etapa para a compreensão universal da palavra, pois a premissa “o poder do povo” não permite avanços conceituais consideráveis. Para

² Termo empregado no sentido literal, originado pelo historiador, poeta, diplomata, Nicolau Maquiavel. Desconsidera-se, no presente caso, o sentido deturpado relacionado à ardileza e à velhacaria que o termo adquiriu ao longo da história.

potencializar os argumentos, este cientista político categoriza interpretações para designar a palavra *povo*:

- a) significando literalmente *todo o mundo*;
- b) significando uma grande parte indeterminada, *muitos*;
- c) significando a classe inferior;
- d) enquanto uma entidade indivisível, como um *todo orgânico*;
- e) como uma parte maior expressa por um princípio de *maioria absoluta*; e
- f) como uma parte maior expressa por um princípio de *maioria limitada*.

A primeira designação – o povo como *todo mundo* – apresenta uma inconsistência ao pretender incluir ‘todos’ os cidadãos no escopo conceitual, inferindo que a democracia nunca existiu e, provavelmente, nunca existirá. Na Grécia apenas os homens eram imbuídos de responsabilidades e discussões públicas; atualmente, discute Sartori, os deficientes mentais, os viajantes e os criminosos condenados estão à mercê do processo democrático. A segunda interpretação, *muitos*, confere à inviabilidade de determinar quantos indivíduos tornam-se necessários para representar e constituir um povo. A interpretação seguinte, procura associar os *muitos* à classe inferior representada pelos pobres e trabalhadores. Porém, ao contrário da época de Aristóteles, nas sociedades pós-industriais, “os pobres famintos’ e o proletariado acabam constituindo minorias cujo número é menor que o dos outros extratos” (p.43). Na concepção da *totalidade orgânica*, prevista na quarta interpretação, observa-se a ausência de representação do indivíduo; este solapado pela totalidade justificada pelas autocracias. A quinta e a sexta concepções referem-se às interpretações da *maioria absoluta* e *maioria limitada*, respectivamente. A maioria absoluta representa o direito de decisão e a imposição ilimitada deste à minoria; o princípio da maioria limitada, portanto, restringe o poder “absoluto”.

A partir destas declarações, Sartori (1994) certifica que o termo *democracia* não condiz apenas ao ‘poder da maioria’, e sim ao poder restrito desta maioria em relação à minoria – o poder limitado –, designando o conceito de *povo* (a soma da maioria e minoria). Estabelecer a relação entre os termos *povo* e *poder* o estorvo aumenta. Para superar este obstáculo, o autor discute o conceito político do termo

para admitir que o poder e a liberdade apresentam-se como palavras antonímias. No Livro Sétimo de *A Política*, a exemplo, Aristóteles (2007) considerava a liberdade como o princípio essencial para o regime democrático, no qual os cidadãos obedeceriam e determinariam com alternância, pois, segundo este filósofo, pretender-se-ia que os cidadãos usufruíssem direitos iguais.

Mister considerar que Rousseau (2008. p.38) discute, em *O Contrato Social*, os aspectos relativos à renúncia desta liberdade, designando-a alienação. Filósofo genebrino, Rousseau argumenta que renunciar à liberdade significa renunciar à condição de homem, privando-o dos direitos e deveres conquistados. Assim, no contrato social, ao alienar a liberdade natural³, ou o direito ilimitado, o homem ingressa na ordem da liberdade civil para superar os interesses individuais em relação à coletividade. Com o direito limitado, a liberdade civil assegura a “posse, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, da propriedade que só pode estar fundada sobre o título positivo”.

Direito e poder, entretanto, apresentam-se como termos correspondentes. Ao observar o estado presente dos regimes democráticos, Bobbio (1986, p.28) considera estes dois termos como “faces de uma mesma moeda”, pois o poder conceberia o direito; e somente o direito limitaria o poder. Segundo este autor, o regime democrático caracteriza-se por conceder este poder – que, autorizado pela lei fundamental, torna-se direito – à maioria dos indivíduos a partir de regras escritas ou consuetudinárias. A concessão de direitos precedeu a concessão de direitos políticos, e este último representou uma “consequência natural da concessão dos direitos à liberdade, pois a única garantia de respeito aos direitos de liberdade está no direito de controlar o poder ao qual compete esta garantia”. Na democracia moderna, o direito a esta liberdade (civil e política) requer o reconhecimento constitucional; democracia e liberdade constituem alicerces essenciais ao regime democrático.

A partir das discussões suscitadas nestas primeiras considerações, como os aspectos conceituais inerentes à prática democrática, torna-se essencial destacar que a mudança histórica da cidade-estado para o Estado Nacional interferiu, substancialmente, nos limites e possibilidades deste regime devido ao

³ A liberdade natural, na perspectiva rousseauiana, caracteriza-se por interesses individuais para a satisfação aos próprios instintos, desconsiderando as influências destes interesses nas relações sociais.

redimensionamento da escala de participação. A mudança estrutural na organicidade das relações sociais assistidas nas cidades-estado, como Atenas, Esparta e Tebas, certamente não condizem à impessoalidade e à indiferença dos governos inerentes às sociedades modernas, pois a ampliação da escala da ordem política reconfigurou o Estado democrático moderno em relação à democracia existente na Grécia Antiga. A democracia fundamenta-se no local, nas cidades menos complexas em relação à ampla escala dos Estados nacionais.

Segundo Bobbio (1986, p.42),

Os estados tornaram-se cada vez maiores e sempre mais populosos, e neles nenhum cidadão está em condições de conhecer todos os demais, os costumes não se tornaram simples, tanto que os problemas se multiplicaram e as discussões são cada dia mais espinhosas, as desigualdades de fortunas ao invés de diminuir tornaram-se, nos estados que se proclamam democráticos (embora não no sentido rousseauiano da palavra), cada vez maiores e insultantes.

Como resultado destas novas configurações do Estado nacional, Dahl (1989) categoriza as oito consequências relativas ao processo histórico democrático das sociedades, assim sumarizadas: representação, extensão ilimitada, limites à democracia participativa, diversidade, conflito, poliarquia⁴, pluralismo social e organizativo e expansão dos direitos individuais. Entendida como fenômeno histórico, e aplicação da lógica de igualdade política em grande escala, a representação sucedeu a assembléia de cidadãos da democracia antiga, que originalmente não representava a instituição democrática. O regime eleitoral que representasse melhor os eleitores, assim como permitisse o exercício da liberdade⁵ e imparcialidade, constituiu um importante resultado da construção democrática. Desta forma, a representação altera incisivamente a cidadania e o processo democrático na essência.

Concebendo a representação como consequência da democracia moderna, a partir da superação das barreiras relacionadas à extensão de uma unidade democrática, torna-se exequível para os diferentes territórios e populações

⁴ A poliarquia representa instituições necessárias à democracia moderna, como funcionários eleitos, eleições livres, justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para as associações e cidadania inclusiva.

⁵ O artigo 13 – *Liberdade de Pensamento e de Expressão*, concebida pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos – CADH (1969), a exemplo, prevê o direito à liberdade de pensamento e expressão dos indivíduos.

(independente da extensão) a existência de um governo representativo, caracterizada como extensão ilimitada. Como uma consequência direta do “maior tamanho”, algumas formas de participação política revelam-se mais limitadas nas poliarquias em relação às cidades-estado, apesar dos modernos meios de comunicação. Como consequência da diversidade, ampliaram-se as divisões políticas; e os conflitos parecem inevitáveis à prática política. Porém, estes conflitos devem ser vistos como processo normal, contrapondo com a visão clássica na qual os cidadãos compartilhariam convicções similares acerca do bem comum. Na atualidade, esta perspectiva torna-se inaplicável à vida política.

Destarte, as consequências da mudança de escala – governo representativo, diversidade, a inclusão de clivagens e conflitos – contribuíram para o desenvolvimento de instituições políticas que se distinguem, mormente, da moderna democracia representativa dos regimes políticos predecessores denominados de poliarquia. As instituições políticas da democracia poliárquica surgem como exigências de inclusão e participação política dos cidadãos, requisitos fundamentais ao regime democrático em grande escala (cidade-nação ou país). A democracia poliárquica, no entanto, constitui um regime político engendrado nestas seis instituições, diferindo, para Dahl (2001), da democracia representativa com sufrágio restrito (a exemplo do século XIX), assim como das democracias (Atenas) e das repúblicas antigas (Roma). Outra consequência importante deste regime, embora pouco relacionada com a mudança escalar, condiz à expansão dos direitos individuais ocorridos em países com governo poliárquico. Dahl (1989) endossa, assim, que as instituições poliárquicas revelam-se necessárias para a democracia dos Estados nacionais modernos.

A democracia moderna, originada como democracia representativa, evidencia-se pela representação política contraposta à representação do interesse. Para Bobbio (1986), este princípio conduziria os representantes políticos a perseguir os interesses da nação, desvencilhando-se, entretanto, do mandato vinculado da representação dos interesses particulares do representado ou categoria. Provável que estes representantes eleitos pela sociedade civil não pertençam à mesma categoria profissional ou social do representado, pois os regimes representativos na contemporaneidade refletem uma categoria específica de representante: os políticos de profissão.

A emancipação desta sociedade civil do regime político, a partir da expansão do estado democrático, contribuiu para o crescimento considerável de demandas dirigidas aos governos e, como consequência, aos representantes políticos. Assim, a democracia pressupõe a contínua responsividade do governo relativa aos anseios advindos dos cidadãos. Segundo Dahl (2005), as oportunidades delegadas aos cidadãos para a formulação das suas próprias decisões políticas e para expressá-las aos seus concidadãos e ao governo, a partir da participação dos interessados, assim como assegurar que estas preferências sejam consideradas, e isentas de discriminação do conteúdo – ou a fonte da preferência –, constituem as três condições fundamentais à democracia.

Promover espaços que contribuam para discussões e deliberações políticas representam, mormente, o avanço democrático dos governos inscritos neste regime político. A participação representa, para as instituições políticas, oportunidades para conduzir os assuntos públicos concernentes aos interesses dos cidadãos. Com a extensão dos Estados nacionais, a massificação e o fracionamento da sociedade civil, o regime democrático prescreve discussões relativas às oportunidades de participação política, como os dispositivos comunicacionais providos pelas tecnologias da informação e comunicação. Mister discutir, previamente, o posicionamento conceitual de informação concebido nesta pesquisa, perpassando por considerações acerca das políticas de informação governamental.

2.2 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL

A informação constitui o sustentáculo das diversas esferas da sociedade humana, como a econômica e a política. Com o cessar da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento dos primeiros computadores – utilizado no âmbito militar e acadêmico – e a proveniência da Ciência da Informação (CI) como disciplina na metade do século XX, o conceito de *informação* alcança outras conotações. As tecnologias da informação e comunicação, especificamente a rede mundial de computadores, caracterizaram o desenvolvimento da sociedade engendrada na informação digital.

Discutir a informação representa resgatar complexidades e tensões inerentes aos contornos conceituais deste termo; demanda uma retomada etimológica com origem grega – *informatio* –, perpassando em diferentes contextos históricos. Importante assumir, no presente discurso, um posicionamento conceitual que coopere com a compreensão do termo, assim como àquela mais apropriada para a construção argumentativa adotada na pesquisa. Analisar o conceito de informação no estender da história do termo (como as suas raízes e origens) assume uma importância para esta compreensão.

Capurro e Hjørland (2007) retomam no texto *O conceito de informação* as raízes latinas e as origens gregas do termo *informação*. No *Thesaurus Linguae Latinae*, publicado em 1900, encontram-se referências detalhadas da utilização dos termos *informatio* e *informo*, desde Virgílio (poeta romano clássico, 70-19 a.C.) ao século XIII; mas segundo os autores outras referências anteriores no contexto biológico – quando Varro (filósofo e enciclopedista romano, 116-27 a.C) descreve o feto que recebe informação a partir da cabeça e coluna vertebral – e contexto intangível ou espiritual concernente às utilizações morais e pedagógicas desde o século II d.C. Diversas palavras gregas traduzidas por *informatio* e *informo* como *hypotyposis* (*modelo* no contexto moral) e *prolepsis* (*representação*); e esta relação, para os autores, torna-se evidente em pensadores como Cícero (106-43 a.C), na tradução do *De Natura Deorum*, e Agostinho (354-430 d.C), em *De Trinitate*. Na Idade Média estes termos eram utilizados nos sentidos epistemológicos, ontológicos e pedagógicos.

O emprego ontológico de *informatio* tornou-se obsoleto nas línguas modernas, como o inglês, que herdaram a palavra latina e transfiguraram-na em *information*, conservando, contudo, o significado epistemológico; em alemão, a exemplo, esta palavra designa educação e comunicação desde o século XV. Capurro e Hjørland (2007, p.159) deduzem que esta obsolescência do sentido ontológico condiz ao declínio da filosofia escolástica, mais especificamente com o surgimento da ciência empírica moderna. A informação, acomodada na filosofia empirista, parecia descrever os mecanismos de sensação, ou seja, os objetos existentes no mundo *informam* o sentido. Os autores argumentam que a sensação difere da forma, pois a primeira relaciona-se ao aspecto sensorial e a segunda ao intelectual. *Informado* significava “moldado por”, posteriormente substituído por

“relatos recebidos de” devido à mudança do *locus* de ação (do cosmo para a consciência), “o sentido do termo mudou de unicidade (forma em Aristóteles) para unidade (de sensação)”. O empirismo, entretanto, não concebia formas intelectuais pré-existentes que não a própria sensação, deslocando-se “da estrutura para a essência, da forma para a substância, da ordem intelectual para os impulsos sensoriais” (p.159), em contraposição ao conceito ontológico medieval de *moldar a matéria*.

A transição conceitual do termo *informação* indica a dinâmica condizente à significação das palavras no processo histórico, e os contornos semânticos para a apreensão do mundo em épocas específicas. Como o conceito representa caracterizações relativas a quaisquer ideias e/ou objetos, naturalmente estas caracterizações também sofrem interferência do processo histórico. Importante enunciar a existência de diversos conceitos relacionados à *informação* inseridos em constructos teóricos. Adverte-se, entretanto, para as dificuldades relativas aos estudos da informação, pois estes possibilitariam a desorientação teórica ou conceitual.

A partir destas considerações, e com o intuito de reduzir as dificuldades inerentes aos estudos relacionados à informação, importante adotar posicionamentos teóricos que contribuam com o desenvolvimento da presente pesquisa. Dentre as diversas propostas teóricas que conjecturam o termo *informação*, preferiu-se assumir uma proposta humanística e social correspondente ao campo da CI que contemplasse a informação no universo digital.

No artigo *Informação, ciberespaço e consciência*, Silva (2006) apresenta a alegoria platônica da caverna – como reflexão científico-epistemológica inicial – para desenvolver a crítica ao conceito de informação na perspectiva da CI. Não procura, entretanto, discorrer acerca do ‘mito’ da caverna, sim retomar elementos metafóricos que estimulem esta reflexão. A alegoria permite instaurar relações entre coleções/documentos especiais da esfera pública, assim como a pesquisa técnica e científica; a alegoria platônica, para o autor, compreende um processo de informacional que, por meio da dialética da razão e dos sentidos, permitiria alcançar a sabedoria (servindo de estímulo para a reflexão relacional entre informação/consciência).

Em oposição à dialética idealista de Hegel (1770-1831), a dialética materialista de Marx (1818-1883) representa uma concepção explicativa da história (materialismo histórico) e preocupa-se com questões sociais e políticas, procurando determinar as leis do desenvolvimento histórico e social, não a partir da concepção especulativa e teórica, com o propósito de conhecer e compreender, mas orientada à ação. Segundo Foulquié (1966), na dialética hegeliana (idealista) a realidade objetiva representa uma manifestação da Idéia exteriorizada do mundo, contrapondo com a dialética marxista (matéria) que admite que o mundo material exista independente do espírito, apenas reflexo do mundo material; e na matéria residem teses e antíteses que conduzem a sínteses provisórias.

Respaldado na dialética materialista marxiana, Silva (2002; 2006) compreende a informação em duas dimensões: a informação como processo dinâmico e a informação como produto (conteúdos informacionais). A informação como processo permite o alargamento da consciência do indivíduo a partir da possibilidade de conhecer e atuar em determinado contexto social. Este processo corresponde à concatenação de eventos fisiológicos, psicológicos, sociais, constituída de objetos ou fenômenos para o desenvolvimento desta consciência. Conceber a informação como processo implica, para o autor, a existência de representações, ou seja, representar os fenômenos – os eventos –, decodificá-los em produtos do processo da informação para, posteriormente, transmutá-los em ‘conteúdos’ do mesmo processo. A informação constitui um processo relacional entre o dado e o conhecimento para, através da decodificação da linguagem, representar em sínteses dialéticas.

Conteúdos informacionais, especificamente os conteúdos digitais, compreendem as dimensões quantificáveis e localizáveis no espaço virtual. Assim, para Silva (2002), estes conteúdos não significam *informação* simplesmente, e sim representação da informação, como códigos registrados para posterior consulta. A tese procura privilegiar o aspecto tecnológico referente ao acesso a conteúdos informacionais (o objeto empírico da pesquisa versa sobre conteúdo de acervos fotográficos digitais públicos) como instância formadora da consciência; e esta consciência permitiria aos indivíduos recursos essenciais para expandir as

possibilidades de ‘conhecer para agir’⁶. O autor reflete o conceito de informação a partir da reflexão da dialética marxiana para conceber a relação entre informação/consciência e coleções/documentos especiais digitais.

Os conteúdos informacionais representam dados passíveis de armazenamento, processamento e/ou disseminação no ciberespaço. Estes dados possuem, ao contrário da concepção de informação como processo, registros em *loci* especificados, que permitem o acesso independente do tempo relativo à produção – ou seja, recuperação de conteúdos informacionais antigos ou recentemente registrados –, e o espaço geográfico. Certamente as tecnologias da informação e comunicação contribuíram para a superação do tempo/espaço relativa a este acesso, principalmente a internet e seus dispositivos digitais que possibilitam a interatividade. Portanto, consente-se nesta pesquisa instrumentar o conceito de informação enquanto processo gerador de conteúdos informacionais no ciberespaço, partindo do princípio do acesso aos conteúdos produzidos por instituições públicas, como a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA e *websites* de representantes políticos, a exemplo dos deputados estaduais, na ampliação da consciência dos indivíduos relativa à realidade política. Assim, interessa analisar os conteúdos disponíveis nestes *websites*.

Plausível incorporar criticamente a esta discussão, ainda alicerçado em Silva (2002; 2006) a convencional estrutura linear de ‘dado/informação/conhecimento’ presente em diversos estudos relacionados à Teoria da Comunicação, CI e outras áreas do conhecimento. Com a inserção das tecnologias da informação nas diversas instâncias da sociedade, a estrutura ‘dado converte-se em informação, e esta em conhecimento’ parece não responder às complexidades intrínsecas desta estrutura. Dado corresponde a representações de signos, observações ou figuras registrados, isentos de tratamento lógico ou contextualização. A representação ‘¼’, como exemplo, na primeira observação apresenta somente um dado dissociado de significados; mas quando relacionado a contextos significativos converte-se em informação. As diversas possibilidades para compreendê-la, como ‘preferir comprar uma casa de ¼’ ou ‘comer ¼ de pizza’ infere que, apesar de constituir uma única

⁶ Argumento encontrado também em Dominique Wolton (2007) quando este autor assente que a informação deverá estar acessível aos cidadãos como meio de conhecer a realidade para agir. Ressalva, porém, que o problema não reside no contentamento das necessidades informacionais, e sim na produção exponencial de conteúdos informacionais disponibilizados na internet.

representação '1/4', e quando submetida a contextos diferentes, os dados revelam interfaces diversas não apresentadas outrora.

Constituir-se-ia um equívoco admitir que os dados invariavelmente convertessem em informação. A compreensão do repertório linguístico, o acesso aos dados registrados, dentre outras características, constituem mecanismos fundamentais para a consecução da informação. Outro equívoco relacionado à estrutura 'dado/informação/conhecimento' condiz à afirmação: 'toda informação converte-se em conhecimento'. Para a informação converter-se em conhecimento requer uma assimilação adequada dos significados, uma intencionalidade, possibilitando a expansão da consciência dos indivíduos para proceder determinadas ações, assim como reduzir as incertezas inerentes a estes indivíduos e a sociedade.

Para Barreto (1994; 1999; 2002) a informação qualifica-se como um instrumento modificador da consciência do indivíduo, sintonizando-o com a memória passada e as perspectivas futuras. O conceito de assimilação da informação considera o processo de interação entre o indivíduo e uma determinada estrutura informacional para produzir alterações no estado cognitivo, produzindo conhecimento. *Conhecer* significa interpretar e assimilar a informação, a partir das estruturas mentais e competência cognitiva do sujeito, das idiossincrasias e realidade, para o desenvolvimento individual e social. Democratizar a informação perpassa por programas que facilitem e aumentem o acesso; indispensável que o indivíduo possua condições de processar este insumo em conhecimento inteligível e libertador. O autor adverte que a disponibilidade contínua de informação – compreendida por Barreto como produto – origina outras demandas informacionais, sem correspondência com a lógica dos mercados tradicionais. Esta assertiva remonta o ano 1976 quando o idealizador da *British Lending Library*, Urqhart, indicava que o homem da informação apresentava-se substancialmente diferente do homem econômico.

Estas considerações parecem, outrossim, suscitar uma lógica inversa. A ausência de informação poderá fomentar demandas que interfiram nas ofertas, como grupos de pressão isolados, ou sociedade civil organizada, quando reclamam transparência dos gastos públicos provenientes dos governos e representantes políticos, incluindo as atividades parlamentares como os discursos, projetos e

legislações ou orientações para a participação política *on-line*. Constata-se, assim, a ocorrência inversa do argumento proferido por Aldo Barreto referente à ‘oferta influenciando a demanda’; a demanda também poderá influenciar a disponibilidade de conteúdos informacionais de domínio público, ou informação do setor público, não disponível rotineiramente.

2.2.1 Governo e Informação Pública

Os governos federal, estaduais e municipais, como produtores de informações digitais (conteúdos informacionais), cumprem as atividades do setor público a partir dos registros de procedimentos administrativos que regulem e conduzam ao funcionamento da engrenagem estatal (leis, regulamentos, decisões judiciais). Estes conteúdos informacionais, entretanto, precisam estar em consonância com o interesse e a audiência do público, primordiais para o exercício democrático. Para possibilitar o acesso irrestrito à informação digital pública estes governos, os representantes políticos, as autoridades públicas, no sentido *lato*, precisam adotar instrumentos eficientes e inteligíveis para gerir a informação. A internet reserva potencialidades para a produção, disseminação e preservação dos conteúdos produzidos pelo setor público.

Uhlir (2006) conceitua a informação de domínio público a partir de duas concepções: a primeira enquadra aquela não prevista nas leis de direitos autorais, ou outros formatos de proteção estatutária; a segunda concepção condiz à informação essencialmente pública, a informação produzida por autoridades governamentais, compreendida como um privilégio público. O volume de informação governamental de domínio público contribui, reconhecidamente, para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, como exemplo: a ‘transparência’ da governança e a promoção de ideais democráticos, os avanços na saúde e segurança públicas, a pesquisa científica e técnica da sociedade, pois, para o autor, as bases de dados coletadas ou financiadas pelo governo são fundamentais ao progresso científico, ao avanço da inovação tecnológica e ao sistema educacional.

Imbuído da responsabilidade de promover e conservar o *ethos* do regime democrático, os governos precisam atentar para os interesses públicos. Para Lopes (2006; 2007), determinar exatamente o ‘interesse público’ constitui uma empreitada complexa, pois governar e avaliar, analisar, debater e decidir, dentre diversas possibilidades de atuação, não atenderia a totalidade da população. Estas considerações corroboram com aquelas acerca da demanda interferindo na oferta, a considerar os interesses de grupos sociais minoritários inseridos na vasta ‘massa’ da sociedade contemporânea. Os indivíduos, sim, precisam determinar os assuntos de interesse público, pois a informação pública está diretamente relacionada à utilidade real do cidadão.

Lopes (2006) assente que o comportamento seletivo na divulgação de conteúdos informacionais potencializa uma característica da gestão pública: a assimetria de informação. Esta assimetria compreende a diferença de conhecimento das atividades governamentais entre os agentes do governo e os indivíduos, causando, em sociedades de assimetria intensa, abusos no processo político, como a apropriação dos bens públicos pelo privado. Segundo este autor, quando cerceia a sociedade do acesso à informação pública o exercício democrático de fiscalizar as atividades governamentais permanece comprometido. Assim, informação pública também apresenta um caráter importante à participação ativa dos indivíduos no processo decisório e na formulação de políticas públicas.

Os interesses políticos, os valores, as aspirações individuais e coletivas, na concepção de estudiosos da área de políticas públicas, invariavelmente suscitam conflitos; os conflitos, entretanto, precisam ser administrados para atender, *a priori*, os diferentes interesses dos diversos atores sociais. A primeira proposta para administração de conflitos – a coerção pura e simples – engendra-se no discurso contrário ao estado de direito e à democratização, por cercear a liberdade fundamental dos indivíduos, obstando, assim, os direitos previstos na constituição. Rua (1998, p.1) declara que a coerção “quanto mais é utilizada, mais reduzido se torna o seu impacto e mais elevado se torna o seu custo”; em outros termos, a inviabilidade da prática repressiva pautar-se-ia nos aspectos apolíticos em detrimento às aspirações democráticas. A segunda proposta – a política –, apesar de perpassar pela coerção, não está limitada a esta.

A política consiste na resolução “pacífica” de conflitos concernentes aos bens públicos, expressando necessariamente as relações de poder. As políticas públicas (*policies*), desta forma, apresentam-se como sínteses de conflitos de opinião e interesse públicos, compreendendo o elenco das decisões coletivas e a alocação imperativa de valores. Importante ressaltar que, enquanto a política pública envolve decisões requerendo ações para implementá-las a partir da autoridade soberana do poder público, a decisão política corresponde a uma escolha dentre diversas alternativas, acordando com as preferências dos atores envolvidos. Para explicar o processamento das políticas públicas (*inputs* e *withinputs*), através do regime político, Rúa recorre à publicação *Modalidades de Análise Política*, organizada por Easton (EASTON apud RUA, 1998).

A atividade política intenta satisfazer as demandas oriundas de diversos atores sociais ou originárias dos próprios agentes do regime político. Estas demandas podem, essencialmente, agrupar-se em: demandas novas, demandas recorrentes e demandas reprimidas. A primeira surge de novos atores políticos e/ou problemas emergentes; a segunda, as demandas recorrentes, expressam problemas preteridos e recorrentes no debate político e na agenda governamental e as demandas reprimidas são constituídas por não-decisões⁷ acerca das contestações, ou seja, apesar da existência prolongada do problema este não constitui um item na agenda governamental. A acumulação de demandas, mormente, sobrecarrega a máquina política, obstruindo o fluxo da prática política na resolução dos problemas sociais.

Como a política propõe mediar e solucionar os conflitos provenientes dos diversos atores sociais, mister ressaltar que estes atores resguardam características e interesses distintos, ocasionando enfrentamento em diversas direções. Estes atores distinguem-se, no sentido amplo, em atores públicos (políticos, burocratas e tecnocratas) e privados (empresários). Estes últimos possuem uma ampla capacidade de influir nas políticas públicas, pois para Rúa (1998, p.4) “são capazes de afetar a economia do país: controlam as atividades de produção, parcelas do mercado e a oferta de empregos”. Outro aspecto importante, acerca da influência dos atores privados, condiz ao cumprimento das demandas que interessam

⁷ Rúa estabelece que a ‘não-decisão’ não condiz à ausência de decisão, sim a determinadas temáticas que ameaçam o código de valor da sociedade.

exclusivamente aos empresários e à economia de mercado, desequilibrando a balança que orienta a disputa política.

Os trabalhadores, os agentes internacionais e a mídia representam, também, importantes atores políticos. A mídia, no ensejo, apresenta uma capacidade de mobilizar os atores devido à sua inserção na sociedade contemporânea, influenciando no processo político-ideológico. Considera-se a potencialidade dos meios de comunicação para transformar o 'estado de coisas' em problema político, ponto fundamental para originar as demandas sociais. Rua (1998), a partir de diversos estudos, apresenta três características primordiais para transformar a situação ou estado de coisas em problema político, passando a figurar como item importante na agenda governamental: a) mobilizar a ação política; b) quando 'a não resolução' representa um ônus e; c) constituir uma situação de oportunidade para algum ator relevante. O estado de coisas, nestes aspectos, converteria em problema político previsto na agenda governamental, indispensável para a formulação de alternativas.

A formulação das alternativas constitui uma importante etapa do processo decisório, pois as preferências constituem potenciais possibilidades para a solução de problemas. As preferências dependem do cálculo de custo/benefício conferido aos atores. Estas preferências transformam-se em assuntos, visando à mobilização das expectativas de inúmeros atores envolvidos na disputa de interesse. Certamente alguns atores envolvidos na disputa não dispõem de equivalência e consideração na 'voz política' para resguardar os próprios interesses. Nestas situações, as alianças desempenham um importante recurso para o fortalecimento político de determinadas bancadas. Essas alianças constituem o *ethos* da dinâmica política, pois a partir dessas associações ocorrem debates, coalizões de interesses, negociações e, em situações escusas, o 'tráfico de influências' para que as propostas dos atores envolvidos alceiem a efetividade.

Para Frohmann (1995), contudo, diversos estudos da CI interpretam a política de informação como uma política governamental, frequentemente relacionando-a aos documentos produzidos pelos governos. Estes estudos restringem-se, segundo o autor, aos problemas de produção, organização e disseminação da informação científica e técnica no âmbito federal. Critica a pesquisa no campo de política da informação, como o destaque para o caráter instrumental relacionado aos problemas de implementação de tecnologias; ao aprimoramento da comunicação entre

departamentos do governo; ao acesso amplo aos documentos governamentais a partir das tecnologias de informação; às técnicas concernentes à gestão da informação governamental, em detrimento aos estudos que debruçam na relação entre informação e poder, ou como este poder é exercido nas relações sociais mediadas pela informação. O propósito da investigação relacionada à política de informação é a representação dos regimes de informação, como se originam, estabilizam-se e determinam as relações sociais.

O regime de informação representa, para Frohmann (1995), um sistema ou rede relativamente estável de fruição informacional em determinados canais fomentados por produtores específicos, com estruturas específicas para consumidores ou usuários específicos. O rádio, a televisão, as bibliotecas, os distribuidores de filmes, as publicações acadêmicas representariam 'nós' de redes de informação, ou seja, canais de convergência informacional.

A partir da reformulação do conceito de 'regime de informação' desenvolvido por Frohmann, González de Gómez (2002, p.34) compreende-o como:

[...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme a qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Um 'regime de informação' constituiria [...] um conjunto mais ou menos estável de redes comunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores [usuários específicos ou públicos amplos].

Percebe-se o caráter intermediário do conceito de 'regime de informação' proposto por Frohmann, apud González de Gómez, não poderia reduzir-se a meios de comunicação como o rádio ou televisão, utilizando, portanto, um 'recorte' amplo nas delimitações que reconhecessem o escopo e abrangência deste regime. As tecnologias, principalmente a internet, permitem a democratização do acesso aos conteúdos informacionais, pois autoriza o fluxo informacional a partir de diversos canais de comunicação. O governo eletrônico, ou e-gov, concebido como regime de informação do Estado, possibilita dinamizar a prestação de serviços públicos de produtores informacionais específicos para usuários específicos.

2.2.2 O Governo Eletrônico

A partir da estruturação da internet no Brasil, na década de 1990, com a inserção das tecnologias nas diversas esferas sociais, incluindo as instituições políticas, os governos incorporaram à Administração Pública estratégias que visassem à redução dos custos do Estado, à ampliação da participação popular, o acesso às informações públicas (incluindo a transparência) e aos serviços governamentais. Propunham (e continuam propondo) a eficiência e eficácia das funções governamentais, redefinindo as relações do governo com os cidadãos, empresas e órgãos do próprio governo.

O governo eletrônico constitui a prestação de serviços, a partir de conteúdos informacionais públicos, através do ambiente eletrônico. No Brasil, o governo eletrônico inicia-se no ano 2000⁸ com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial, respaldado no *Decreto Presidencial de 3 de abril de 2000* (BRASIL, 2000b). O grupo tinha como finalidade examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas aos formatos eletrônicos de interação, e as ações resultantes deste trabalho resultaram na *Portaria da Casa Civil nº 23 de 12 de maio de 2000* (BRASIL, 2000a), e incorporadas às metas do programa do Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O trabalho desenvolveu três linhas do programa: universalização de serviços, governo ao alcance de todos e infra-estrutura avançada.

Com a concepção do *Departamento de Governo Eletrônico* no ano de 2004, encarregado de coordenar e articular a implantação do governo eletrônico, incluindo as atividades relacionadas à prestação de serviços públicos na *web*, publicou-se a primeira versão do documento *Padrões de Interoperabilidade em Governo Eletrônico* (e-PING) – atualmente na versão 2011 – e o *Guia Livre – Referência de Migração para Software Livre*. O e-PING define-se como premissas, políticas e particularidades técnicas que regulamentam a utilização das TIC para estabelecer a interação entre as diversas esferas governamentais e a sociedade; a interoperabilidade constitui o intercâmbio de informações e serviços, a partir de sistematizações que visam à obtenção de resultados esperados.

⁸ Conteúdos pesquisados no *website* do Governo Eletrônico (governoeletronico.gov.br), vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Despontam, assim, diversos estudos empíricos relacionados ao programa de Governo Eletrônico no Brasil, como Ruediger (2002), Gontijo (2002), Akutsu e Pinho (2002), Sanchez (2003), Pinto e Fernandes (2005), Zugman (2006), Marciano (2006), Jardim (2007), dentre outros. Estes estudos consideram, a partir da análise empírica, os contornos teóricos e conceituais do *e-gov* na sociedade contemporânea, assim como diretrizes, agenda de pesquisas, *accountability* (prestação de contas, na tradução mais próxima para o português), discussões acerca do direito e acesso à informação. Contudo, os estudos relacionados ao tema consideram não somente os aspectos tecnológicos, mas oportunidades de transparência e participação dos indivíduos nas discussões do governo.

O termo governo eletrônico aparece como análogo ao conceito de comércio eletrônico, mas aplicados ao setor público, referindo-se à prestação de serviços governamentais para os cidadãos. Esta analogia parece refletir nas atividades governamentais quando disponibilizam serviços públicos como uma relação de mercado (o 'cidadão consumidor' de mercadorias disponibilizadas pelos governos) e não como relações políticas (discussões e deliberações). Para Marcondes e Jardim (2003) a concepção deste termo – inicialmente derivado de políticas públicas de, sobretudo, países anglo-saxônicos – apresenta-se abrangente, e carece de aprofundamento teórico e pesquisa no campo da CI. À medida que as tecnologias expandiam nos governos, diversos autores das áreas de Economia, Administração Pública, Ciência Política, a exemplos, passaram a desenvolver trabalhos para compreender o surgimento deste fenômeno.

Para Barbosa, Faria e Pinto (2004), os programas de governo eletrônico objetivam a modernização do Estado, a transparência na gestão econômica e fiscal da Administração Pública e eficiência nos serviços públicos no intuito de otimizar as relações entre o governo e cidadãos. Estes programas procuram atender os desafios inerentes à inclusão social, fortalecendo a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas. Estes autores constatam, contudo, algumas deficiências que cerceiam a efetiva implementação de um programa de governo eletrônico, destacando a ausência de alinhamento entre as TIC e os programas de governo, uma estrutura formal que articule as ações dos diferentes agentes governamentais (compartilhamento da infra-estrutura e a convergência de modelos

de gestão dos recursos tecnológicos) e um modelo estruturado que defina os serviços que serão oferecidos aos cidadãos.

Para responder positivamente às deficiências relacionadas à implementação de um governo eletrônico, estes autores apresentam um modelo de referência que sistematiza os diferentes componentes tecnológicos destinados às relações contidas em diferentes contextos entre o governo com os agentes governamentais e o cidadão:

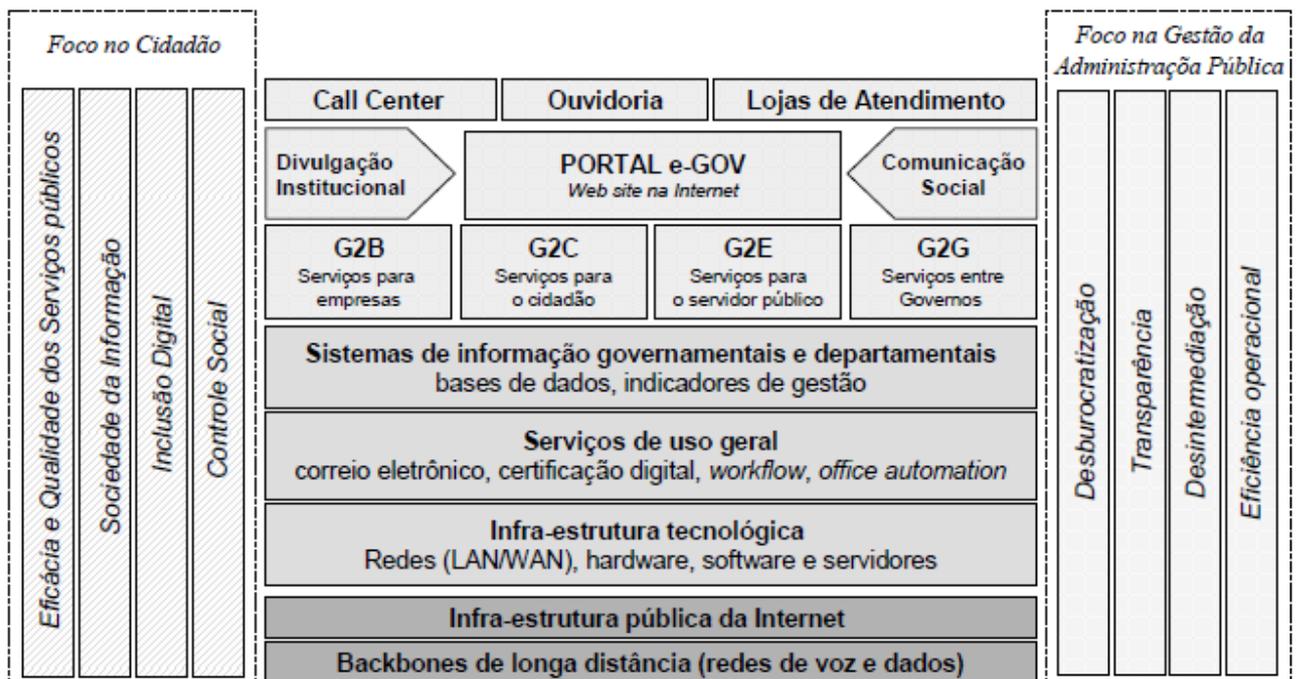


FIGURA 1 – Modelo de Referência de Governo Eletrônico

Fonte: Barbosa, Faria e Pinto (2004, p. 6)

O *foco no cidadão*, contexto externo, confere eficácia e qualidade aos serviços públicos disponibilizados na internet, requerendo a inclusão digital dos cidadãos que não possuem acesso à rede. O *foco na gestão da administração pública*, contexto interno, confere à desburocratização, transparência, ausência de intermediadores e eficiência operacional. Para os autores, a adoção do *Modelo de Referência de Governo Eletrônico* auxiliará os governos na gestão de recursos públicos, na promoção da regulação de serviços públicos e no desenvolvimento econômico. Este modelo, centrado no cidadão, na qualidade e produtividade dos serviços públicos, considera as tecnologias da informação como indutoras e catalizadoras do processo de transformação do Estado.

O modelo de referência proposto engendra-se nas quatro categorias de relacionamento entre o *Governo-Empresas* (G2B – *Government to Business*), o *Governo-Cidadão* (G2C – *Government to Citizen*), *Governo-Servidor Público* (G2E – *Government to Employees*) e *Governo-Governo* (G2G – *Government to Government*). A primeira categoria (G2B) condiz à interação do governo com empresas do setor privado no intercâmbio de informações e processamento de transações eletrônicas; o G2C caracteriza-se pela interação do governo com o cidadão, promovendo conteúdos informacionais e serviços públicos que satisfaçam a demanda do contribuinte; a categoria seguinte (G2E) confere com a interação do governo com os servidores públicos com o intuito de promover informação e prestação de serviços essenciais ao desenvolvimento das atividades profissionais, e a derradeira categoria (G2G) condiz à interação entre os agentes governamentais e o governo nas esferas municipal, estadual e federal orientados na promoção de informação, prestação de serviço e processamento de transações que otimizem as atividades governamentais.

Para disponibilizar os conteúdos informacionais e serviços em canais virtuais, o modelo abrange os *portais governamentais* e *serviços web* disponibilizado na internet. Para Barbosa, Faria e Pinto (2004), o *portal governamental* representa um canal disponível ao cidadão para a aquisição de informação ou solicitação de serviços oferecidos por agentes governamentais. O portal orientar-se-á, contudo, à categorização de serviços e informações alinhados às necessidades dos usuários com facilidade de acesso e fluidez na navegação, assim como um canal destinado à divulgação institucional e comunicação social. Os *serviços web* permitem a integração de diversas plataformas a partir de componentes de *software* disponíveis na internet, permitindo a integração de arquiteturas – proprietárias ou livres – na área de serviços de tecnologia da informação.

A despeito das tendências para associar a entrega de serviços públicos através de portais governamentais, o modelo presume a utilização de canais que possibilitem a interação do cidadão com agentes governamentais. As *lojas de atendimento*, a exemplo, permitem que os serviços públicos estejam focados no cidadão, visam a garantir a prestação destes serviços de maneira integrada e eficiente. O *centro de contato* (*call center*) admite o acesso aos serviços e informações através do número telefônico, e a *ouvidoria* constitui um canal de

demandas, denúncias e sugestões destinado à eficiência e à transparência nas relações do governo com a sociedade, atuando no pós-atendimento e na mediação de conflitos entre estes atores.

Barbosa, Faria e Pinto (2004) advertem que, para encaminhar as questões previstas no modelo, torna-se essencial a utilização de instrumentos que revisem os processos administrativos, operacionais, gestão orçamentária e motivação, incluindo a capacitação dos recursos humanos envolvidos neste processo e a formulação de uma política de gestão dos recursos públicos relacionado à governança da TIC. Destarte, a TIC permitirá a sustentação para o compartilhamento da administração de recursos entre os agentes governamentais envolvidos.

O grau de democratização do Estado repousa, assim, no acesso à informação governamental originária da visibilidade estatal. Segundo Jardim (1999), expressões como 'transparência administrativa' e 'direito à informação' referem-se, a partir da década de 1970, ao acesso à informação produzida pelo governo. A transparência administrativa, requisito para o controle da sociedade civil sobre o Estado, corresponde ao conjunto de atividades direcionadas à execução de tarefas relativas ao interesse público (coletividade) ou à organização estatal, reduzindo a opacidade administrativa. O regime jurídico relativo à transparência administrativa se expressa, segundo o autor, no conjunto de dispositivos compreendido como 'direito à informação'. As políticas públicas de informação viabilizam o direito social à informação pública inteligível e transparente.

2.3 O DIREITO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

A participação política constitui um requisito essencial à democracia, mas não garante o êxito deste regime. Como este regime político pressupõe por princípio a liberdade dos indivíduos, a impossibilidade desta liberdade cercearia os direitos humanos fundamentais (direito ao voto, à liberdade de expressão, ao acesso às informações governamentais, entre outros). Neste sentido, a informação representa o ativo primordial à democracia e, como consequência, à participação destes indivíduos nas decisões e proposições políticas. Contudo, a liberdade e o acesso à informação político-governamental não representam uma 'fórmula mágica' para

solucionar o déficit de participação política na contemporaneidade; o processo a que se denominou ‘informação’ comporta, por princípio, potencialidades e incentivos essenciais para a condução de assuntos públicos, como a participação política.

O *Relatório de Desenvolvimento Humano, 2002: Aprofundar a Democracia em um Mundo Fragmentado*, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2002, p.3), referencia vantagens da governança democrática para o desenvolvimento humano, como a liberdade, a participação, a estabilidade política, desencadeando “um ciclo virtuoso de desenvolvimento”. O relatório versa que a participação política democrática excede a eleição de governos, perpassando invariavelmente pela consolidação das instituições democráticas, como os direitos civis e políticos para a participação efetiva. Porém, a governança para a promoção do desenvolvimento humano requer transparência, participação, capacidade de resposta às proposições advindas da população, responsabilidade e força da lei. Acessar informação oriunda de órgãos públicos constitui um direito humano essencial, representando o cerne para participação política.

A organização não-governamental *Artigo 19*, inspirada no Artigo XIX⁹ da Declaração Universal de Direitos Humanos – DUDH, compreende a informação como o “oxigênio” do regime democrático, pois permite ao cidadão escrutinar as ações do governo para assegurar – a partir do debate adequado e informado dessas ações – uma governança responsável. A informação produzida e controlada por órgãos públicos deverá atender à premissa da divulgação extensiva orientada aos indivíduos, independente da solicitação destes – salvo quando esta informação ameaçar o interesse público ou privado. (Alguns governos compreendem a informação oficial como propriedade governamental exclusiva).

A Organização Não Governamental – ONG *Artigo 19* estruturou princípios objetivando o amplo acesso às informações de órgãos públicos. Mister ressaltar que estes princípios normativos estabelecem um padrão para regulamentos nacionais e internacionais que corroborem com o direito à liberdade de informação. O primeiro princípio, concernente à divulgação máxima, implica no compromisso primário dos

⁹ No Artigo XIX da Declaração Universal de Direitos Humanos, “[t]oda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948)

órgãos públicos em divulgar informação¹⁰ oficial. O direito a esta informação, destarte, consiste em acessar, solicitar e receber informações mantidas por órgãos públicos independente das requisições específicas. Para Mendel (2009), o acesso à informação representa uma premissa importante para o regime democrático, pois incide na prestação de contas dos representantes políticos, contribui para o combate à corrupção e à conduta ilícita no governo. Segundo este autor, o público investe-se do direito de perquirir os governos a partir de discussões democráticas concernentes à qualidade da governança (capacidade do governo elaborar e implementar políticas públicas). As leis de direito à informação, entretanto, revelam a premissa do “governo a serviço do povo”; porém, quando uma autoridade pública recusar o acesso à informação aos cidadãos é importante que justifiquem a recusa.

Para assegurar o direito à informação, os organismos públicos devem publicar informações essenciais independentes das solicitações, mas voluntariamente, dos cidadãos. As categorias-chave de informação, assim, representam: a publicação de informação operacional dos organismos públicos, incluindo custos, objetivos, contas, normas, empreendimentos realizados, entre outras; a informação relativa às solicitações dos cidadãos; orientações concernentes às sugestões para propostas políticas advindas desses indivíduos; as características da informação e como esta é mantida por organismos públicos e; o conteúdo da decisão ou política destinada ao público com os motivos das decisões – assim como o material utilizado como auxílio à decisão.

Os órgãos públicos precisam, também, promover ativamente a abertura do governo, contrapondo à cultura do sigilo. A cultura de abertura depende, segundo Mendel (2009, p.35), “do convencimento dos funcionários públicos de que [esta abertura] não é apenas uma obrigação [...], mas também um direito humano fundamental e essencial para a governança efetiva e apropriada.” Importante a adoção de medidas promocionais de combate à cultura do sigilo para assegurar o direito à informação dos cidadãos. Não obstante, a educação da população, a partir dos meios de comunicação, constituir-se-á uma medida eloquente para enfrentar o segredo oficial (a informação ao alcance do cidadão); assim como a publicação de um guia didático e acessível esclarecendo à população como solicitar informação

¹⁰ Para Mendel (2009) o conceito de informação inclui registros mantidos por organismo público, independentes do arquivamento da informação (documentos, fitas, gravação eletrônica, outros), a fonte (se produzida por organismo público ou outro órgão) e a data de produção.

aos órgãos públicos. Outra medida importante para enfrentar a cultura do sigilo, para o autor, constitui em estabelecer penalidades para aqueles que cerceiem, propositalmente, o acesso à informação – incluindo a destruição de registros ou inibição do trabalho do órgão de supervisão. Adverte que o precário estado de preservação/manutenção dos registros constitui obstáculos ao acesso à informação; a eficaz gestão de documentos oficiais torna-se essencial para o efetivo estabelecimento do direito à informação, representando uma das funções básicas do governo moderno.

O quarto princípio, limitação da abrangência das exceções, retrata os organismos públicos respondendo às solicitações advindas dos indivíduos, excetuando a informação considerada no âmbito do regime limitado, ou seja, restrições que objetivam a proteção dos governos em situações que ameacem a privacidade, segurança nacional – incluindo a segurança pública e individual –, ou a integridade dos processos decisórios. Para justificar estas exceções, o organismo público deverá demonstrar que a divulgação da informação causaria prejuízo considerável ao objetivo legítimo dessas exceções. Mendel (2009, p.38), entretanto, adverte que, “por mais cuidadosa que seja a formulação de um regime de exceções, sempre haverá casos em que o interesse público mais amplo é satisfeito pela revelação de informações, mesmo que isso cause certo prejuízo a um interesse protegido.”

O direito à informação extrapola a divulgação proativa de informação; os indivíduos precisam solicitar e receber informação custodiada pelos organismos públicos – esta sujeita às exceções. Assim, torna-se imprescindível a concepção de procedimentos que facilitem o acesso, com o intuito de processar rapidamente os pedidos de informação. As casuais recusas de divulgação de informação dos órgãos públicos, ou a ausência de respostas às solicitações, devem estar sujeitas ao direito de apelação. Os órgãos públicos que estorvem o acesso à informação devem assumir o ônus de provar a legitimidade da recusa. Como o acesso à informação pública constitui um direito, o ônus da prova deverá recair sobre a parte que intenta negar este acesso.

Outro princípio importante condiz aos custos envolvidos no processo de requisição de informação pública; tarifa excessiva significa barreira ao acesso e, conseqüentemente, ao direito à informação. As reuniões de órgãos públicos abertas

ao público constituem uma lógica subjacente a este direito, pois a informação oral (não somente as informações registradas pelos organismos públicos) representa equivalente importância no processo de informar-se em relação às oportunidades reais para discutir, ou decidir, os assuntos que interessam aos indivíduos e à sociedade. Segundo Mendel (2009), as leis que cerceiam o princípio da ampla divulgação da informação pública precisam proceder ao direito à informação, sobrepondo-se à lei do sigilo.

O derradeiro princípio discute a proteção para os indivíduos que denunciam condutas ilícitas de autoridades. A proteção representa, em alguns casos, um estímulo para extirpar a cultura do sigilo, os esquemas de corrupção e prevaricação no âmbito do governo. Com possibilidades de proporcionar resultados positivos à sociedade, o direito à informação constitui um importante instrumento à democracia por constituir o direito de acesso às informações públicas, oportunizando os indivíduos a participar do processo político e a perquirir conteúdos dos governos quando preciso.

O Artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH, 1969), a partir da assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, ocorrida em San José de Costa Rica (1969), e ratificada pelo Brasil em 1992, discorre:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha. Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões.

Na Constituição Brasileira de 1988, o acesso à informação constitui um direito fundamental previsto no Artigo 5º, inciso XXXIII, no qual os cidadãos usufruem do direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou interesse coletivo, prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, excetuando aquelas cujo sigilo represente a segurança da sociedade e do Estado. Entretanto, o Brasil ainda não estruturou uma legislação federal que regulamente um

regime de acesso às informações públicas. Para a ONG *Artigo 19*, no Brasil, através do comunicado à imprensa em janeiro de 2008, a ausência do marco legal provoca irresponsabilidades e negligências dos órgãos públicos na divulgação de informações relevantes, com consequências negativas para a prestação de contas governamental. O acesso limitado à informação impede ou dificulta a participação dos cidadãos na discussão e produção de políticas públicas.

Com o intuito de estruturar e regulamentar o regime de acesso à informação, o Projeto de Lei 5.228/2009 (BRASIL, 2009_b), conduzido pela Presidência da República ao Congresso Nacional, procura estabelecer mecanismos transparentes e efetivos para garantir o acesso a informações governamentais, premissa prevista no inciso XXXIII do Artigo 5º, inciso II do § 3º e no § 2º do Artigo 216 da Constituição. Assim, este projeto visa à regulamentação unitária e sistêmica do direito à informação para assegurar aos cidadãos o acesso aos conteúdos e, concomitantemente, estabelecer critérios para a proteção de informações pessoais e sigilosas. O Artigo 3º, Capítulo I, responsabiliza o Estado para assegurar o direito de acesso à informação, a partir de procedimentos simples, com linguagem inteligível, objetiva e transparente, visando a eventuais esclarecimentos aos indivíduos quando estes perquirem informações produzidas ou acumuladas pela Administração Pública.

No Artigo 7º, Capítulo II, o acesso a informações públicas estará assegurado com a estruturação de serviço de informações destinado ao cidadão, nos órgãos e entidades públicas, para atendê-lo e orientá-lo quanto ao acesso a informações; informar as tramitações de documentos nas respectivas unidades e; protocolar documentos e requerimentos de acesso à informação, assim como a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou maneiras diversas de divulgação. Quanto ao procedimento de acesso à informação, o pedido deverá conter a identificação do requerente e a informação especificada requerida; o órgão ou entidade pública deverá autorizar e atender o acesso imediato à informação requerida, garantidas por sanções e recursos aos cidadãos – caso o acesso a estas informações seja negado. Certamente, o acesso não pretere a competência anterior, ou mesmo esquemas culturais, para identificar a informação específica, ou seja, aquela que responda às necessidades específicas dos indivíduos. A seguir, os incisos previstos no Artigo 5º da Constituição Federal do

Brasil de 1988 concernentes ao acesso, direito e isenção de taxas para o provimento de informação pública:

XIV	É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
XXXIII	Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
XXXIV	São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;
LXXII	Conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

QUADRO 1 – Incisos do Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil

A Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, no Artigo 4º (BRASIL, 1991), prevê que a sociedade brasileira usufrui o direito a receber dos órgãos públicos informações de interesses particulares, ou coletivo, contidas em documentos de arquivos¹¹. No Artigo seguinte estabelece que a Administração Pública franqueie a consulta aos documentos públicos na forma da lei. No Capítulo V, reservado ao acesso e ao sigilo dos documentos públicos, especificamente no Art. 22, assegura o direito de acesso pelo cidadão aos documentos públicos, porém com fixações condizentes às categorias de sigilo referentes à seguridade da sociedade e Estado, inviolabilidade íntima privada, honra e imagem das pessoas.

Para a organização *Artigo 19* (2004), a partir do documento elaborado para o Conselho Britânico (*British Council*¹²), fomentar um diálogo entre os políticos e a população poderá restabelecer a confiança nas instituições do Estado. Publicar dados estatísticos relativos às atividades governamentais, políticas diversas, orçamentos estatais, a exemplos, permitirão a construção de espaços para a política desenvolver-se de maneira irrestrita e construtiva. Segundo este documento,

¹¹ No Art.2 da Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, considera o termo *arquivos* como conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, a partir do exercício de atividades específicas, assim como por pessoa física, independente do suporte da informação ou da natureza dos documentos.

¹² Organização internacional do Reino Unido que procura o intercâmbio de experiências entre diversos países concernentes à Educação, Língua Inglesa, Ciências, Arte, Governança e Direitos Humanos. Presente em 223 cidades e 119 países, os principais parceiros da *British Council* são: governos, organizações não-governamentais e instituições privadas.

somente a partir da informação de domínio público os indivíduos conquistarão uma sociedade civil atuante, constituindo um canal de comunicação entre o Estado e os cidadãos com o propósito de assegurar o cumprimento das demandas e interesses advindos dos setores sociais – inclusive dos grupos minoritários. As ONGs, nesse contexto, apresentam-se como organizações mediadoras da relação da sociedade civil com o Estado, promovendo e/ou orientando os indivíduos quanto ao acesso à informação.

A partir desta perspectiva, o processo relacional entre instituições políticas e o sistema social convertem-se na relação demanda-resposta (*input-output*). Segundo Bobbio (1987), estas instituições públicas visam a disponibilizar respostas às demandas oriundas da sociedade, ou seja, converter as demandas em respostas a partir das decisões coletivas vinculatórias para esta sociedade. As respostas incidem na transformação social e, como consequência, aparecem outras demandas a partir da correspondência simétrica com estas respostas. Porém, sobrecarga das demandas poderá comprometer a emissão de respostas que satisfaçam às solicitações enviadas a estas instituições públicas.

Como as instituições públicas democráticas contam com a capacidade dos indivíduos conhecerem o processo político, acompanhando as discussões e decisões do governo, a informação, mormente, constitui um instrumento de controle democrático dessas instituições. O regime democrático apóia-se na possibilidade de participação dos indivíduos com o intuito de influenciar o governo; cerceado o direito à informação, os debates públicos tornam-se enfraquecidos e os discursos infundados. Nos Estados democráticos modernos, assim, os indivíduos contam com os meios de comunicação para construir compreensões relativas às estruturas políticas, atores envolvidos, políticas públicas (*policies*), outros.

Os avanços tecnológicos remodelam as relações da sociedade com a informação, assim como a importância do direito dos indivíduos à informação. Para Mendel (2009), a tecnologia da informação e comunicação aprimorou a capacidade destes indivíduos de controlar a corrupção, perquirir os líderes e contribuir para o processo decisório, reconfigurando o processo do *savoir faire* político ao potencializar a participação dos indivíduos. A internet, destarte, contribui para o acesso à informação política, permitindo a estes indivíduos isonomia informacional

em relação aos governantes. Fomentar alternativas para ampliar a participação civil nos processos políticos constitui o cerne das sociedades democráticas.

2.4 INTERNET, DEMOCRACIA DIGITAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

As tecnologias da informação, inseridas no debate público, possibilitaram transformações significativas nos processos democráticos da sociedade em rede. Destarte, a comunicação e a informação perpassam prioritariamente pelos *media*, ocasionando influências nos processos políticos tradicionais (como as eleições), reconfigurando a relação entre o Estado e a sociedade. Como diversos regimes políticos contemporâneos encontram-se, para Castells (2003), engendrados na figura organizacional e nas estratégias políticas da era industrial, esta obsolescência política representa a crise democrática na Sociedade da Informação. Esta crise consiste na incapacidade do Estado-nação delimitar domínio, os procedimentos e o objeto de cidadania devido à dinâmica dos fluxos globais, redes de riquezas, hegemonia e informação transnacionais.

Caberia aos governos e representantes políticos disponibilizar na internet os diversos registros públicos produzidos, assim como a informação não sigilosa, para o acesso e consultas remotos. A interatividade proporcionada pela *web* possibilita aos indivíduos solicitar informação, expressar opiniões e reclamar respostas pessoais dos representantes políticos, apesar da imprensa, a televisão e o rádio ainda representarem o padrão de comunicação tradicional da esfera política. Contrariando estes meios de comunicação tradicionais, a internet constitui um canal de comunicação horizontal, não controlado. Todavia, a *web* comporta e reproduz, outrossim, este padrão de comunicação de massa tradicional, mas com características não polarizadas deste modelo de comunicação.

Para Giddens (2001, p.83), o governo poderia restabelecer um contato mais direto com os cidadãos, e estes com o governo, através de 'experimentos com a democracia', como democracia local direta, júris de cidadãos, referendos eletrônicos e outros. O Estado e a sociedade civil, então, deveriam atuar em parceria com o intuito de expandir os objetivos da esfera pública, "o que significa reforma constitucional dirigida para maior transparência e abertura, [...] introdução de novas

salvaguardas contra a corrupção, [pois] os governos e cidadãos vivem agora cada vez mais num único ambiente de informação”. Esta realidade permitiria aos cidadãos a equidade informacional em relação aos líderes políticos.

Porém, a omissão dos aspectos relativos ao capitalismo da história social recente conduziu vários autores ao *frisson* do determinismo tecnológico. Apesar do *glamour* irresistível da internet, assim como a sua concepção entusiástica (irrealista, porém) das condições sociais, Sorj (2003) adverte que a telemática não apresenta condições suficientes para estas transformações, ou mesmo constitui a panacéia para os problemas sociais. A retórica concernente à internet apresenta lacunas e celeumas quanto às potencialidades que esta tecnologia proporciona ao regime democrático; a internet representa, assim, uma tecnologia de comunicação agregadora de instrumentos (transmissão de voz e imagem) que reconfigura os processos comunicacionais na sociedade contemporânea, constituindo uma rede de computadores interconectados na lógica de rede.

O discurso recorrente condiz às possibilidades destas tecnologias no revigoramento do processo democrático. Parece existir, então, um crescente esforço e investimento dos representantes políticos em disponibilizar informações de interesse público na rede, característica observada no aumento considerável de *websites* governamentais para, em tese, ampliar o acesso à informação e aos serviços de utilidade pública direcionados aos indivíduos e à participação popular; e nos Estados democráticos modernos constituem possibilidades desses indivíduos compreenderem e avaliarem as estruturas políticas. A democracia digital representa as diversas relações estabelecidas entre o governo e os cidadãos, a partir da tecnologia da informação, com o propósito de ampliar a participação política destes indivíduos no processo decisório. Mister ressaltar que o discurso relativo à democracia digital continua em processo de construção, heterogêneo (não consensual) e sujeito a lógicas múltiplas e contraditórias.

A terminologia relativa à inserção das tecnologias da informação e comunicação nos países de regime democrático ainda não apresenta um consenso ao relacionar esta realidade. As expressões mais comuns, como democracia digital, democracia virtual, ciberdemocracia, democracia contínua, democracia eletrônica, política virtual, *e-democracia*, teledemocracia, netdemocracia ou república eletrônica, referem-se ao mesmo fenómeno, ou a um conjunto de fenómenos

similares à comunicação política. Campos Domínguez (2005), a partir da revisão referencial do campo da comunicação política na *e-democracia*, admite a inexistência de unanimidade entre os pesquisadores ao descrever os aspectos e as características inerentes à democracia digital, diversificando as perspectivas individuais dos investigadores preocupados com a comunicação no ciberespaço.

O ciberespaço, segundo Levy (1998, 1999, 2002), representa um ambiente comunicacional desregulamentado, viabilizado pela interconexão mundial dos computadores, com acesso remoto aos conteúdos informacionais provenientes de diversos terminais, permitindo o intercâmbio de dados digitais. Para este autor, o ciberespaço ainda comporta as tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam diversas instâncias cognitivas humanas (memória, imaginação, percepção e raciocínios), podendo tornar-se ambiente para a exploração dos problemas, discussão pluralista entre atores envolvidos, tomada de decisão coletiva e avaliação dos resultados. Este ambiente cibernético aspira à liberdade de expressão e navegação, no âmbito informacional, contrário aos meios de comunicação tradicionais.

Como o regime democrático resguarda os aspectos relacionados aos direitos e à liberdade, a democracia digital constitui esta liberdade em ambientes desregulamentados propícios à comunicação e cooperação coletiva. As tecnologias da informação e comunicação representam novas possibilidades para o exercício da prática democrática sem, necessariamente, representar uma nova categoria deste regime político. A democracia digital (ou ciberdemocracia) inclui qualquer relação entre governo e cidadão através da tecnologia da informação, intentando maior participação dos indivíduos no processo decisório, transparência nas transações governamentais e *accountability*.

Para Buchstein (1997), o significado da internet para a democracia digital (*computer democracy*) revela-se obscuro e controverso, enquanto alguns estudiosos compreendem a internet como uma ferramenta destinada à coleta de conteúdos informacionais, ou como o papel desempenhado no processo político de potencial deliberativo. A partir de discussões acerca da relação específica das tecnologias com as instituições democráticas, o autor indica que estes estudos enveredam para duas posições distintas. O primeiro grupo constitui os 'otimistas', que defendem as tecnologias como a panacéia para o futuro democrático – a exemplo dos autores

Tsagarousianou, Tambini e Bryan (1998) – ao concordarem que a tecnologia reverteria o declínio da participação cidadã no âmbito político, redefinindo a política local, através do acesso à informação relacionada aos aspectos políticos e no processo de deliberação¹³. O segundo grupo, entretanto, critica e hesita o potencial democrático da internet na contemporaneidade. As críticas relativas à perspectiva do grupo ‘otimista’ aumentaram com estudos recentes, pois estes críticos admitem a existência de um hiato entre ‘a terra prometida’ da infra-estrutura democrática e as práticas reais na rede de computadores.

A concepção da democracia digital remonta ao período pós Segunda Guerra, com a invenção do computador. Engendrada nos contextos sócio-políticos e tecnológicos, a democracia digital, segundo Vedel (2003), experimentou três estratos nos últimos cinquenta anos. O primeiro período, nos anos 1950, com o surgimento dos primeiros computadores, a cibernética e a ‘máquina’ de governar conduziram ao modelo de processamento volumoso de dados e à redução do bloqueio do aparelho administrativo, substituindo as faculdades humanas passíveis a equívocos relacionados à lógica e ao cálculo. A abordagem cibernética extinguiu-se praticamente nos anos 1960, quando submetida às críticas que ressaltaram a política simplista e ideológica.

O segundo período da democracia digital (1970) caracterizou-se por mudanças estruturais no objeto e abordagens, com o desenvolvimento das redes de televisão a cabo, a inserção das tecnologias da informação e comunicação na sociedade civil e o engajamento cívico local, assim como a democratização da produção da informação. O computador paulatinamente avançou outros espaços, antes circunscrito aos ambientes universitários e laboratoriais. Porém, o referido período não assegurou as promessas relacionadas à democracia digital; as experiências não contribuíram para a expansão do espaço político, dificultadas pela ausência de interesse dos atores envolvidos.

A década de 1990 representou o período da consolidação conceitual da democracia digital, a partir da expansão da internet. A internet apresenta-se como *ethos* à organização anárquica, cooperativa, liberdade de expressão, comunicação

¹³ Segundo Tsagarousianou, Tambini e Bryan (1998, p.42) a tecnologia “ressuscitaria o declínio da participação cidadã na vida política, [redefinindo] a política local” [tradução nossa], através do acesso à informação relacionada aos aspectos políticos e no processo de deliberação.

interativa não-hierárquica que, para Vedel (2003), tornar-se-á uma metáfora para a política contemporânea ao solucionar problemas tradicionais no âmbito político. A democracia digital sugere outra concepção da política, pois esta ultrapassa os contornos do Estado-nação para a concepção do ciberespaço, ou seja, um ambiente desterritorializado, não-hierárquico, reflexivo, na qual os indivíduos poderão estabelecer múltiplas relações. A *e-democracia*, assim, organiza-se em aspectos relacionados à informação direcionada aos indivíduos; ao processo do debate e discussão e deliberação e tomada de decisão política. O modelo ideal corresponderia ao indivíduo plenamente informado, envolvido em discussões públicas e vinculado ao processo decisório.

O primeiro discurso referente à democracia digital condiz à dimensão informacional, ou seja, o cidadão informado na democracia transparente. A internet aufere *status* de acesso à informação para a consolidação do regime democrático, através da interconexão de documentos dispersos na rede; a transparência e a disposição de dados e informação governamentais constituir-se-ão o cerne para a *e-democracia*. O discurso seguinte refere-se ao espaço público de discussão revitalizado para o debate democrático, concebendo a internet como um instrumento para estimular e enaltecer a discussão entre os cidadãos e os representantes políticos (governo), a partir dos fóruns e mensagens instantâneas (simétricas e assimétricas). O debate democrático pressupõe a liberdade de expressão dos indivíduos e a igualdade de condições, incluindo os aspectos relacionados à democracia (isonomia social no acesso aos avanços tecnológicos) e uma interação que transcenda o espaço geográfico, social e cultural; um ambiente para apresentar e discutir diferentes opiniões, convergindo os vínculos sociais ou identidades temáticas para ampliar as diversas perspectivas (visões) concernentes a determinados assuntos.

O terceiro discurso condiz à participação dos cidadãos nas decisões políticas, na qual os recursos consultivos como correio eletrônico (*e-mail*), fóruns de discussão temáticos, questionários eletrônicos, a exemplos, poderão incidir no processo de intervenção direta. Vedel (2003) salienta, assim, que a internet extrapola o ambiente comunicacional entre governantes e governados para constituir um canal de expressão cívico. Na construção argumentativa, o autor discute questões inconsistentes relacionadas à ideia da democracia digital como: a cidadania proativa

e esclarecida, na qual os cidadãos exigentes estariam dispostos ao envolvimento intensivo na política, mas que no âmbito empírico apresenta limitações (a exemplo dos cidadãos que não querem ou não tenham como participar do processo político). A outra questão está relacionada à transparência política, aspecto importante para averiguar o cumprimento dos princípios democráticos e as regras que estabelecem o contrato social (direito de controle da sociedade civil no regime político). A democracia digital, ainda segundo este autor, pretende contribuir para a transparência da ação governamental através da produção, armazenamento e distribuição das informações públicas.

A *e-democracia*, compreendida exclusivamente como um debate, revela outra inconsistência discursiva ao negligenciar a dimensão política. A fragilidade apontada por Vedel relaciona-se aos fenômenos de dominação, desqualificação ou manipulação informacional nos debates; as discussões incipientes acerca dos meios e procedimentos que permitam os cidadãos excederem o intercâmbio e o confronto de opiniões na tomada de decisão. O discurso relativo aos mediadores ou intermediários (sindicatos, partidos políticos, *mainstream media*¹⁴) na democracia digital constitui outro empecilho, segundo Vedel (2003), à engrenagem do regime político, pois restringe a liberdade dos cidadãos solicitarem autonomamente informação alternativa.

Para os teóricos da democracia, o cidadão informado apresenta competências para decidir e avaliar as atividades governamentais. A internet permite a redução de custos relativos ao armazenamento e disseminação da informação; o acesso à informação primária (registros públicos, atas, relatórios) e uma investigação adequada às necessidades individuais devido ao pluralismo da informação. Compreendida como dispositivo tecnológico, a internet continua a apresentar controvérsias quanto ao debate democrático, pois ainda é demasiado complexo mensurar o impacto dessas tecnologias no comportamento e decisões políticas, assim como a inexistência de evidências relacionais concretas entre o acesso à informação e o aumento da participação.

Maia (2008) pondera, a partir destas assertivas, sobre a demasiada atribuição tecnológica na revitalização de instituições e práticas democráticas. *Per si*, as tecnologias apresentam duas dimensões não excludentes: a primeira confere às

¹⁴ Principais meios de comunicação

possibilidades ideais para a comunicação democrática, ou seja, à participação descentralizada, mas que podem sustentar possibilidades contundentes de concentração de poder. A segunda dimensão considera que, para revigorar a democracia, as estruturas comunicacionais eficientes, ou as instituições destinadas à participação, são insuficientes, mas o interesse em participar, motivação e a disponibilidade dos indivíduos engajarem-se em debates constituem princípios norteadores do regime democrático. As aplicações tecnológicas, independentemente de contribuir ou dificultar o processo democrático, devem partir do princípio associativo entre os procedimentos comunicacionais dos indivíduos e os respectivos contextos sociais e históricos. O Estado deverá prover, a partir de formulação de diretrizes e políticas, o acesso gratuito à internet para as camadas sociais excluídas digitalmente, promovendo a inserção e a educação digital destes indivíduos para potencializar a participação política em rede.

A partir da última década do século XX, com a inserção dos *media* tecnológicos na esfera política, observam-se alterações substanciais no cenário da participação política. O fenômeno da participação política apresenta complexidades conceituais que transcendem as atividades tradicionalmente compreendidas como participativas, como o período eleitoral. A complexidade reside, outrossim, na subjetividade inerente aos sujeitos – estes percebidos como incompletos e continuamente em transformação. As características intrínsecas aos indivíduos (valores, aspirações, idiossincrasias), e o agrupamento e reagrupamento coletivo de interesses que visem a resultados que beneficiem um determinado grupo social, influenciam o processo de participação (ou a ‘não-participação’) dos sujeitos.

Abalizado nas especificidades e complexidades deste fenômeno, Teixeira (1997) conceitua o termo ‘participação’ como estar inserido no processo de uma atividade pública voltada para as ações coletivas. Mas como responder aos interesses gerais de uma sociedade particularista e fragmentada? Conceber a participação como um processo implica, segundo o autor, na relação de poder existente entre os atores envolvidos, assim na relação com o Estado. Significa deduzir a interação contínua entre os atores (partes do todo), presumindo uma análise do contexto sócio-econômico, a natureza e a cultura do regime político e o desenvolvimento histórico das sociedades.

O engajamento cívico surge neste cenário como essencial ao processo de participação política. O engajamento cívico consiste no interesse político, discussão política e conhecimento acerca dos assuntos políticos; corresponderia a uma postura proativa dos cidadãos na procura de conteúdos com o intuito de reduzir as incertezas informacionais. Contudo, algumas pesquisas apontam para o declínio do engajamento cívico e, como sequência, da participação política. Apesar da complexidade, e do caráter multifacetado deste tema, a internet poderá constituir uma importante ferramenta de reforço ao regime democrático nas sociedades contemporâneas – perspectiva adotada para o desenvolvimento desta pesquisa.

Para Mossberger, Tolbert e McNeal (2008), a utilização da internet pode representar uma transformação estrutural ao alterar as orientações dos cidadãos em relação à política e à sociedade, motivando-os à participação em longo prazo. Inúmeros argumentos poderiam contribuir à compreensão da participação política, como exemplos a influência dos níveis de escolaridade e a classe social, ou seja, os pobres e os não letrados estariam menos aptos à participação, mas representariam simplificações excessivas e riscos desnecessários, sem contribuir efetivamente para um debate sólido.

Os conteúdos informacionais digitais podem contribuir para a política de interesse (motivação) e conhecimento político (um aspecto de capacidade informativa); pesquisas sugerem, segundo estas autoras, uma relação entre a capacidade informativa oriundas dos conteúdos *on-line* e a participação política. Os conteúdos produzidos e disponibilizados em portais governamentais contribuiriam para a formação da consciência política dos cidadãos interessados, permitindo-os conhecer estas instituições públicas para participarem politicamente do processo democrático.

Gomes (2005; 2008) entende que as instituições, os atores e as práticas políticas nas democracias liberais apresentam-se em crise devido à enfraquecida participação política dos cidadãos, e à separação transparente da esfera civil e pública. Como resultado e sintoma desta crise de participação política civil, observam-se a apatia dos eleitores, a ausência de efetividade da cidadania na dimensão pública, o desinteresse público na vida política, e outros. Gomes (2008) admite que a política contemporânea revela-se incapaz de atender aos requisitos do regime democrático, e a participação política constitui um fenômeno identificado e

relacionado ao déficit democrático contemporâneo. O autor argumenta que a ausência da participação política está diretamente relacionada a ausências de requisitos democráticos; a falta da cultura¹⁵ política dos cidadãos, assim, repousaria na efetividade das práticas políticas civis.

A ausência de efetividade se experimenta [...] como desconexão entre a esfera em que se toma a decisão política e em que se controla o Estado, de um lado, e a esfera da cidadania, do outros. [A] profissionalização da função política – primeiro, a profissionalização da classe dos representantes e tomadores de decisão, depois, dos agentes envolvidos nas funções de pressão externa à sociedade política (lobistas, jornalistas e consultores), por fim, da própria sociedade civil [a profissionalização de ONG, a exemplo da *Artigo 19*] – geraram a sensação de ineficácia da ação política do cidadão comum e teriam contribuído para arruinar as condições de participação cívica. (p.296)

A ausência de conhecimento ou percepção acurada da esfera civil em relação à esfera pública, assim como a ausência de um repertório de conteúdos informacionais acerca de processos e conteúdos que orientem o funcionamento da sociedade política, e o relativo desinteresse político da sociedade parecem estar – segundo este autor – condicionados à imagem pública de governos e representantes políticos. Associada à imagem duvidosa dos agentes políticos, o sentimento de pouca efetividade das intervenções oriundas de cidadãos interessados nas discussões públicas contribuiria, mormente, para o déficit da participação política.

Os aspectos cognitivos, culturais e instrumentais representam condições essenciais para a participação política. Para Gomes (2008), as condições cognitivas relacionam-se à informação e ao conhecimento relativos às instruções sobre a constituição do Estado e da sociedade civil; o acesso aos conteúdos e o conhecimento referente às circunstâncias do ‘jogo político’ contribuiriam para a formação de uma opinião fundamentada dos cidadãos no processo político. As condições culturais, concernentes à cultura política, compreendem o domínio das representações, que podem promover ou desestimular a participação política dos cidadãos. Para este autor, uma imagem política adequada das instituições públicas, incluindo as autoridades políticas, converteria para uma cultura cívica engendrada na participação. Os meios e os procedimentos destinados a assegurar as

¹⁵ Wilson Gomes (2008) entende o termo ‘cultura’ como mentalidades, valores, convicções e representações compartilhadas entre os sujeitos sociais.

oportunidades de participação política constituem, assim, as condições instrumentais: oportunidades de cidadãos debaterem e apresentarem suas convicções através destes meios.

Os discursos relativos à participação civil deficitária costumam, para Gomes, apresentar duas dimensões complementares. A primeira dimensão insiste no fracasso dos meios de comunicação de massa como instrumentos privilegiados para a ampliação da participação democrática. Enquanto a primeira dimensão constitui um ‘discurso de frustração’, a segunda procura imbuir os meios de comunicação à responsabilidade pelo déficit da participação nas sociedades contemporâneas – não pelo que deixou de realizar, sim pelo resultado nocivo à causa democrática. Identificam-se, a partir da configuração emergente destes meios de comunicação, características que influenciam diretamente os estados cognitivos e culturais da participação política. Para este autor, a concorrência interna das indústrias de informação e a necessidade de responder ao mercado de notícias e entretenimento conduziram os meios de comunicação ao sensacionalismo, à simplificação das informações políticas, à seleção e ordenação dos assuntos políticos a partir dos interesses de competição, dentre outras características. Como consequência, compromete a qualidade da informação política contraposta ao volume de representações que desqualificam sujeitos, princípios e procedimentos políticos.

2.4.1 Participação Política em Rede

Com o advento da *web*, nos primórdios da década de 1990, esperava-se que a internet atenderia aos anseios da participação política da sociedade. Reside na internet, sim, o potencial interativo que possibilita a comunicação entre os governos/representantes políticos e os cidadãos, o acesso democrático à informação pública e a prestação de serviços *on-line*, assim como informações retrospectivas acerca de determinados acontecimentos políticos. Porém, a carência de pesquisas – principalmente em CI – que identifiquem a efetividade dos canais interativos disponíveis em *websites* para a obtenção de conteúdos informacionais produzidos pelos governos e autoridades políticas constitui uma justificativa razoável para o

desenvolvimento desta dissertação. A internet, compreendida como um ambiente desregulamentado a serviço 'do bem ou do mal', possibilita a disseminação de conteúdos independente do crivo ideológico das indústrias de informação, pois os próprios cidadãos poderiam produzir informações denunciando o governo, ou representante político, e registrá-las na rede.

Gomes (2008) sintetiza sete blocos temáticos condizentes à participação política em rede: a) superação dos limites tempo/ espaço para a participação política; b) expansão e qualidade do estoque de informação *on-line*; c) comodidade, conforto, conveniência e custo; d) facilidade e extensão de acesso; e) sem filtros e nem controles; f) interatividade e interação e; g) oportunidades para vozes minoritárias ou excluídas. Estes pontos permitem a compreensão das vantagens dos novos meios de comunicação, especificamente a internet, para a participação política no ambiente virtual.

O primeiro bloco temático – *Superação dos limites de tempo e espaço para a participação política* – confere à possibilidade dessas tecnologias superarem os obstáculos de tempo e espaço para a participação política. Os encontros presenciais limitam-se à contemporaneidade de discursos entre os atores envolvidos. A *extensão e qualidade do estoque de informação on-line* apresenta a informação instrumental como essencial para que os cidadãos usufruam dos serviços e conteúdos informacionais disponibilizados pelo Estado, possibilitando um posicionamento político destes cidadãos, assim como insumos necessários para a cobrança e pressão sobre os governos e autoridades políticas.

A *comodidade, conforto, conveniência e custos* dispensam, segundo Gomes (2008, p.309), o deslocamento espacial dos cidadãos, a “submissão às condições hostis, desconfortáveis e cansativas das assembleias presenciais”. Possibilita intervenção a partir de ambientes (casa, trabalho, escritório), e no tempo que convier ao usuário, preterindo a convivência forçosa com estranhos. A *facilidade e extensão de acesso* condizem à oportunidade da internet superar uma situação de indisponibilidade ou segredo das decisões 'a portas fechadas'. A internet, para este bloco temático, oportuniza a disponibilidade, a abertura e a transparência dos governos. Isento ao controle de conteúdo, a rede seria um ambiente propício à liberdade de expressão e opinião por constituir um espaço *sem filtros e nem controles*. O anonimato contribuiria para o encorajamento daqueles que, por motivos

diversos, preferiram expor livremente as ideias ou denunciar alguma irregularidade governamental, preservando a identidade.

Argumento central relacionado às novas tecnologias no incremento da participação política, a *interatividade e interação*, através dos dispositivos da internet – particularmente a *web* e correio eletrônico – constituem canais eficientes para os fluxos de comunicação e informação bilateral entre os cidadãos e os representantes políticos. A concepção de interatividade política, ancorada na internet, condiz a uma comunicação ininterrupta e de iniciativa recíproca entre os cidadãos e os agentes políticos, conduzindo estes últimos (em princípio) a alterar as posições políticas para enquadrá-las à disposição do público. A interatividade é, para Gomes (2008, p.311),

[...] capaz de produzir um efeito igualmente importante na cultura política, pois contribui [...] para recompor a sensação de efetividade política na esfera civil e para produzir o sentimento de que os agentes políticos devem responder à cidadania pelas suas decisões e pelas suas ações referentes aos negócios de interesse público, [levando] à formação de um cidadão mais cioso de sua força política e a uma classe política mais ciente das suas obrigações democráticas de prestação pública de contas.

A internet representa, também, uma *oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas* das discussões políticas. Algumas dessas vozes são alijadas dos fluxos predominantes de comunicação, ou são atribuídas a grupos arredios à participação política nos formatos tradicionais. Assim, a internet apresenta diversas vantagens para a participação política, porém mister ressaltar aspectos que também podem cercear esta participação. Gomes elenca outros sete blocos que podem contrariar o ideal da participação política em rede: a) a qualidade da informação política produzida por instituições e agentes governamentais na tentativa de imposição de imagem pública advindas de grupos políticos ou adversários; b) a desigualdade de acesso às tecnologias; c) a cultura política concernente ao legítimo interesse dos cidadãos quanto às informações públicas disponíveis *on-line*; d) a predominância dos meios de comunicação de massa, ou seja, a replicação de práticas das indústrias da informação no ambiente *web*, interferindo pouco na influência alternativa; e) o fechamento do regime político, pois a mudança do ambiente de comunicação não constitui, *per se*, um espaço político modificador deste regime; f) a internet por configurar um espaço engendrado na liberdade expressão pode

converter-se no ambiente de práticas antidemocráticas – como exemplo a disseminação de ideias conservadoras e racistas; e g) a ciberameaça, ou seja, uma retórica relativa ao caráter pernicioso do universo digital. Este autor admite, no entanto, que a crise reside na concepção unidirecional da internet, divisando apenas um instrumento para o progresso e para a democracia.

2.4.2 Interação Mediada por Computador

A gradativa redução de obstáculos de acesso aos conteúdos informacionais na rede reconfigura a estrutura tradicional da prática política. Consultar oportunidades de emprego, contatar representantes políticos, acompanhar a utilização das verbas públicas e propor agenda de discussão das políticas públicas, a exemplos, viabilizam-se a partir das tecnologias de informação. As instituições governamentais e os representantes políticos incorporam às práticas políticas, assim como aos serviços *on-line* prestados aos cidadãos, os dispositivos de interatividade da *web* (*e-mails*, fóruns de discussão, *chats*¹⁶) com o intuito de responder às demandas advindas de cidadãos. A interação mediada por computador – IMC, assim, contribui para o acesso a conteúdos informacionais de maneira dinâmica, contrapondo com os tradicionais meios de comunicação de massa de fluxo unidirecional, como a televisão, jornal e rádio.

Estes canais de comunicação de massa, contudo, apresentam algumas características de interatividade, como programas de televisão que solicitam a participação da audiência para decidir o desenrolar do enredo, ou eliminar participantes de um *reality show*, mas o retorno desta audiência permanecerá distante da participação política mediada. Segundo Martínez Pandiani (2008), a utilização de ferramentas virtuais que contribuam para a interatividade entre os atores políticos e civis revela-se incipiente e tímida. Na América Latina, exemplifica, os líderes parecem subestimar a potencialidade comunicativa das ferramentas interativas proporcionadas pela *web*. Com anseios de compartilhar o protagonismo político, as novas tecnologias digitais possibilitam os públicos interessados a

¹⁶ Salas de conversação de mensagens instantâneas.

expressarem reclamações e inquietudes aos governos e representantes políticos, reclamando, assim, a participação política e a produção de conteúdos informacionais.

Os termos ‘interatividade’, ‘interativo’ e ‘interação’ circulam nas diversas dimensões da sociedade, como nas campanhas de *marketing*, nas embalagens de programas de informática, nos programas de televisão e outras. Primo (2003; 2007) adverte, entretanto, que a referência científica à interatividade – concebida como ‘interação mediada por computador’ – demanda uma conceituação mais ponderada. Entende a interação como uma ação entre os participantes do encontro, voltando-se para as relações estabelecidas pelos interlocutores envolvidos no processo de comunicação mediada por computador (interagentes). Este autor admite que diversos estudos e discussões relacionados a esta interação apresentam-se excessivamente tecnicistas, como a ênfase exagerada aos problemas de processamento e à transmissão de dados digitais, conduzindo-os a pesquisas parciais sobre o tema.

Primo (1998; 2007), a partir da proposta de estudo acerca da interatividade, sugere dois modelos de interação: a mútua e a reativa. As interações mútuas apresentam uma processualidade caracterizada pela conexão dos subsistemas envolvidos. O autor compreende o termo ‘sistema’ como a interrelação de um conjunto de objetos ou entidades para formar a totalidade. A interação mútua não poderá constituir uma soma de ações individuais. Para compreender o processo de interação mútua, continua, é preciso refutar a observação exclusiva no observador individual, ou seja, a ação dialógica constitui o cerne para a análise das interações interpessoais. Entretanto, adverte para a equivocada comparação da interação mútua com *feedback* do modelo transmissionista (emissor-receptor), pois o retorno de uma mensagem previamente enviada, por exemplo, possivelmente resultará em *feedback* que motive ou ratifique o encaminhamento de outra mensagem. Para Primo (2007, p.106), trata-se de uma interação mecanicista, posto que “a relação não é constituída cooperativamente entre os participantes do contexto, [pois] uma das partes reage conforme uma determinação externa e prévia”. Assim, esta relação teria um efeito calculável e previsível.

Com mínima ou nenhuma condição do reagente alterar o agente, a interação reativa representa relações lineares e unilaterais consideradas fracas, limitadas e

automáticas. A dinâmica deste modelo de interação confere à relação de estímulo e resposta, não reagindo a transformações contextuais; as interações reativas engendram-se na previsibilidade e automação das trocas, carecendo de uma estruturação prévia para responder ao estímulo – como exemplo, as mensagens recebidas na caixa do correio eletrônico informando que aquela caixa de mensagens eletrônicas estaria saturada de mensagens, ou jogos eletrônicos que respondem apenas ao estímulo do jogador, caso estas possibilidades estejam previstas na configuração do programador.

Castells (2001; 2003) admite que a interatividade possibilita aos cidadãos solicitar conteúdos informacionais, assim como expressar opiniões e requerer respostas pessoais aos representantes. Todavia, observa-se que os atores governamentais não se empenham devidamente às questões relacionadas à interatividade e à usabilidade dos portais, deixando de responder às solicitações dos usuários ou não atualizando os conteúdos disponibilizados em *websites*. Este autor defende que o referido ponto constitua o cerne fundamental para compreender a desconfiança política e, mormente, a rejeição crescente aos políticos, aos partidos e à política profissional, arraigadas na maioria dos cidadãos.

A interação mediada por computador, a partir dos recursos *web*, é capaz de promover debates através de salas de *chat*, *e-mails*, fóruns de discussão, notícias *on-line*, dentre outros; estas ferramentas interativas poderão interferir e estimular o processo de participação política. As salas *on-line* de conversação constituem espaços de compartilhamento de ideias sincrônicas entre indivíduos que possuam interesses semelhantes ou antagônicos, a partir do agendamento prévio para discutir tópicos específicos. Como interação mediada por computador assíncronica, as notícias *on-line* com possibilidades de comentários (réplica e tréplica), os *e-mails*, as listas e fóruns de discussões representam também importantes meios para fomentar a participação política.

A presente seção, orientada ao referencial teórico, procurou discutir os aspectos conceituais que versassem à participação política em rede, especificamente em *websites* dos deputados baianos, adotando como ponto de partida os conteúdos informacionais contidos na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA, concebida como um órgão governamental produtor de informações. Assim, o próximo capítulo descreverá o histórico da Assembléia –

retomando a trajetória institucional e o marco legal –, e as seções disponíveis no *website* (como a Ouvidoria). Procurou-se reconhecer e descrever os *websites* dos deputados registrados no sítio institucional da Assembléia com o intuito de identificar as oportunidades de participação política. Para compreender com profundidade os processos gerenciais inerentes a este *website* institucional, entrevistaram-se os responsáveis pela sua concepção e manutenção deste sítio eletrônico. A seção seguinte representa um debruçar no objeto empírico desta pesquisa, os *websites* dos deputados estaduais, a partir dos registros encontrados no sítio da ALBA.

3 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA – ALBA: ANÁLISE EMPÍRICA

A Assembléia Legislativa da Bahia – ALBA, localizada no Centro Administrativo da Bahia – CAB, região metropolitana da cidade de Salvador, representa o Poder Legislativo através dos deputados estaduais da Bahia. A 16ª Legislatura (2007-2011) – recorte da presente pesquisa – conta com 63 deputados estaduais eleitos pelo voto direto. Segundo o *Dicionário de Política*, de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o termo *assembléia* usualmente indica qualquer reunião com diversas pessoas para discutir ou deliberar questões de interesse comum. Enquanto o direito privado assinala uma reunião de pessoas diretamente interessadas na solução de problemas comuns, o direito público indica o corpo representativo relativo à entidade coletiva.

A história da ALBA remonta à Constituição Imperial de 1824, com a elaboração dos Conselhos Gerais das Províncias. Previsto no Artigo 81, a Carta Magna determinava que estes Órgãos objetivariam propor, discutir e deliberar os negócios relevantes das províncias a partir das especificidades relativas à localidade e urgência. Na Bahia, o Conselho Geral da Província apresentava 21 membros reunidos na primeira sessão, em 1828, findando no Convento do Carmo na cidade do Salvador – local onde funcionava a Assembléia entre a 1ª e a 11ª Legislaturas. Para o cargo de conselheiro não estava prevista remuneração, e os mandatos aconteciam através de eleições. O Conselho poderia somente sugerir à Assembléia Geral, localizada no Rio de Janeiro, ou ao Imperador D. Pedro I.

O Ato Adicional à Constituição, ocorrido no ano de 1834, extinguiu os Conselhos Gerais das Províncias, elaborando as Assembléias Legislativas Provinciais, renovadas a partir de eleições bianuais. Com a legitimidade de deliberar, os parlamentos estavam habilitados a legislar acerca da organização civil, judiciária e eclesiástica das respectivas circunscrições, a instrução pública, as exportações, a polícia, os negócios econômicos municipais, as despesas, os impostos, os transportes e as construções públicas. No Estado da Bahia a Assembléia apresentava 36 deputados provinciais; no ano de 1855 este número aumenta para 42 deputados.

Com intentos de construir um prédio para alojar o Poder Legislativo, o então governador da Bahia J.J. Seabra adquiriu no ano de 1914 o terreno para a construção do Palácio do Congresso Estadual, à Praça Rio Branco, para abrigar a Câmara dos Deputados e o Senado baiano – projeto nunca executado. O governador seguinte, Antônio Moniz Ferrão Aragão erigiu no terreno a Biblioteca Pública Estadual que também não possuía sede própria.

Devido ao elevado índice de analfabetismo na Bahia, as eleições e acumulação de cargos públicos – inclusive em instâncias diferentes – eram práticas comuns. A Assembléia Provincial da Bahia funcionava no espaço esquerdo do Paço Municipal, dividindo o prédio com os vereadores do espaço direito, permanecendo instalada neste local até o ano de 1889. A primeira Constituição Federal republicana redefiniu as subdivisões administrativas do incipiente Estado brasileiro, ou seja, passaram de províncias a estados. Neste período, os legislativos estaduais apresentavam-se bicamerais, com a Câmara dos Deputados e o Senado. Na Bahia, estas casas parlamentares constituam 42 e 21 membros, respectivamente, autores da primeira Constituição Estadual da Bahia (1891).

Instalada no Paço Municipal, a primeira legislatura da Câmara dos Deputados baiana permaneceu neste endereço até 1912, quando ocorreu o bombardeio na cidade do Salvador devido às lutas políticas entre as oligarquias provincianas nos primeiros anos da República Velha. Ainda neste ano, a Câmara dos Deputados desloca-se para um antigo solar da fidalguia portuguesa, situado à Ladeira da Praça, e adquirido pelo Poder Público, permanecendo até o ano de 1920. A partir de 1920 instala-se no Palacete Machado, localizado na Praça Duque de Caxias, do bairro Campo Grande, até o encerramento dos legislativos estaduais em 1930. Com a elaboração do Código Eleitoral em 1932, o então presidente Getúlio Vargas extinguiu os Senados estaduais e as Comissões de Verificação de Poderes, instituindo o título de eleitor com fotografia e o direito do voto facultativo às mulheres, com a posse de 42 parlamentares, no Palacete Machado (1934), da recém-instituída ALBA, incluindo a primeira deputada Estadual da Bahia, Maria Luíza Bittencourt. No período de 1937 a 1945 os legislativos estaduais brasileiros permaneceram fechados, voltando a funcionar, no caso baiano, em 1947 – ano da elaboração da terceira Constituição Estadual. A duração prevista para as sessões nesse período passou para oito meses anuais, caso comparado com os períodos

anteriores (em 1891 as sessões ordinárias duravam três meses ao ano, e em 1936 quatro meses). O número de deputados destinados à composição da legislatura cresceu 60 parlamentares, e a partir desta eleição reiniciou-se a contagem das legislaturas, considerada esta a primeira. A ALBA continuou no Palacete Machado até 1960.

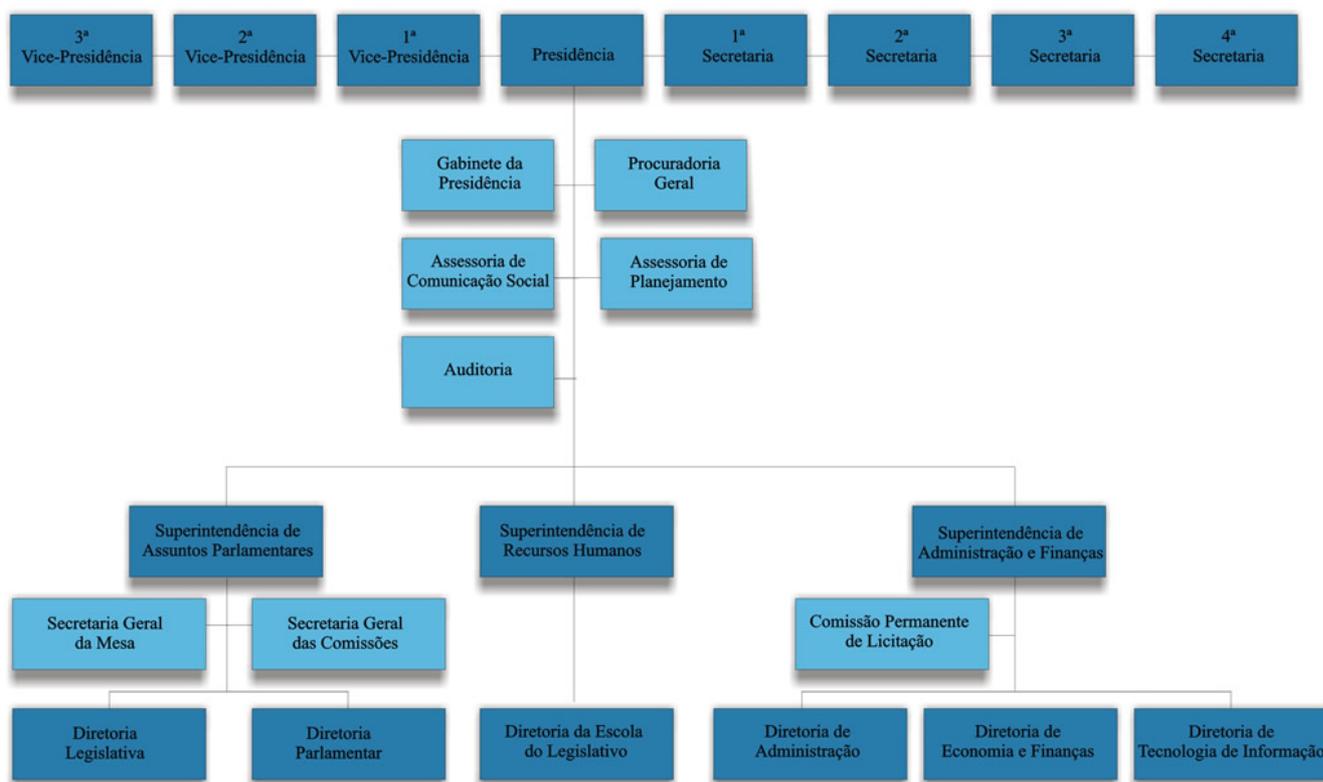
Em 1960, Assembléia passou a ocupar andares do Edifício Ranulfo Oliveira, sede da Associação Bahiana (*sic*) de Imprensa localizada na Praça da Sé. Nos dois anos subsequentes a Assembléia decretou a emancipação de 130 municípios do Estado da Bahia. A deflagração da ditadura militar, em 1964, comprometeu a independência do Parlamento com a cassação de, neste ano, 56 deputados estaduais e um suplente. No ano de 1974, o Parlamento transfere-se para a sede própria no Centro Administrativo da Bahia, e em 1989 promulgou-se a atual Constituição Estadual. Na Câmara dos Deputados, o número de deputados passou a corresponder à proporção da representação estadual, respondendo ao número de 63 deputados estaduais.

A *Constituição do Estado da Bahia* (BAHIA, 1989), promulgada em 5 de outubro de 1989, e atualizada a partir da Emenda Constitucional nº 11 de 28 de julho de 2005, informa que a Assembléia Legislativa, no primeiro ano da legislatura, reunir-se-ia em sessões preparatórias (a partir de 1º de fevereiro) para a posse dos deputados eleitos e a eleição da Mesa Diretora. Motivado pela conveniência pública e deliberação dos membros envolvidos, a Assembléia poderia reunir-se temporariamente em outras cidades do Estado, com sessões públicas que contaria com a presença de (no mínimo) um terço dos membros.

A Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, propõe legislar as matérias de competência do Estado previstas no art. 70 da *Constituição do Estado da Bahia*, como exemplos a) o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais; b) planos e programas estaduais e setoriais de desenvolvimento econômico e social; c) concessão para explorar os serviços públicos; d) promover periodicamente a consolidação dos textos legislativos (os conteúdos informacionais), com a finalidade de tornar acessível ao cidadão à consulta às leis, ou seja, o princípio de acesso à informação pública produzida por instituições governamentais e representantes políticos, como os deputados.

A estrutura da Assembléia, disposta na Lei nº 8.902 de 18 de dezembro de 2003 (BAHIA, 2003), e sancionada pelo Governador do Estado da Bahia, condiz à organização dos serviços técnico-administrativos estruturada na forma desta Lei. Os órgãos técnico-administrativos compreendem os Gabinetes da Presidência, dos membros da Mesa Diretora, das Lideranças e das Representações Partidárias e Parlamentares; a Procuradoria Geral; Assessoria de Comunicação Social; Auditoria; Superintendência de Administração e Finanças, de Recursos Humanos e de Assuntos Parlamentares, conforme representado no organograma a seguir:

ORGANOGRAMA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA



Regulamentado pelas Leis nº 8.902/2003 e nº 11.048/2008 publicadas, respectivamente, no Diário Oficial do Estado da Bahia nos dias 18/12/2003 e 21/05/2008

FIGURA 2: Organograma da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia

Fonte: *website* da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

Ao Gabinete da Presidência compete assistir ao presidente no exercício das atividades, dispensando-lhe suporte para o desenvolvimento destas atividades internas e externas, como organizar e atualizar o cadastro de informações relativas aos interesses da Presidência. Procura organizar a agenda presidencial a partir das

prioridades definidas pelo titular e coordenar o atendimento de autoridades e cidadãos que possuam interesse em contatar a Presidência. O Gabinete também proporcionará o apoio administrativo para garantir um desempenho excelente; coordenar as representações presidenciais, atentando para as normas de segurança, protocolo e cerimonial e; produzir relatórios, correspondências e ofícios da Presidência. O Gabinete da Presidência envolve a Chefia do Gabinete, a Assistência Civil, a Assistência Militar e Cerimonial.

A Assistência Civil procura atender diretamente o presidente nas relações com a sociedade e com os demais Poderes, acompanhando-o em solenidades civis. Assim, a Assistência Militar assiste ao presidente em assuntos relacionados à segurança, constituindo uma ligação deste com organismos militares. Procura planejar, organizar, dirigir e executar os serviços de segurança interna e externa da sede do Poder Legislativo, incluindo a residência do presidente da Casa, dentre outras atividades correlatas. Compete ao Cerimonial prestar assistência na recepção a autoridades e convidados do Poder Legislativo, em solenidades civis e eclesiásticas; organizar as sessões solenes em articulação com a Diretoria Parlamentar, conservando o museu de imagem, som e fotografia documental destinado à pesquisa e à preservação da memória da Assembléia, assim como promover a exposição dos recursos materiais que contribuíram para a formação da história do Poder Legislativo.

A Procuradoria Geral constitui um órgão de consultoria, assessoramento jurídico e representação judicial vinculada ao presidente. Compete a este órgão representar a Assembléia em juízo, assessorar juridicamente a Mesa Diretora, Comissões e Órgãos Administrativos, produzir informações em mandados de segurança e representações por inconstitucionalidades, dentre outras competências. A Assessoria de Comunicação Social, assim, coordena a divulgação do Poder Legislativo do noticiário jornalístico no Diário Legislativo, desenvolve atividades de editoração de documentos oficiais, organiza entrevistas individuais e coletivas e promove o acompanhamento dos programas políticos – televisionados e radiofônicos –, registrando-os através de gravações.

A Assessoria de Planejamento desempenha funções relativas ao planejamento, programação, acompanhamento e modernização no âmbito da Assembléia. Esta assessoria coordena também a elaboração e a execução da

Proposta Orçamentária, como desenvolver estudos, análises de programas e projetos de investimento. A Auditoria, contudo, procura a eficácia do controle da fiscalização financeira e orçamentária do Estado, exercida pela Assembléia, realizando atividades de orientação, acompanhamento e fiscalização interna.

O Artigo 9º da Lei nº 8.902 especifica, ainda, a competência das superintendências previstas no organograma, como a ‘Superintendência de Administração e Finanças’, responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades das Diretorias Administrativa, Economia e Finanças, Tecnologia da Informação e Comissão Permanente de Licitação; à ‘Superintendência de Recursos Humanos’ compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades condizentes à Administração de Recursos Humanos, Desenvolvimento de Recursos Humanos, Gestão de Saúde e Benefícios e Comunicação Interna; à ‘Superintendência de Assuntos Parlamentares’ compete a coordenar e supervisionar as atividades inerentes às Diretorias Legislativa e Parlamentar, da Secretaria Geral da Mesa e da Secretaria Geral das Comissões.

Como instituição governamental produtora de conteúdos informacionais, a ALBA procura disponibilizar ao público interessado informações relativas aos deputados (biografia, legislatura, projetos de lei), aos respectivos partidos políticos, às bancadas, e outras. Com o intuito de possibilitar o acesso ‘irrestrito’ à informação pública, esta instituição adotou instrumentos tecnológicos para a produção, registro, preservação e disseminação de conteúdos produzidos – compreendida como uma tendência do governo eletrônico. As aspas na palavra *irrestrito* condizem, neste caso, a um discurso e não uma prática, pois, a partir de uma análise empreendida no *website* da Assembléia, não foram identificados conteúdos que indicassem a equipe responsável pelo desenvolvimento do sítio eletrônico e canais de comunicação com a assessoria, considerando a desativação da *Ouvidoria* no período da pesquisa. Como alguns conteúdos não estavam publicados neste *website*, realizou-se um roteiro de entrevista, e a conseqüente entrevista com os responsáveis, que procurava compreender as lacunas informacionais observadas neste *site*. O delineamento e a discussão deste instrumento de pesquisa serão apresentados detalhadamente no próximo capítulo – destinado à metodologia da pesquisa. Na subseção a seguir, discutir-se-ão os objetivos, os aspectos estruturais

e as políticas do *website* da ALBA e a apresentação dos sítios dos deputados registrados neste *website*, objeto da presente pesquisa.

3.1 ANÁLISE DO *WEBSITE* DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA

Mister antecipar o alinhamento conceitual de determinados termos (páginas, sítios, portais, sítio promocional) utilizados para as análises do *website* da ALBA, assim como dos sítios dos deputados estaduais vinculados a esta instituição. Estes termos tornar-se-ão recorrentes a partir desta seção da dissertação. Para alcançar este intento, utilizaram-se os conceitos anunciados no documento *Padrões Brasil e-Gov – Guia de Administração*, conduzido pelo Departamento de Governo Eletrônico (DGE) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (BRASIL, 2009). Destarte, o referido documento compreende o termo ‘página’ como unidade mínima de informação, como página inicial (a ‘capa’ do sítio) e páginas secundárias (àquelas abaixo da página inicial). ‘Sítio’ ou ‘*website*’ constitui um conjunto de páginas contendo serviços e informações de determinado órgão, empresa ou departamento. Este subdivide-se em ‘sítio institucional’, com conteúdos informacionais relativos a órgãos ou entidades específicos; e ‘sítio temático’ comporta conteúdos ou serviços específicos relativos a um tema específico. Os ‘portais’ referem-se a sítios com vasto conjunto de informações e serviços; reconhecido pela complexidade, oferece acesso direto a diversas aplicações com componentes especializados, como notícias, agenda e outros. O ‘sítio promocional’, ao contrário dos portais, é reconhecido pela efemeridade devido ao objetivo específico, como exemplo a divulgação de campanha política. Esclarecidos os termos, debruça-se na primeira análise da pesquisa.

No dia 20 de dezembro 2010, o pesquisador dirigiu-se à ALBA intuindo entrevistar os responsáveis pelo sítio institucional. Importante registrar os diversos intentos mal sucedidos para agendar um contato presencial, a partir de telefone e *e-mail* disponíveis na página da Ouvidoria da Assembléia, com a equipe responsável pelo desenvolvimento do *website* (concepção e planejamento). O encontro visava a

compreender o objetivo e a estrutura do sítio, as rotinas comunicacionais para a publicação de notícias, assim como os possíveis vínculos institucionais existentes com os deputados estaduais. Na Assembléia, indicaram o setor responsável pelo gerenciamento do sítio: o Departamento de Tecnologia da Informação. Ao contatar a equipe de Tecnologia da Informação, recomendou-se que a entrevista acontecesse com Edgar de Queiróz Crusoé e Ícaro Caires Machado, respectivamente gerente e coordenador daquele departamento. Como o canal Ouvidoria estava inativo, impossibilitando o pré-agendamento com os coordenadores do *website* da ALBA, a solução para entrevistá-los requereu um encontro presencial durante o expediente dos entrevistados.

No início do encontro, o coordenador de Desenvolvimento do Sistema informou que o *website* da Assembléia utiliza uma ferramenta de análise da *web* disponibilizada gratuitamente pelo *Google*, o *Google Analytics*. Esta solução proporciona uma visibilidade do tráfego de *websites*, permitindo identificar o número de visitas diárias, as páginas internas mais acessadas, assim como as estatísticas de acesso. Identifica, outrossim, a localização geográfica do visitante (quando acessado de Salvador, Bahia, outros estados brasileiros e países) e o percurso adotado pelo visitante para alcançar a página. Com a concepção da página relativa às eleições de 2010, segundo o coordenador, identificou-se um aumento considerável de visitas durante duas semanas que antecipavam estas eleições e três semanas subsequentes, representando a página mais visitada no *website* no período. Prenunciando a inferência do pesquisador relativa ao interesse real de cidadãos no processo eleitoral, o coordenador acrescentou que existem públicos que acessam assiduamente o sítio eletrônico da Assembléia, a partir da publicação de determinados conteúdos, como a sessão plenária, a biografia, a frequência e as proposições dos parlamentares, incluindo as atas legislativas.

O projeto e o desenvolvimento do *website* da ALBA remontam ao ano de 1999, período relativo ao ingresso dos entrevistados no Serviço Público. Ao assumirem os cargos de gerente e coordenador, retomaram com afinco as atividades relacionadas ao portal, pois, para Ícaro Caires, este constituía um importante canal de interatividade, estreitamento e transparência entre os atores políticos e os cidadãos. Construído na linguagem de marcação de hipertexto (*HTML*

– *Hyper Text Markup Language*), com a linguagem de programação *goldfinger*¹⁷, e utilizando versão para o *browser* (navegador de internet) *Explorer*, banco de dados SQL¹⁸, a concepção do *website* da ALBA estava inicialmente vinculada à Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (PRODEB), mas, com o desenvolvimento tecnológico, outras linguagens de programação destinadas à dinamicidade e interatividade do *website* foram adotadas. A intranet, antecessora do *website*, constitui um canal importante para o registro e divulgação de notícias. A Assessoria de Comunicação registra estas matérias neste ambiente interno para, posteriormente, a equipe responsável pelo desenvolvimento do *website* divulgá-las na internet. Esta atividade – segundo a equipe – deveria acontecer automaticamente às noites, mas a assessoria não a executa, atribuindo esta atividade aos gestores do sítio.

A equipe não se responsabiliza pelas demandas advindas de cidadãos; a comunicação deverá ocorrer diretamente com o Gabinete do deputado, preterindo, assim, mediadores institucionais para a interatividade. Ícaro Caires e Edgar Crusoé revelam, no entanto, o desconhecimento de iniciativas populares relativas a estas demandas, e inferem que a comunicação com os representantes políticos deva acontecer diretamente com a assessoria dos Gabinetes dos deputados, a exemplo de entidades públicas. A Assembléia é diretamente a responsável financeira pelo desenvolvimento do *website*, a partir do orçamento anual advindo do Estado, como o pagamento de servidor externo para o registro e hospedagens de imagens, vídeos e documentos digitais (serviço terceirizado).

Admitem a inexistência de Portarias ou regulamentos que orientem as atividades de desenvolvimento do *website* da Assembléia, mas citam que o marco para a atualização deste sítio ocorreu no ano de 2005, com a hospedagem de conteúdos informacionais públicos produzidos pelos deputados, assim como os conteúdos produzidos pela Assembléia. Este constitui o objetivo principal do sítio: disponibilizar aos cidadãos informações produzidas internamente pela ALBA. A preocupação com a interatividade do *website*, para o coordenador, permeou o desenvolvimento deste sítio, e iniciativas como disponibilizar na página principal o

¹⁷ Método padronizado para expressar instruções para um computador;

¹⁸ *Structured Query Language*, ou Linguagem de Consulta Estruturada. Linguagem de pesquisa declarativa para banco de dados relacional.

*twitter*¹⁹ dos deputados, 'Fale com o deputado' e a Ouvidoria representam o cerne de aproximação dos cidadãos com os deputados. As tecnologias da informação permitiram, também, uma agilidade na publicação no sítio de áudios com discursos dos deputados e vídeos, disponibilizando com rapidez conteúdos de interesse público. Reduziu o volume de documentos impressos destinados aos deputados, atualmente este representante político acessará os conteúdos no *website* da ALBA para imprimir apenas os conteúdos importantes para as atividades parlamentares.

Os deputados não recebem orientações técnicas advindas da equipe do *website* da ALBA. O trabalho desenvolvido pelo gerente e pelo coordenador condiz somente a orientar estes representantes na utilização de *softwares* livres (programas de computador sem restrições de uso), como o *Open Office*, ou a mobilização de treinamento quando a equipe desenvolve um novo sistema que envolva a participação das assessorias dos parlamentares. Diversos gabinetes contratam empresas que desenvolvem soluções específicas para as necessidades dos deputados, principalmente no período das eleições. A inviabilidade dessa equipe em orientar o alinhamento dos *websites* dos deputados repousa nas atividades já desenvolvidas no sítio da ALBA, como a hospedagem de conteúdos diversos produzidos por estes políticos. Houve um projeto de organizar páginas individuais para os deputados, mas este intento arrefeceu devido à preocupação desta equipe de divulgar um conteúdo político inapropriado à Assembléia, isento de aspirações partidárias. Este projeto de páginas individuais difere, no entanto, daquelas páginas existentes no sítio da ALBA.

Para descrever os *websites* desta pesquisa utilizaram-se como critério as diretrizes de usabilidade propostas por Nielsen e Loranger (2007), ou seja, uma padronização para as análises destes sítios. Como os autores informam que, a partir de estudos realizados com usuários de *websites* durante 20 anos, estes usuários utilizam de maneira insuficiente a barra de rolagem durante a navegação, excetuando as situações quando a primeira página indique o 'lugar certo' para continuar navegando. Assim, optou-se em apresentar a página principal do sítio da ALBA, sem utilizar a barra de rolagem, para realizar uma análise detalhada. Para estes autores, os usuários tendem a observar exatamente o centro da página; caso necessário, transferem o olhar para a esquerda ou para a parte superior com o

¹⁹ Rede social que permite aos usuários receber e enviar atualizações pessoais.

propósito de encerrar a navegação. Continuam declarando que raramente estes usuários direcionarão o olhar à margem direita para averiguar a barra de rolagem, incluindo a parte inferior. Este estudo desenvolvido por Nielsen e Loranger pressupõe que os usuários compreendem os conteúdos informacionais dispostos na parte inferior como pouco relevante.

The image shows the homepage of the Assembleia Legislativa da Bahia website. At the top, there is a banner with the text "Assembleia Legislativa da Bahia" and a background image of a building. Below the banner is a navigation bar with links: "Principal", "Eleições 2010", "Fale com o Deputado", "Sessões", and "Twitter". The main content area is divided into several sections. On the left, there is a sidebar titled "A Legislatura" with links for "Blocos", "Contato", "Deputados Por Nome", "Deputados Por Partido", "Mensagem do Presidente", and "Mesa Diretora". Below this is "Atividade Parlamentar" with links for "Composição Comissões", "Frequência dos Deputados", "Ordem do dia", "Parecer das Comissões", "Pauta", "Proposições", and "Resumo de Pauta". At the bottom of the sidebar is "Histórico". The main content area has a "Notícias" section with a photo of a man speaking and a headline "Zé Neto defende instalação de geradores nos edifícios." Below this is a "Proposições" section with a photo of a man and a headline "28/02/11 - Dep. Coronel Gilberto Santana". To the right of the "Notícias" section is a "Canal Assembleia" section with a video player and a list of "Últimos Programas no Arquivo".

FIGURA 3 – Página Principal do *Website* da Assembleia Legislativa da Bahia
Fonte: *website* da Assembleia Legislativa da Bahia acessado em 28 de fevereiro de 2011.

Seguindo estas propostas, encontram-se no centro da página principal do *website* da ALBA os espaços destinados às 'notícias' e 'proposições' como explícito na Figura 2. As notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação da Assembleia contam com imagens relacionadas aos conteúdos e sistema de pesquisas por palavras-chave e períodos específicos. Encontra-se uma lista de notícias veiculadas na página principal, organizadas por data de publicação. Ainda no centro, as últimas proposições de deputados com metadados relacionados às propostas (data de entrada, origem, regime e ementa), arquivos para *download* e o número de protocolo da tramitação. Também nesta seção há um sistema de pesquisa com campos destinados ao preenchimento do número, palavra e tipo das proposições.

Como sugerido por Nielsen e Loranger (2007), na lateral esquerda da página encontram-se cinco blocos temáticos: a legislatura, atividade parlamentar, histórico, informações e serviços e legislação. Na legislatura observam-se os ‘blocos’ com as bancadas, os partidos, o bloco parlamentar e as representações partidárias a partir da legislatura vigente; a seção destinada ao ‘contato’ dos deputados categorizados por nome, partido político, data de nascimento, endereço e telefone do Gabinete e o *e-mail*; em ‘deputados por nome’ há a lista de todos os deputados eleitos com ligações para páginas que registram os dados pessoais, a formação educacional, atividade profissional, mandato eletivo, filiação partidária, atividade parlamentar, proposições – com possibilidades de visualizar projetos de resolução, projetos de lei e indicações – e o contato com o endereço, telefone, *e-mail* e endereço de *website*. Na subseção ‘deputados por partidos’ os deputados estão categorizados pelos partidos políticos. A ‘Mensagem do presidente’ remete à lista completa dos deputados de todas as legislaturas, não apresentando uma mensagem, e a página da ‘Mesa Diretora’ com as fotografias dos deputados que a compõe.

No bloco destinado à ‘Atividade parlamentar’ encontra-se a composição das comissões subdivididas em Agricultura e Política Rural, Constituição e Justiça, Direitos da Mulher e outras. Em ‘Frequência dos deputados’ há um sistema de pesquisa e relatórios de frequência dos deputados categorizados por data e horário. O usuário poderá acessar os conteúdos informacionais detalhados das seções plenárias, com áudio e discursos. Constam a ‘Ordem do dia’ com as atividades parlamentares; ‘Parecer das Comissões’ com um sistema de busca subdividido por comissões; a ‘Pauta’ destas atividades; a pesquisa por ‘Proposições’, a partir de buscas específicas e o ‘Resumo de Pauta’, com conteúdos resumidos de pauta das comissões. Na categoria destinada ao histórico observam-se as páginas dos deputados desde a primeira à última legislatura, a história da ALBA – essencial para a construção do capítulo destinado à contextualização da Assembléia – e as legislaturas categorizadas por deputados eleitos naquele período.

Em ‘informações e serviços’ encontram-se os ‘Atos do RH’ com a disponibilidade de diários oficiais com assuntos relativos à Assembléia; apresenta também uma página destinada à Biblioteca Aloysio da França Rocha – especializada na área jurídica e com o acervo composto por coleção de livros, legislação estadual, municipal e federal – com possibilidade de pesquisa à biblioteca

virtual; apresentam subseções destinadas a concursos públicos, ao Diário Oficial *online*, documentos do Setor de Recursos Humanos – RH (como um formulário para a posse de novos servidores), emendas com Propostas Orçamentárias Anual – POA, o informativo parlamentar, atualizado quinzenalmente. Encontram-se os conteúdos publicados no Diário Oficial com licitações, ligações externas para *sites* como revistas, jornais, partidos, assim como o mapa do *site* para facilitar a navegação, notícias do legislativo e o mapa com o endereço institucional da Assembléia. Contam também com o organograma da ALBA regulamentado a partir da Lei nº 8.902/2003 (BAHIA, 2003) publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia

À ‘Ouvidoria’ compete receber, examinar e encaminhar aos órgãos as demandas advindas de pessoas físicas ou jurídicas. O *Sistema de Ouvidoria da Assembléia do Estado da Bahia* também propõe à Mesa Diretora medidas necessárias à regulamentação dos trabalhos administrativos e legislativos, responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências adotadas pela ALBA, realizar audiência com segmentos da sociedade civil, dentre outras. Porém, no período da pesquisa a Ouvidoria estava inativa, requerendo do pesquisador ações que auxiliassem a compreensão. A assessora parlamentar responsável pela operação da ‘Ouvidoria’ da Assembléia, Maria de Lourdes, informa que a totalidade das demandas registradas neste canal são respondidas, porém ‘noventa e nove por cento’ dessas demandas não condizem às atividades da Ouvidoria – como exemplo os usuários que solicitam emprego.

Para a entrevistada, a Ouvidoria Parlamentar é para receber reclamações em relação à Assembléia e aos deputados, o que raramente acontece. O *e-mail* constitui o canal mais utilizado pela população (se comparado com o telefone) e não existe seleção das demandas encaminhadas, ou seja, não existem critérios de aceite ou recusa dessas solicitações. Os cidadãos, assim, são notificados através do endereço eletrônico quanto à demanda encaminhada, mas a Ouvidoria não se responsabiliza pela garantia de resposta dos deputados. Quando questionada da percepção que a assessora possui em relação à participação política, a entrevistada informa que os cidadãos não conhecem as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, por estes utilizarem este canal apenas para resolver problemas pessoais.

Na lateral esquerda encontram-se, finalmente, subseções destinadas às ‘Publicações diversas’, ‘Relatórios’, ‘*Software livre*’ com a utilização do *Open Office*,

possibilitando o *download* dos tutoriais dos programas instalados nos Gabinetes e a 'Transparência' organizada por deputados, categoria (aluguel de imóveis para escritório, locomoção, hospedagem e outras) e o mês que o usuário pretende recuperar a informação. Na parte superior da página principal encontram-se a ligação para a página principal, informações acerca das eleições de 2010, a possibilidade de enviar mensagens aos deputados, as sessões plenárias e a rede social *twitter* dos parlamentares que a possuem. Como os autores que fundamentaram as análises dos *websites* indicam que a margem direita constitui a última seção observada por usuários, descreve-se esta seção como aquela destinada aos vídeos dos programas do Canal Assembléia – A TV da Casa do Povo, à Proposta Orçamentária Anual – POA e às Sessões Plenárias – páginas com diversas ligações dispersas pelo *site*.

Nas últimas considerações da entrevista, quando questionados acerca do interesse dos deputados em contribuir para a participação política de cidadãos, os entrevistados informam que apenas alguns destes representantes estão realmente interessados em interagir com o público. Percebem que o *website* da ALBA poderá contribuir para a participação política dos cidadãos a partir da divulgação de conteúdos informacionais produzidos pelos deputados, assim como a possibilidade destes cidadãos contatarem os representantes através da internet, visando à economia, à agilidade e à segurança da informação (rotina de *backups* de dados). Argumentam que a sociedade, com o transcorrer do tempo, impõe determinadas mudanças àquela instituição para fomentar a participação política, sensibilizando os deputados para a importância das tecnologias no processo de interatividade destes parlamentares com a sociedade.

A partir deste preâmbulo, relativo à análise do *website* da ALBA, especificamente da identificação dos *websites* dos deputados registrados neste sítio, a subseção a seguir procura descrever sucintamente – igualmente a partir das proposições de Nielsen e Loranger (2007) – os *sites* desenvolvidos pelos parlamentares, constituindo estes o objeto de análise da presente pesquisa. Concentrado nos conteúdos informacionais produzidos por estes representantes políticos, e no potencial interativo da internet para a participação política, descreve-se a disposição das informações e os dispositivos de interatividade. O Apêndice A aprofunda as descrições empreendidas nestes sítios.

3.2 ANÁLISE DOS WEBSITES DE DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA

Os *websites* dos deputados do estado da Bahia analisados apresentaram aproximações quanto à disposição dos conteúdos informacionais. No centro das páginas principais dispunham, em diversos casos, de notícias; nas laterais esquerdas encontram-se as biografias, proposições, moções, ofícios, projetos de leis, ou seja, conteúdos produzidos por estes parlamentares; nas partes superiores era comum observar as replicações de informações contidas nas laterais esquerdas, incluindo formulários *on-line* para contatar os parlamentares, registro de usuários em boletins informativos e nas redes sociais como *twitter*, *orkut* e *youtube*²⁰. Observou-se que um volume considerável dos *websites* analisados disponibilizava recursos audiovisuais, como vídeos e áudios relacionados às atividades políticas desses representantes. Para evitar uma descrição exaustiva destes sítios, que poderia tornar-se cansativa, procurou-se apresentar os aspectos mais relevantes da observação. Importante ressaltar que informações adicionais advindas destas análises serão apresentadas no capítulo destinado à apresentação dos dados coletados, e a descrição completa encontra-se no Apêndice A.

O centro da página do *website* do deputado **Ângelo Coronel** apresentava uma mensagem natalina, e na lateral esquerda encontrava-se a TV Coronel. Este sítio possuía uma seção destinada a *downloads* de adesivos, logomarcas de campanhas e ‘papéis de parede’, porém estavam desativados. Interessados poderiam acessar o *jingle* de campanha e o ‘avatar’ (desenhos virtuais elaborados e parecidos com os internautas) das redes sociais das quais o parlamentar participa. Há também um mural para recados destinados aos usuários registrarem apoio político ao representante.

No sítio de **Arthur Maia**, ao final das matérias postadas, o usuário poderá comentá-las, enviá-las por *e-mail* ou imprimi-las. Apresenta atualizações registradas no *twitter*, assim como registros deste deputado em outros *sites* e jornais. O *clipping* estava atualizado, e contava com arquivos de áudio e de vídeos sobre o parlamentar. A parte direita da página registra uma seção denominada ‘Arthur na TV’ e ‘Arthur nas Rádios’, assim como as atualizações que o político registra no *twitter*, e

²⁰ Rede social destinada a compartilhamento de vídeos.

conteúdos de *blogs* de cidadãos interessados nas atividades parlamentares deste político.

No *website* de **Bira Coroa** constatou-se uma seção destinada a sanar dúvidas dos usuários quanto aos temas relacionados a 'Utilidade pública', 'Acessibilidade e educação especial' e 'Política de inclusão na Bahia'. Importante registrar o esforço deste deputado em disponibilizar artigos que instruem o cidadão, e informar aos interessados a agenda de atividades parlamentares. As notícias relacionadas ao deputado estavam atualizadas e apresentavam fotografias ilustrativas acerca do tema abordado. Estas notícias possuíam um caráter cumulativo, ou seja, o usuário interessado poderia acessar matérias outrora publicadas. O sítio também apresenta uma agenda com as atividades do parlamentar, especificando a data, horário, a descrição do evento e o local das ações.

Capitão Tadeu oferece no sítio um elenco de cursos jurídicos e revisão para o vestibular da Universidade Estadual da Bahia – UNEB específico para o curso de Oficial da Polícia Militar. Apresentam informações acerca da Associação Geral dos Policiais – AGEPOL, trabalhos acadêmicos realizados pelo deputado, uma seção denominada 'Biblioteca' com documentos oficiais, como as constituições Federal e Estadual. Salienta-se que este sítio dispõe de textos jurídicos para o 'aprimoramento da cidadania'.

A relevância do sítio de **Edson Pimenta** condiz às ligações externas (*links*) para os projetos 'Todos pela Alfabetização – TOPA' e 'Minha Casa Minha Vida', conteúdos que podem interessar os usuários. Porém, este sítio não apresentava ferramentas importantes que possibilitassem a interatividade entre o parlamentar e o cidadão; priorizava, entretanto, as informações estáticas relacionadas ao deputado, sem possibilidade de contato *off-line*. A página destinada a publicações de conteúdos relacionados à assessoria estava sem informações (em branco).

O parlamentar **Eliedson Ferreira** disponibiliza uma agenda semanal e, dentre outras informações, a seção de entretenimento com a possibilidade de *download* da Bíblia Sagrada *On-Line* e o Guia dos Curiosos. O *website* também disponibiliza os serviços prestados pelo Gabinete, como a assistência jurídica gratuita, acompanhamento de processos nas Secretarias Estaduais, encaminhamento para

cursos profissionalizantes intensivos e gratuitos, dentre outros. Importante ressaltar que este sítio procura prestar serviços de utilidade pública.

Elmar Nascimento disponibiliza no *website* o recurso para enviar mensagens concernentes à sua atuação para o celular dos usuários previamente cadastrados (torpedos SMS, ou seja, serviços de mensagens curtas). O *website* apresentou alguns problemas de conexão enquanto o pesquisador descrevia este sítio, porém disponibiliza informações suficientes para os cidadãos, relativas às atividades desempenhadas pelo parlamentar.

O sítio de **Gaban** apresenta serviços *on-line*, como o resultado da Loteria da Caixa Econômica Federal e segunda via da conta da Coelba e um fórum de discussão denominada de '+ Participação'. Percebe-se que este *website* convida os cidadãos a participarem das discussões políticas. A estrutura do sítio também autoriza aos usuários a consulta a boletins informativos publicados, exigindo apenas o cadastro prévio do interessado.

Gilberto Brito dispõe de uma seção 'Agora é Lei' no sítio com conteúdos de utilidade pública, como a devolução de matrículas em universidades públicas. Apresenta também uma seção intitulada 'Coisas de Gilberto' com textos literários para a efusão lírica e poética.

Os parlamentares **Gildásio Penedo**, **Heraldo Rocha**, **José Nunes**, **Luiz de Deus** e **J. Carlos** apresentam proximidades quanto à estruturação dos *websites*, com redes sociais e seções destinadas ao registro de vídeos e áudios; excetuando o último deputado, no entanto, onde observou-se um 'mural' para os usuários registrarem mensagens.

No formulário 'Fale conosco' do *site* de **Isaac Cunha** encontra-se uma mensagem incentivando os usuários a participarem do mandato, pois aquela seção procura instituir um espaço democrático. Assegura que responderá estas mensagens com brevidade, mas a pesquisa não obteve resposta.

O curioso do sítio de **João Carlos Bacelar** condiz não apenas aos conteúdos registrados nas páginas, mas também ao *jingle* 'Vamos subir, esquadrão' – grito de guerra dos torcedores do Esporte Clube Bahia – com a letra e o áudio da música. Dentre outras músicas, encontra-se a paródia de uma banda de forró 'Bahia ta dodói, tira Wagner [governador da Bahia] que passa' e outras entrevistas com o deputado.

Na parte central da página principal do deputado **Marcelo Nilo** encontram-se notícias relativas a este parlamentar, o 'Midiacenter Marcelo Nilo' com participações em diversos canais de comunicação.

Interessante observar que o *website* de **Neusa Cadore** apresenta uma página esclarecendo termos como 'requerimento', 'moção', 'indicação' e outros. Possibilita ao usuário o cadastro no sítio, porém não explica o porquê deste cadastro.

Os *websites* dos deputados **Pedro Alcântara**, **Prof. Valdeci** e **Ronaldo Carletto** também dispõem de uma estrutura de apresentação dos conteúdos parecida. Mas o sítio do Prof. Valdeci disponibiliza uma ferramenta que permite a distribuição padronizada de conteúdos do *site*, permitindo a leitura em diversos 'leitores' de notícias. Esta ferramenta constitui a *RSS Feeds – Rich Site Summary* ou *Really Simple Syndication*.

Sandro Régis registra algumas mensagens de incentivo enviadas por usuários, e **Waldenor Pereira** apresenta uma mensagem relativa às características de um mandato popular e transparente.

Derradeiramente, os parlamentares **Yulo Oiticica** e **Zé Neto** apresentam informações que pouco distam da estrutura geral dos *websites* descritos, como possibilidades de comunicação através destes sítios (formulários), endereço dos gabinetes para encontros presenciais, arquivos multimídias (áudios e vídeos), proposições, moções, legislações, em suma, conteúdos informacionais produzidos e/ou disponibilizados pelos deputados da ALBA que, a partir das diversas fontes apresentadas no capítulo teórico, potencialmente contribuirão para a participação política dos cidadãos interessados. Assim, as tecnologias da informação, no sentido *lato*, e a internet, no sentido *stricto*, constituem ferramentas essenciais para a disseminação destes conteúdos para os públicos interessados. O esforço e investimentos crescentes destes representantes políticos em estabelecer o contato direto com cidadãos parecem revelar o interesse, mesmo incipiente, de pela participação democrática dos indivíduos no processo político.

A partir destas considerações, incluindo as análises descritivas dos conteúdos informacionais e dispositivos de interatividade dos sítios dos parlamentares, é mister investigar **como os *websites* dos deputados da ALBA condicionam a participação política, a partir de canais interativos, para a consecução de informação pública em rede?** Para responder a esta pergunta adotou-se técnicas,

instrumentos e modelos de pesquisa condizentes ao objeto de estudo. Estes elementos serão relatados no capítulo seguinte, destinado aos procedimentos metodológicos da presente pesquisa.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para lograr os dados e os conteúdos informacionais (livros, artigos e comunicações de eventos científicos, dissertações e teses) que compusessem esta investigação, utilizaram-se estratégias para a recuperação da informação em bancos e bases de dados científicos. Como o pesquisador ministra o curso de extensão *Estratégias de Pesquisa e Recuperação da Informação na Internet*²¹, desde o ano de 2003, a recuperação de conteúdos constituiu um processo sistemático e objetivo para a otimização da pesquisa referencial. Procurou-se identificar estudos em CI relacionados ao tema de investigação, com o intuito de reconhecer os textos ‘clássicos’ e o ‘estado da arte’. A identificação principiou com o levantamento de materiais bibliográficos condizentes à proposição de pesquisa, perpassando pelos anais de congressos, dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduações de instituições de ensino superior brasileiras e artigos de periódicos científicos. A figura a seguir sintetiza o processo de levantamento referencial desta investigação:

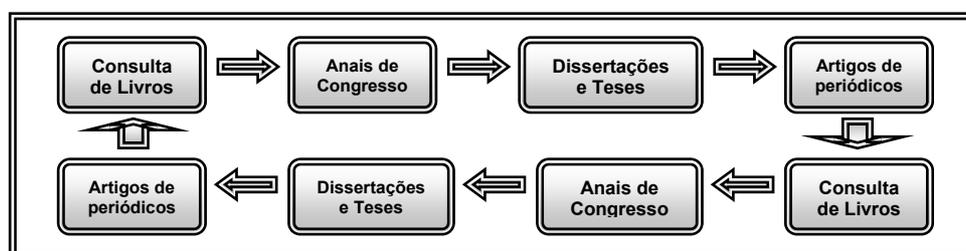


FIGURA 2 – Proposta de Levantamento Referencial

A consulta de livros representou para a pesquisa o cerne para a fundamentação teórica. Estes materiais contribuíram para o aprofundamento do tema de investigação, contribuindo significativamente para a problematização do tema de pesquisa, a partir das lacunas existentes nestes estudos. O caráter interdisciplinar da pesquisa concebeu o levantamento de livros que se integrassem à estrutura argumentativa do pesquisador, identificando as convergências e divergências relativas aos diversos autores incorporados à investigação. A etapa

²¹ Curso registrado no Núcleo de Extensão da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – NEA/EAUFBA para discentes de cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e docentes, advindos de diversas áreas do conhecimento.

seguinte constituiu o reconhecimento de comunicações disponibilizadas em anais de congresso no campo da CI, como encontros, simpósios, colóquios, seminários. Estas comunicações permitiram a identificação de pesquisas em andamento – com a apresentação dos resultados parciais – e diálogos com especialistas acadêmicos dedicados ao tema da investigação. A comunicação interpessoal representou, nesta etapa, um canal de informação essencial para a compreensão de aspectos teóricos da investigação para escapar do *bias*²², como os possíveis discursos politizados, e não científicos, que poderiam constituir a seção teórica desta pesquisa.

A terceira etapa consistiu na pesquisa em bancos e bases de dados de dissertações e teses defendidas e aprovadas por programas de pós-graduação. Procurou-se, inicialmente, identificar as dissertações defendidas no PPGCI, com o intuito de analisar o percurso referencial e metodológico de trabalhos anteriormente avaliados. A atividade posterior constituiu em pesquisar os programas de pós-graduação brasileiros com experiências neste tema de investigação, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, associado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade de Brasília – UnB e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Instituições de ensino superior, a partir das tecnologias da informação, disponibilizavam dissertações e teses na íntegra para *downloads* e, quando não, referências para a consulta, ambas importantes para o conhecimento da produção científica no assunto pesquisado. O levantamento de trabalhos na seção ‘teses e dissertações’ do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, cooperou com a visualização de pesquisas validadas por instituições brasileiras que abordam o tema.

A pesquisa em periódicos científicos em CI requisitou o Portal de Periódicos da CAPES para a consecução de artigos que compusessem o elenco das referências utilizadas na presente investigação. O Portal de Periódicos, vinculado ao Ministério da Educação, assina e disponibiliza revistas científicas com artigos de diversas áreas do conhecimento para *download*, mas o acesso corresponde somente às instituições participantes. Este Portal comporta títulos nacionais e internacionais, com assinaturas de periódicos, bancos e bases de dados. Para os pesquisadores não vinculados a estas instituições, e cerceados às publicações, o

²² Termo em inglês, comum entre os cientistas sociais, que significa parcialidade, preconceito, tendências.

portal possibilita o acesso remoto através da seção 'acesso livre'. Os artigos levantados nestes periódicos correspondiam, prioritariamente, ao tópico temático de 'informação pública', 'políticas públicas de informação' – correlacionada aos estudos de 'governo eletrônico' – e 'participação política', na perspectiva informacional. Estes artigos representaram à pesquisa oportunidades de aprofundamento do tema 'informação pública e participação política em rede', discutido no capítulo da revisão de literatura.

A seta orientada para baixo da última etapa do levantamento referencial superior ('artigos de periódicos') representa um reinício da pesquisa de conteúdos. A primeira etapa inferior do ciclo – a 'consulta de livros' – procurou analisar as referências utilizadas nos estudos identificados como consonantes à perspectiva teórica do tema de pesquisa. Analisaram-se as referências dos livros, dissertações e teses, comunicações de congressos e artigos de periódicos com o intuito de reconhecer os autores (ou instituições) proeminentes para o desenvolvimento desta investigação, retornando à pesquisa naquelas fontes de informação. A síntese desta proposta compreende em levantar primeiramente os conteúdos informacionais, identificar aqueles essenciais ao desenvolvimento da pesquisa, analisar as referências destes trabalhos e, derradeiramente, executar outro levantamento partindo do referencial daqueles primeiros conteúdos recuperados. A pesquisa referencial, indubitavelmente, engendrou-se a partir da estruturação do problema de investigação, selecionando as palavras-chave explícitas e implícitas ao tema.

Para assegurar a exequibilidade desta pesquisa, assumiram-se as etapas de procedimento propostas por Quivy e Campenhoudt (2003), sintetizadas a seguir:

Etapa I	Etapa II	Etapa III	Etapa IV	Etapa V	Etapa VI	Etapa VII
Pergunta de Partida - As qualidades da clareza - As qualidades de exequibilidade - As qualidades de pertinência	A exploração das: Leituras - Seleccionar os textos - Ler com método - Resumir - Comparar os textos entre si e/ou com entrevistas Entrevistas exploratórias - Preparar-se para entrevista - Encontrar-se com peritos, testemunhas e outras pessoas implicadas - Adotar uma atitude de escuta e de abertura - Decodificar os discursos	A problemática - Fazer um balanço e descrever as problemáticas possíveis - Definir uma problemática	A construção do modelo de análise Construir as hipóteses e o modelo, precisando: - As relações entre os conceitos - As relações entre as hipóteses Construir os conceitos, precisando: - As dimensões - Os indicadores	A observação - Delinear o campo de observação - Conceber o instrumento de observação - Testar o instrumento de observação - Proceder à recolha das informações	A análise de informações - Descrever e preparar os dados para análise - medir as relações entre as variáveis - Comparar os resultados esperados com os resultados observados - Procurar o significado das diferenças	Conclusão - Recapitular o procedimento - Apresentar os resultados, com os novos conhecimentos as consequências práticas

Quadro 2 – Etapas de Pesquisa

Fonte: elaborado a partir das proposições de Quivy e Campenhoudt (2003)

Primeiramente, escapou-se das três perspectivas que dificultam a realização de uma pesquisa: a 'gula' livresca ou estatística, a 'passagem' às hipóteses e a ênfase que obscurece. Para Quivy e Campenhoudt (2003), a primeira perspectiva consiste no levantamento exaustivo de livros, artigos ou dados numéricos com o intento de precisar o objetivo e o tema do trabalho, conduzindo, invariavelmente, ao desalento, pois o excesso de conteúdos e dados estatísticos poderia confundir o desenvolvimento da investigação. Esta perspectiva procura, equivocadamente, incorporar à pesquisa informações ou dados desnecessários à pesquisa científica. A 'passagem' às hipóteses corresponde ao precipitar-se na coleta de dados antes de formular hipóteses, antecipando a escolha e a utilização prática de técnicas de investigação, sem definir, contudo, os objetivos do projeto. A terceira perspectiva, a ênfase que obscurece, apresenta como escopo uma ambição desmedida e uma confusão metodológica, ou seja, pesquisas estéreis que procuram, por exemplo, – no exíguo tempo dedicado à realização da investigação – erradicar a violência no Brasil ou antever o futuro da Ciência da Informação em 2030. Mister informar que estes equívocos que obstaculizam o desenvolvimento de trabalhos científicos estiveram aliados desta dissertação.

Assim, as etapas adotadas na presente pesquisa representaram um direcionamento sistemático ao objetivo da investigação. Para Quivy e Campenhoudt (2003), apresentar o procedimento científico consiste em descrever os princípios essenciais para assegurar a realização de um projeto de pesquisa. Os métodos, admitem, condizem a formalizações particulares do procedimento, percursos concebidos para adaptarem-se aos fenômenos ou domínios estudados. Porém, esta adaptação não pretere o compromisso do investigador aos princípios indispensáveis do procedimento científico. Os autores apresentam sete etapas para este procedimento científico em ciências sociais (resumidos no Quadro 2), e advertem para a importância da ruptura com os preconceitos e as enganosas evidências que embaçam a compreensão dos fenômenos – constituindo o primeiro ato inerente do procedimento científico. O segundo ato condiz à construção teórica para a experimentação válida, como exemplos as proposições explicativas do fenômeno estudado e a estruturação do plano de pesquisa. Estas proposições alcançam o estatuto científico a partir da possibilidade da verificação dos fatos, designados pela verificação ou experimentação (terceiro ato). As etapas do procedimento, assim, estão sistematizadas da seguinte modo: a pergunta de partida, a exploração, a

problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões.

A pergunta de partida desta investigação '*como os websites dos deputados da ALBA condicionam a participação política, a partir de canais interativos, para a consecução de informação pública em rede?*' constituiu o 'disparador' para o desenvolvimento da dissertação. As adaptações da redação à proporção que os estudos progrediam, assim como a procura da simplificação para asseverar a realização da pesquisa, corroboram com a concepção daqueles autores. Quivy e Campenhoudt afirmam que a pergunta de partida precisa atender aos requisitos da precisão e concisão do enunciado (qualidades de clareza), ao carácter realista da pergunta (qualidades de exequibilidade) e pertinência da pesquisa (no caso desta pesquisa, identificar o enquadramento com a CI). A exploração comporta as operações de leituras (abordada no início deste capítulo), as entrevistas exploratórias e métodos de exploração complementares (entrevistas²³ realizadas com o gerente e o coordenador do *website* da ALBA). As entrevistas exploratórias visam a revelar determinados aspectos do fenómeno estudado que escapassem à compreensão do pesquisador, ocupando as lacunas advindas das leituras empreendidas. Os interlocutores das entrevistas, segundo estes autores, devem compreender os docentes, pesquisadores especializados e peritos (primeira categoria); testemunhas privilegiadas com extenso conhecimento no problema (segunda categoria) e o público relacionado ao estudo (terceira categoria).

A problemática compreende a abordagem ou a perspectiva teórica assumida para discorrer o problema formulado pela pergunta de partida. Nesta pesquisa correspondeu às predileções e ao percurso teórico que contornaram a investigação, ou seja, as idiosincrasias e as orientações teóricas do pesquisador, pois um único tema apresenta perspectivas diversas. Aqueles autores revelam a existência de dois momentos para conceber a problemática: o primeiro condiz ao balanço das problemáticas possíveis, com elucidações e comparações dessas características; o segundo momento corresponde à escolha (apresentar um quadro teórico que convenha ao problema) e à explicitação (redefinir o objeto de investigação e precisar o ângulo pelo qual se decide abordá-la) da problemática com conhecimento de

²³ O roteiro da entrevista desta investigação correspondeu à 'estrutura semiaberta', pois o investigador procurou explorar amplamente uma situação, realizando perguntas diretas, incluindo-as ou excluindo-as, quando surgiam na conversa, aspectos não refletidos pelo pesquisador.

causa. O modelo de análise, assim, compõe a extensão natural dessa problemática, articulando o marco teórico e as pistas que orientam o trabalho de observação e análise. Composto de conceitos e hipóteses, o modelo de análise, para a presente pesquisa, constituiu a seleção conceitual que visava à apreensão da realidade – a realidade essencial, entretanto, pois escapam aos conceitos a apreensão completa da realidade complexa.

A observação consiste em operações de confronto entre os dados observáveis e o modelo de análise, constituindo uma etapa intermediária entre a construção de conceitos e hipóteses e a análise dos dados utilizados para testar estas últimas. Para Quivy e Campenhoudt (2003), a observação ultrapassa a recolha de informações que traduzam o conceito (indicadores), e perpassa, assim, na aquisição de informações à maneira que conceda a aplicação posterior ao tratamento necessário à verificação das hipóteses. A descrição do campo da análise empírica, a amostra, as técnicas para a coleta de informações e o processo de construção dos instrumentos de observação desta investigação serão apresentadas na subseção seguinte.

A análise das informações coletadas procurou interpretar os fenômenos inesperados da investigação, e requereram cautela do pesquisador. Esquadrinhar estas informações na perspectiva quantitativa, segundo os autores, compreende três operações. A primeira consiste na descrição dos dados (agregados ou não) e apresentá-los no formato exigido pelas variáveis implicadas nas hipóteses, assim como evidenciar estas variáveis na descrição; a operação seguinte procura mensurar as relações entre as variáveis a partir das relações previstas nas hipóteses; e a terceira operação compara as relações observadas e as teoricamente esperadas da hipótese – confirmando-a ou refutando-a, seja completamente ou parcialmente, para descrever as inferências. A conclusão compreendeu uma retrospectiva dos procedimentos – descritos na última seção desta dissertação – propostos por Quivy e Campenhoudt (2003), seguida da apresentação pormenorizada das contribuições desveladas no trabalho, apresentando a pergunta de partida na derradeira formulação, as características do modelo de análise, a apresentação do campo de observação, assim como os métodos utilizados e as observações realizadas, e comparação dos resultados hipoteticamente aguardados e os efetivamente observados.

Assim, este capítulo está disposto em três subseções: a primeira subseção anuncia a pergunta da pesquisa (problema), a hipótese e os objetivos da investigação. A subseção seguinte discutiu o delineamento da pesquisa com método de abordagem, o procedimento e as técnicas utilizadas nesta dissertação. A terceira subseção foi dedicada à apresentação das técnicas de coleta de dados, definindo o universo da pesquisa e os instrumentos assumidos para esta coleta.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA: MÉTODO DE ABORDAGEM, MÉTODO DE PROCEDIMENTO E NÍVEL DA PESQUISA

Como a presente pesquisa assumiu o conceito de informação proposto por Silva (2002; 2006) – que utiliza a alegoria platônica da caverna para desenvolver a crítica dialética materialista aos conceitos da perspectiva da CI – é impreterível discutir o método de abordagem assumido nesta pesquisa. A proeminente ressalva, certamente, imputou-se à possível discussão simplista concernente ao método de abordagem essencialmente complexo: a dialética. Porém, esta subseção procurou indicar, principalmente, o incipiente posicionamento filosófico-conceitual do pesquisador (onde observa) com relação ao desenvolvimento da dissertação, sem exaurir as nuances inerentes a este método.

Contraopondo à dialética idealista hegeliana, que concebia os fenômenos naturais e sociais construídos nos ideais teístas, a dialética materialista de Karl Marx ocupa-se com os aspectos sociais e políticos como determinantes ao desenvolvimento histórico e à transformação humanista e social. Como a perspectiva dialética de Sócrates (469-399 a.C.) e Platão (428/427-348/347 a.C.) engendrava-se no processo dialógico a partir da argumentação, e a dialética de Heráclito (540-470 a.C.) que concebe a realidade como contraditória e constantemente em transformação, a dialética marxiana admite a existência do mundo material independente do espírito, e nesta matéria comporta a relação dialógica das teses e antíteses, surgindo sínteses provisórias. Influenciado com os ideais materialistas da realidade de Feuerbach (1804-1872), e refutando posteriormente a sua concepção filosófica, nas *Teses sobre Feuerbach* (1845), Marx

desenvolve o corpo teórico marxista – a dialética materialista e o materialismo histórico. Com críticas a Feuerbach registradas no livro *Ideologia Alemã* (1847), Marx e Engels (1986) estruturam a concepção do materialismo histórico e dialético. Segundo estes pensadores, a produção de ideias e representações da consciência vinculam-se diretamente com a atividade material e com o intercâmbio material. A consciência – admitem Marx e Engels – não poderá apresentar-se como independente do “ser consciente”, e o “ser dos homens” constitui o processo da realidade.

Segundo Triviños (1987), a concepção materialista apresenta, genericamente, três características essenciais. A primeira percebe a materialidade do mundo; a seguinte peculiaridade do materialismo ressalta a matéria como anterior à consciência, ou seja, a consciência condiz ao reflexo da matéria e a derradeira característica percebe o mundo como cognoscível, *locus* onde o homem conhece a realidade paulatinamente. Como esta pesquisa se ampara no suporte lógico e filosófico do materialismo dialético, procurou-se entender as condições materiais de geração dos fenômenos de investigação passíveis de conhecimento da realidade objetiva. Assim, pode-se perceber a possibilidade de ampliação da consciência, percebida como um produto consequente da evolução das condições materiais de existência.

Para direcionar o conhecimento do objeto de pesquisa, sugere-se a contemplação do fenômeno investigado (sensações, percepções, representações), identificando a singularidade da ‘coisa’ em comparação com outros fenômenos e as proeminentes características do objeto analisado. Este autor também sugere a análise do fenômeno, com observações direcionadas aos elementos ou às partes integrantes. Nesta dimensão de pesquisas engendradas no materialismo dialético, instauram-se as relações sócio-históricas do fenômeno, assim como a elaboração de juízos, raciocínios e conceitos acerca do objeto de análise, considerando a situação no tempo e no espaço históricos. A investigação precisa estabelecer os aspectos indispensáveis do fenômeno, como o fundamento, realidade e possibilidades, conteúdo e forma, as singularidades, e outros. Para alcançar a realidade concreta do fenômeno, Triviños (1987) endossa a importância de estudos das informações, observações e experimentos; e a descrição, a classificação, a síntese, as inferências (indutivas e dedutivas), a experimentação, a verificação das

hipóteses – para mencionar alguns exemplos – que constituem dimensões da pesquisa que procuram estabelecer a realidade concreta do fenômeno.

Mister ressaltar que o pensamento dialético destacado nesta investigação, conforme Goldman (1979), admite a ausência de ‘pontos de partida’ absolutamente seguros, inclusive problemas definitivamente resolvidos. Como o pensamento não progride linearmente – a verdade parcial assume a verdadeira significação no *locus* do conjunto, assim como o conjunto se reconhece pelo progresso no conhecimento das verdades parciais –, o contorno da pesquisa compreendeu análises de dissertações e teses que confluíssem ao tema desta dissertação. Procurou identificar naqueles trabalhos os contornos teórico-conceituais e os resultados obtidos no processo de investigação para, posteriormente, compor o quadro das ‘verdades parciais’ significativas para esta investigação.

Como o método de abordagem repousa na abstração dos fenômenos relacionados à natureza e à sociedade, os métodos de procedimento (no caso, restrito às ciências sociais) constituem etapas concretas da investigação. Assim, o procedimento de investigação assumido nesta pesquisa compreende o *método monográfico*. O método monográfico, para Marconi e Lakatos (2010), consiste no estudo de determinados indivíduos, condições, instituições, comunidades, e outros, com o propósito de conseguir generalizações a partir do exame do tema escolhido para o desenvolvimento da pesquisa – incluindo os fatores que influenciam este tema –, analisando os diversos aspectos constitutivos do assunto.

Com o intuito de apresentar e explicar o planejamento e execução dos procedimentos para desenvolver uma pesquisa, Martins (2006) discute o estudo de caso (compreendido também como método de procedimento da presente investigação) como uma possibilidade de penetração na realidade social impossibilitada plenamente pelo levantamento amostral e pela avaliação exclusivamente quantitativa.

O trabalho de campo – Estudo do Caso – deverá ser precedido por um detalhado planejamento, a partir de ensinamentos advindos do referencial teórico e das características próprias do caso. Incluirá a construção de um protocolo de aproximação com o caso e de todas as ações que serão desenvolvidas até concluir o estudo. O protocolo se constitui em um conjunto de códigos, menções e procedimentos suficientes para se replicar o estudo, ou aplicá-lo em outro caso que mantém características semelhantes ao Estudo de Caso original. (MARTINS, 2006, p. 9)

O protocolo, assim, possibilita auferir a condição prática para testar a confiabilidade do estudo, assegurando à pesquisa o *status* de cientificidade que possibilite explicações acerca da realidade investigada. O estudo de caso, repousado neste protocolo, indica que o estudo extrapola a coleta de dados ao propor o cruzamento de outros conteúdos informacionais levantados; caso contrário constituir-se-ia um amontoado de dados e informações sem correlações, dificultando o avanço científico acerca do fenômeno investigado. Esta pesquisa procurou estudar os *websites* dos deputados vinculados à ALBA com sistematização e profundidade. As descrições previamente registradas no 'diário de pesquisa', e a posterior análise dos conteúdos observados nestes sítios, contribuíram para uma expressiva compreensão do objeto estudado, assim como para responder à pergunta de partida que orientou a investigação.

Para Yin (2005) um estudo de caso constitui uma investigação empírica que pesquisa um fenômeno contemporâneo contextualizado na realidade, principalmente na ausência de definição de contornos entre este fenômeno e o contexto. Destarte, o fenômeno de investigação desta dissertação condiz às possibilidades de participação política dos sítios na internet dos parlamentares da ALBA, a partir dos dispositivos interativos dispostos nestes *websites* (*e-mails*, fóruns de discussão, *chats*), considerando a informação pública como o marco essencial para esta participação. O autor pondera, igualmente, às potencialidades de projetos com características de 'caso único' e 'casos múltiplos'. No primeiro caso, uma etapa primordial para projetá-lo e conduzi-lo confere à definição da unidade de análise (ou o próprio caso). Porém, determinadas pesquisas podem conter diversos casos – denominados de 'casos múltiplos' – assumidos nesta investigação. Os projetos de caso único e casos múltiplos conferem a variantes inseridas na mesma estrutura metodológica, e estudos que debruçam neste assunto não estabelecem distinções amplas entre estes casos.

Desenvolver pesquisas de casos múltiplos demanda critérios específicos que atendam a um propósito específico arraigado no escopo global da investigação. Yin (2005, p.69) adverte para a importância de considerar os 'casos múltiplos' como 'experimentos múltiplos', ou seja, seguindo a lógica de 'replicação' (replicar uma descoberta a outros experimentos). Determinadas replicações procuram duplicar as condições exatas do experimento original, e outras possibilitam alterar "uma ou duas condições experimentais irrelevantes à descoberta original, para ver se ela ainda

poderia ser duplicada”. A partir destas replicações a descoberta original seria considerada relevante e merecedora de investigações ou interpretações adicionais, com o intuito de alcançar as ‘replicações literais’ objetivando prever resultados semelhantes, ou as ‘replicações teóricas’ que procuram produzir resultados contrastantes.

O nível de pesquisa desta dissertação categoriza-se como descritiva. Para Gil (1999), as pesquisas descritivas objetivam – primordialmente – a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis²⁴ (KOCHE, 2006, p.112). Porém, diversas pesquisas descritivas excedem a simples identificação da existência destas relações, aproximando-as das pesquisas explicativas. Este nível de investigação científica envolve a utilização de técnicas padronizadas para coleta de dados para posterior descrição e análise dos dados levantados. No estudo de caso a delimitação das técnicas para coleta de dados determina a definição precisa do tema, a partir da pergunta orientadora e dos objetivos propostos, para compor a plataforma da pesquisa.

4.2 TÉCNICAS PARA A COLETA DE DADOS

As técnicas de pesquisa para a coleta de dados utilizadas nesta pesquisa engendram-se, primeiramente, no referencial teórico – discutido no capítulo Democracia, Direito à Informação e Internet – e na pesquisa de campo. Como explanado anteriormente, a revisão teórica contribuiu para uma compreensão acurada do fenômeno investigado, assim como para delimitar os contornos epistemológicos assumidos nesta pesquisa. O arcabouço teórico proporcionou, outrossim, reconhecer as convergências e divergências com o recorte empírico analisado. Esta análise empírica principia com a descrição histórica da ALBA, perpassando pelo organograma organizacional, para debruçar na análise pormenorizada do *website* institucional.

²⁴ Segundo o autor as variáveis constituem os “aspectos, propriedades, características individuais ou fatores, mensuráveis ou potencialmente mensuráveis, através dos diferentes valores que assumem, discerníveis em um objeto de estudo, para testar a relação enunciada em uma proposição.”

Importante lembrar que esta pesquisa parte dos registros do sítio da ALBA para identificar os *websites* dos deputados, considerando que a Assembleia disponibiliza páginas com dados diversos acerca dos parlamentares (nome completo, filiação, partido político, endereço do gabinete, projetos, outros). Para esta pesquisa interessavam exclusivamente os *sites* dos deputados registrados naquelas páginas, preterindo aqueles sítios dispersos na internet. A justificativa desta preferência repousa no seguinte pressuposto: os cidadãos interessados em contatar ou avaliar os parlamentares deveriam encontrar informações públicas concentradas no *site* da ALBA (canal) acerca destes representantes políticos, sem preocupar-se com os endereços de sítios indisponíveis neste canal reconhecido institucionalmente.

Assim, como o método de procedimento monográfico (estudo de caso) orientou na condução para a definição das técnicas para a coleta de dados, procurou-se corresponder às técnicas evidenciadas por Martins (2006). As técnicas de pesquisa procuraram sistematizar as **observações** concentradas nos *websites* dos deputados descritos e analisados, 'desenhar' os roteiros das **entrevistas** e produzir um **formulário** que apresentassem itens direcionados à identificação das possibilidades de participação política ou consecução de informações públicas em rede. O primeiro roteiro da entrevista visava a compreender a relação do sítio da Assembleia com *sites* destes parlamentares (destinada ao coordenador e gerente deste sítio), e o segundo procurava a compreensão dos aspectos operacionais dos *sites* dos deputados (destinado ao parlamentar ou à Assessoria do Gabinete). Enuncia-se, igualmente, a elaboração do **questionário Informação Pública e Participação Política em Rede** (Apêndice C) que visava a identificar determinadas habilidades tecnológicas dos deputados concernentes aos canais interativos disponibilizados nos respectivos *websites*. Com o desenvolvimento da pesquisa, e as redefinições das estratégias para a coleta de dados, percebeu-se a inviabilidade do cumprimento deste, pois os deputados efetivamente não respondiam às solicitações, devido à extensa agenda parlamentar, mas, sim, a Assessoria do Gabinete.

Para Martins (2006), as técnicas observacionais constituem procedimentos empíricos de natureza sensorial, pois permitem a coleta de dados de situações e envolve a percepção sensorial do observador. O planejamento e execução da investigação de campo orientada pelo estudo de caso consideram a observação

como uma técnica essencial para a recuperação de dados e informações, pois, segundo este autor, grande parte das pesquisas dessa natureza inicia com ponderadas observações acerca do caso que pretende investigar. A observação procura preceder a um levantamento do referencial teórico e resultados de pesquisas anteriormente desenvolvidas relativas ao tema abordado na investigação, como exemplo as pesquisas de Borges (2005), Souza (2007) e Szabó (2008). A observação dos *websites*, todavia, implicou planejamento cuidadoso da pesquisa e, como não se poderia postergar, a preparação e reflexão do pesquisador.

Para Vergara (2009), a técnica de observação implica descrição, explicação e compreensão de eventos e comportamentos, e os critérios assumidos nesta pesquisa correspondem à observação estruturada (sistemática, planejada ou controlada), pois, a partir dos estudos de Nielsen e Loranger (2007) acerca da usabilidade de sítios na *web*, procurou-se estabelecer procedimentos para observação, descrição e análises dos *sites* dos deputados – como observar? o que observar? para que observar? Vergara endossa que a observação estruturada não participante apresenta a capacidade de clarificar comportamentos relativos à frequência, duração, sequenciamento das ocorrências, à proporção em que o observador decodifique o fenômeno observado a partir de sua própria estrutura cognitiva do pesquisador. (um fenômeno idêntico observado por pesquisadores distintos certamente apresentará aspectos diferenciados, pois esta estrutura cognitiva – ou seja, como o indivíduo percebe o mundo e as coisas – interfere significativamente na descrição do fenômeno observado).

A entrevista estruturada²⁵ representou uma técnica importantíssima para ampliar a compreensão do objeto pesquisado. Através desta, o pesquisador percebeu a inviabilidade da aplicação do questionário aos deputados, distanciando-se da proposta inicial que correspondia à identificação das habilidades tecnológicas destes parlamentares no manejo dos canais interativos disponíveis no *websites*. O delimitar do roteiro da entrevistas com o coordenador e gerente do *site* da ALBA assentou-se, primordialmente, no referencial teórico adotado nesta dissertação e nas problemáticas (dúvidas) que surgiam com o desdobramento da pesquisa, assim como o roteiro direcionado aos deputados/assessorias dos Gabinetes dos parlamentares. Os entrevistados revelaram-se essenciais para esta investigação,

²⁵ Segundo Martins (2006), a entrevista estruturada está orientada por um roteiro previamente definido e aplicado aos entrevistados.

pois dispuseram ao pesquisador percepções e interpretações diversas que contribuíram efetivamente para o desenvolvimento da pesquisa.

O contato com os entrevistados representou, mormente, observações ‘extras’ no momento do encontro; as inflexões vocais (suspiros, pronunciamentos moderados ou exaltados, pensamentos lacônicos) e as metalinguagens (entrelhares de soslaio, risinhos embutidos) também constituíram informações valiosas para a compreensão dos aspectos ‘subentendidos’ relativos ao tema da dissertação²⁶. No percurso desta entrevista, identificou-se que a Ouvidoria não pertencia ao campo de responsabilidade desta equipe, e sim a outro setor específico da Assembléia, alterando parcialmente o roteiro da entrevista²⁷.

Identificada a ausência de vínculo da Ouvidoria com a Coordenação e Gerência do *website* da Assembléia, e considerando a importância de conhecer com acuidade este setor, o pesquisador procurou lograr informações, dados e opiniões a partir da conversação livre e isenta de roteiro prévio (pois o imprevisto surgiu de última hora) – denominado por Martins (2006) como entrevista não-estruturada. Contudo, a entrevista estruturada e a não-estruturada corroboraram com o objetivo da pesquisa, no período em andamento. O investigador apresentava um conhecimento prévio acerca do referencial teórico, como da importância destes setores para o desenvolvimento sistemático da pesquisa, para assegurar o foco neste objetivo. No momento da entrevista houve promessas de encaminhamento de documentos, ou seja, materiais não editados, atas e relatórios, que contribuíssem com o desenvolvimento da investigação (pesquisa documental), porém estes documentos não foram enviados ao pesquisador, apesar de solicitados em diversas ocasiões.

A utilização do formulário direcionado à identificação das possibilidades de participação política nos *websites* dos deputados da ALBA representou o centro para a coleta de dados desta investigação. A primeira etapa da pesquisa de campo constituiu na descrição e análise independentes destes sítios através dos itens que

²⁶ Meritório recordar o momento da entrevista direcionada à equipe responsável pela Coordenação e Gerência do *site* da ALBA, quando questionada a efetividade dos serviços da Ouvidoria destinados aos cidadãos, o silêncio significativo quanto às atividades inerentes a este canal.

²⁷ Frustraram-se todos os intentos para contatar a Ouvidoria – único canal de comunicação oficial disponível no *site* da ALBA – a partir do número do telefone **0800 284 0271** ou *e-mail* **ouvidoria@al.ba.gov.br**. Desde o dia 25 de novembro de 2010, este canal interativo não funcionava no horário de atendimento ao público. Quando questionada acerca da situação, a servidora responsável justificou ao pesquisador que o ocorrido deve-se, exclusivamente, à substituição da sala da Ouvidoria, impossibilitando o atendimento ao público.

compunham o formulário, como exemplo a biografia dos deputados, arquivos com informações públicas para *downloads*, a presença de fóruns de discussão e a prestação de contas dos recursos públicos. A etapa seguinte procurou agregar às análises dos *sites* para apresentar, percentualmente, um panorama integral. Com a explicitação das técnicas de pesquisa para a coleta de dados, é importante apresentar os critérios utilizados para definir os instrumentos de investigação assumidos.

4.2.1 Universo da Pesquisa

O universo da pesquisa constituiu-se os *websites* dos deputados da ALBA, exclusivamente registrados (contidos) no *site* desta instituição. Apenas os *blogs* (contração do termo em inglês '*web log*', ou 'diário da *web*', que permite atualizações rápidas de artigos - *posts*) dos parlamentares foram desconsiderados, pois a estrutura destes impossibilita configurações mais complexas exigidas pelos canais de interatividade. Os *blogs* não incorporados à descrição e análise pertencem aos deputados Fábio Santana, João Bonfim e Paulo Azi, e à deputada Maria Luiza Láudano.

DEPUTADO/ PARTIDO	WEBSITE	REELEITOS
Álvaro Gomes/ PCdoB	http://www.portaldoalvaro.com	•
Ângelo Coronel/ PP	http://www.angelocoronel.com.br	•
Antônia Pedrosa/ PMDB	http://www.antoniapedrosa.com/	
Arthur Maia/ PMDB	http://www.arthuroliveiramaia.com.br/	
Bira Coroa/ PT	http://www.biracoroa.org	•
Capitão Tadeu/ PSB	http://www.capitaotadeu.com.br	
Edson Pimenta/ PCdoB	http://www.edsonpimenta.com.br/	
Eliedson Ferreira/ DEM	http://www.eliedsonferreira.com.br/	
Elmar Nascimento/ PR	http://www.elmarnascimento.com.br	•
Fábio Santana/ PRP	http://www.deputadocapitaofabio.blogspot.com	
Fátima Nunes/ PT	http://www.fatimanunes.com.br/	•
Gaban/ DEM	http://www.deputadogaban.com.br	
Gilberto Brito/ PR	http://www.gilbertobrito.com.br/	
Gildásio Penedo Filho/ PRP	http://www.gildasiopenedo.com.br	•
Heraldo Rocha/ DEM	http://www.heraldorocha.com.br/	
Isaac Cunha/ PT	http://www.isaac Cunha.com.br/	
J. Carlos/ PT	http://www.deputadojcarlos.com.br	•
Javier Alfaya/ PCdoB	http://www.javier.com.br/	
João Bonfim/ PDT	http://www.deputadojoaobonfim.blogspot.com	•
João Carlos Bacelar/ PSC	http://www.joaocarlosbacelar.com.br/	•
Joélcio Martins/ PMDB	http://www.joelciomartins.com/	
José das Virgens/ PT	http://www.zedasvirgens.com.br/	
José Nunes/ DEM	http://www.josenunes.com.br	
Júnior Magalhães/ DEM	http://www.juniormagalhaes.com.br/	
Luiz Augusto/ PP	http://www.deputadoluizaugusto.com.br	•
Luiz de Deus/ DEM	http://www.luizdedeus.com.br/	
Marcelo Nilo/ PDT	http://www.deputadomarcelonilo.com.br	•
Maria L. Láudano/ PTdoB	http://www.deputadamarialuizalaudano.blogspot.com	•
Marizete Pereira/ PMDB	http://www.marizetepereira.com.br	
Misael Neto/ PSDB	http://www.misaelneto.com.br	
Neusa Cadore/ PT	http://www.neusacadore.com.br/	•
Paulo Azi/ DEM	http://liderancadaoposicao.ba.gov.br/blog/pauloazi	•
Pedro Alcântara/ PR	http://www.deputadopedroalcantara.com.br	
Prof. Valdeci/ PT	http://www.professorvaldeci.com.br	
Rogério Andrade/ DEM	http://www.rogerioandrade.com.br/	•
Ronaldo Carletto/ PP	http://www.ronaldocarletto.com/	•
Sandro Régis/ PR	http://www.sandroregis.com.br	•
Tarcízio Pimenta/ DEM	http://www.tarciziopimenta.com.br	
Virginia Hagge/ PMDB	http://www.virginiahagge.com.br	
Waldenor Pereira/ PT	http://www.waldenor.com.br	
Yulo Oiticica/ PT	http://www.yulo.com.br/	•
Zé Neto/ PT	http://www.zeneto.com.br/	•

QUADRO 3 – Websites e Blogs dos Deputados Registrados no Sítio da ALBA

O levantamento destes *websites* aconteceu no dia 09 de novembro de 2010, na seção ‘Deputados’ no *site* da ALBA. Os 63 parlamentares da 16ª Legislatura – recorte desta dissertação –, a investigação identificou que 42 parlamentares possuíam registros de *websites* e *blogs* na internet, mas apenas 25

(aproximadamente 60%) destes sítios estavam ativos. Para ratificar os *sites* inativos identificados no período do primeiro levantamento, entre os dias 10 e 20 de janeiro de 2011 realizou-se outra pesquisa naqueles *websites*. O resultado confirmou que os sítios continuavam ‘fora do ar’, sem previsão de retorno. Com os *sites* identificados, o procedimento posterior da investigação procurou encaminhar, através do *e-mail* individual dos deputados, a seguinte mensagem:

Assunto: *Agendar encontro com o deputado estadual*

Caro(a) Deputado(a) Estadual

A partir desta mensagem, procuro agendar com o(a) senhor(a) um rápido encontro para aplicação de um questionário de pesquisa. Este questionário procura identificar alguns hábitos tecnológicos dos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia que possuem websites, assim como as habilidades quanto à utilização dos canais interativos disponíveis nestes websites (chats, fórum de discussão, outros). Importante ressaltar que as informações registradas neste instrumento serão utilizadas, exclusivamente, para a conclusão da pesquisa de mestrado que desenvolvo na Universidade Federal da Bahia, orientada pelo Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva.

Agradeço profundamente a vossa contribuição.

*José Carlos Sales dos Santos
Assessor de Comunicação - SIBI/UFBA
Mestrando em Ciência da Informação - PPGCI/UFBA
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2047669969723945>*

O resultado desta solicitação correspondeu ao retorno de diversos endereços de *e-mails* informando que as ‘caixas postais’ eletrônicas estavam acima da quota destinada a estes parlamentares, ou retornando com mensagens-padrão indicando que ‘em breve [o solicitante] estará recebendo uma resposta’. Promessas ainda não cumpridas. Apenas os deputados Neuza Cadore, Bira Coroa e Zé Neto responderam à solicitação, a primeira parlamentar solicitando que o pesquisador contatasse a Assessoria de Comunicação a partir do contato direto do assessor do Gabinete, e o segundo com um telefonema da Assessoria sugerindo uma data para efetivar o encontro, e o último solicitou ao pesquisador contatar a Assessoria após o recesso de janeiro. Para os *e-mails* que retornaram, reenviou-se a mensagem inicial no dia 05 de janeiro de 2011 – vinte dias após o primeiro envio – através dos *websites* daqueles deputados, porém acrescida do apelo da palavra ‘urgente!’ no

assunto. Novamente as mensagens encaminhadas aos deputados Pedro Alcântara, Ângelo Coronel, Valmir Assunção, Joécio Martins e José Nunes retornaram.

A partir das possíveis respostas à solicitação de agendamento de um encontro presencial com o parlamentar, o questionário e o roteiro de entrevista direcionada aos deputados/Assessoria dos Gabinetes dos deputados representaram uma justificativa fundamentada para este encontro, pois o objetivo primordial desta simulação procurava testar os canais interativos dos *websites* dos deputados. O investigador estaria preparado com estes instrumentos para uma conversa com os políticos, mas a centralidade da pesquisa consistia em analisar as possibilidades de participação políticas nestes sítios. Assim, esquadrihar os processos inerentes à elaboração dos instrumentos de coleta de dados constitui uma tarefa plausível para identificar ‘como’ o investigador alcançou determinados aspectos contidos nestes dispositivos de coleta.

4.2.2 Instrumentos de Coleta de Dados

O capítulo destinado ao referencial teórico assegurou a construção dos instrumentos de coleta de dados consonantes com os objetivos da pesquisa. Como esclarecido anteriormente, a observação estruturada não-participante procurou incorporar os estudos de usabilidade de sítios na internet, contudo com a perspectiva do arcabouço teórico revisado neste capítulo. A descrição, e a posterior análise, contribuíram para o pesquisador perfilar os *websites* dos deputados registrados no sítio institucional da ALBA, contornando o objeto empírico da pesquisa. A observação permitiu, outrossim, a identificação dos instrumentos com potenciais interativos (como os fóruns de discussão, ambientes virtuais de conversação instantânea, *e-mails*, Ouvidoria). Como as técnicas e os instrumentos de coleta de dados apresentam o caráter sistêmico – as partes influenciam ‘o todo’ – , a análise criteriosa e as dúvidas que surgiam na etapa da observação dos *sites* parlamentares. Assim, para responder as lacunas existentes nestas análises, e alicerçado no referencial teórico, o pesquisador produziu os roteiros de entrevistas direcionados à equipe responsável pelo sítio da Assembléia e aos deputados/Assessorias.

O roteiro de entrevista focado nesta equipe procurou identificar o responsável pelo financiamento, planejamento, *design* e suporte técnico do *site* da ALBA, assim como o propósito, os critérios para definição de pauta e o processo para a publicação de conteúdos informacionais produzidos por esta instituição. O roteiro procurou identificar, também, as possíveis orientações técnicas (suporte tecnológico) que esta equipe poderia disponibilizar à Assessoria dos deputados para o desenvolvimento dos *websites* parlamentares e como o *site* institucional da Assembléia contribui para a participação política dos cidadãos. O roteiro direcionado aos deputados/assessoria, em linhas gerais, reproduziu alguns tópicos previstos no roteiro anterior, avançando nos aspectos relacionados à administração dos canais interativos disponíveis nos sítios; habilidades para responder às demandas dos cidadãos através destes canais; como acontece a seleção (aceite e recusa) das demandas encaminhadas, e como estes cidadãos são notificados quando (se) atendidas estas demandas; como o *website* do parlamentar contribui para a participação política, a partir de possíveis estratégias que visem a estimular os cidadãos no processo de produção e discussão política. Estes roteiros sistematizados encontram-se nos Apêndices D e E.

O desenvolvimento do formulário de pesquisa também se assentou no referencial teórico da investigação, especificamente nos *Indicadores e Métricas para Avaliação de e-Serviços*, coordenado pelo Departamento de Governo Eletrônico (DGE), vinculado à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2007) e no instrumento *Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escala de Avaliação*, proposto por Marques (2007). O projeto de indicadores e métricas constitui um conjunto de indicadores destinados à avaliação de serviços prestados aos cidadãos a partir da internet; considera a usabilidade, a comunicabilidade, a multiplicidade de acesso, a disponibilidade, a acessibilidade, a transparência e a confiabilidade. Esta publicação compila critérios que autorizam a visualização dos aspectos consistentes e frágeis de um determinado serviço e a consonância com as expectativas dos usuários a partir da implantação, contribuindo, assim, para o constante desenvolvimento. A elaboração deste projeto remonta ao último trimestre de 2004, e os primeiros esforços dos recursos humanos do DGE consideraram as avaliações similares nacionais e estrangeiras que contemplassem ou apresentassem alguma relação estrita com a mensuração da prestação de serviços públicos eletrônicos.

O processo de construção dos indicadores, concluído com a aplicação da Avaliação-Piloto desenvolvida para validar os parâmetros e os critérios previamente definidos, resultou na confirmação de determinados critérios e a eliminação de outros. A partir destas experiências, redigiu-se a versão derradeira dos *Indicadores e Métricas para Avaliação dos e-Serviços*, mas com a perspectiva de aprimoramento contínuo destes processos e parâmetros e critérios utilizados na avaliação. Portanto, este projeto objetiva avaliar a qualidade dos serviços públicos prestados na internet e através da conveniência do cidadão. Procura, ainda, estimular a simplificação e a qualificação constante do acesso aos serviços e informações prestados nos *sites* e portais públicos, considerando os indicadores como a maturidade do serviço prestado, comunicabilidade, multiplicidade de acesso, acessibilidade, disponibilidade, facilidade de uso, confiabilidade e transparência.

Esta pesquisa optou por determinadas dimensões inerentes a estes indicadores (BRASIL, 2007).

Maturidade do Serviço Prestado Eletronicamente

- **Informação:** caracteriza-se pela descrição das informações essenciais para determinados procedimentos ou serviço como locus para a obtenção destas informações, horário e local de funcionamento da instituição e pré-requisitos necessários. Correspondem, mormente, a informações estáticas, limitadas e com propósitos gerais;
- **Interação:** oferece a possibilidade de pesquisa, obtenção e envio de formulários para a realização de procedimentos diversos;

Comunicabilidade

- **Meios de contato:** verifica a existência de canais de comunicação oferecidos pelo prestador do serviço para contato do cidadão/usuário com os responsáveis específicos para o esclarecimento de dúvidas, envio de sugestões ou críticas e solicitação de informação em geral:
 - correio eletrônico das instituições envolvidas
 - telefone das instituições envolvidas
 - endereço das instituições envolvidas
 - existência de informação sobre prazo para atendimento dos contatos

Multiplicidade de Acesso

- **Tipos de acesso:** valoriza a capacidade do governo e, para esta investigação, dos parlamentares em disponibilizar serviços convencionais a partir dos meios eletrônicos, afora a internet. Procura verificar a existência de indicação de outros meios como alternativa para o usuário/cidadão:
 - serviços prestados por celular de mensagens curtas (SMS)
 - quiosques ou PCs de acesso público
 - intermediação presencial a serviços eletrônicos
 - *Call Center/Contact Center* (com serviços fixos ou móveis)
 - serviços prestados por outros meios eletrônicos com WAP, televisão digital, videoconferência, palms e outros.

Facilidade de uso

- **Linguagem compreensível:** verifica a inteligibilidade da linguagem utilizada na divulgação das informações e orientações para realização do serviço;
- **Navegabilidade:** corresponde à distribuição ou localização das fontes de informação. Na navegabilidade, as informações devem estar ao alcance dos cidadãos:
 - presença do mapa do sítio ou portal
 - presença do motor de busca
 - presença de barra de estado
 - acesso à informação/serviço em até três cliques
 - acesso à informação/serviço de forma fácil e intuitiva
 - existência de uniformidade/padrão de apresentação e formatos
- **Pró-atividade:** verifica a existência de iniciativas dos agentes governamentais na prestação de serviços que antecipem a necessidade dos cidadãos;

Confiabilidade

- **Presença de informações sobre atualização do conteúdo:** verifica se o serviço prestado apresenta informações referentes à data de publicação dos conteúdos informacionais, demonstrando tratar-se de conteúdo atualizado.

Transparência

- **Acompanhamento da situação/status do serviço:** verifica provimento do serviço público eletrônico (a presente investigação confere a disponibilidade

de informação pública no *websites* dos deputados) no fornecimento de informações acerca o andamento das demandas.

Como sugerido pelos avaliadores da comunicação submetida ao IX ENANCIB, Santos e Silva (2010) procuraram identificar se os *websites* descritos constituíam iniciativas individuais dos parlamentares, ou estavam sob a égide das propostas do governo eletrônico. Pesquisas acerca destas propostas indicam que os sítios categorizados com 'governo eletrônico' pressupõem o domínio **.gov** e os *sites* analisados apresentam o domínio **.com**. A entrevista realizada com a equipe do sítio da ALBA, revelou que os sítios dos parlamentares compunham, sim, iniciativas individuais, mas que as pesquisas de Governo Eletrônico representariam o cerne para a estruturação dos instrumentos de coleta de dados adotados nesta investigação, pois partia-se do *site* da Assembléia para descortinar os *websites* dos deputados.

O instrumento *Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escala de Avaliação*, desenvolvido por Marques (2007), compôs substancialmente a estratégia para a elaboração do formulário de coleta de dados. Neste artigo, o autor argumenta que os 'níveis de participação' com potenciais participativos podem variar em quantidade e qualidade. A grade desenvolvida principiou com visitas a *websites* de senadores brasileiros e norte-americanos; e com a listagem das ferramentas participativas contidas naqueles sítios, idealizaram-se outras no intuito de vislumbrar um espaço participativo efetivo na internet. Os recursos – encontrados e imaginados – totalizam 70 itens divididos em quatro níveis acordados com a capacidade de prover a participação política.

O primeiro nível condiz aos dispositivos destinados à promoção da imagem pública do agente político, e inclui a biografia, fotografias e notícias; as ferramentas do segundo nível também procuram promover a imagem do representante político, mas com dispositivos de informação avançados, pois estas ferramentas promovem o conhecimento político do cidadão, permitindo a assinatura de boletins eletrônicos, informações (textos) legislativas, assim como o contato do político – revelando uma incipiente oportunidade de interação. No nível seguinte, as ferramentas disponibilizam informações aprofundadas acerca das atividades parlamentares e do sistema político. Encontra-se neste nível, a exemplo, recursos para a *accountability*, pesquisa de opinião e formulários digitais. O derradeiro nível, o quarto, considera as ferramentas como as mais próximas do ideal de participação política dos cidadãos a

partir dos *websites* dos políticos, pois, afora às informações aprofundadas aos usuários, o parlamentar apresenta disposição para envolvê-los no processo de produção da decisão política.

Em maio de 2009, este pesquisador replicou²⁸ o quadro do quarto nível aos *websites* dos deputados registrados no *site* da ALBA. Na oportunidade, apenas 22 deputados possuíam sítios na internet – correspondendo a 35% do universo de 63 parlamentares – e, para dificultar as análises, os *sites* de Joélcio Martins, Fátima Nunes e Ronaldo Carletto estavam inativos. No período deste pré-levantamento, 53% destes *websites* possibilitaram potencialmente ao cidadão o contato com o deputado no formato exclusivamente *on-line*, e 47% em ambos os formatos (*off-line* e *on-line*). Nas oportunidades de encontros presenciais com estes parlamentares os sítios representaram 84% da amostra, ou seja, estes ambientes eletrônicos ‘convidam’ e oportunizam (em tese) encontros cidadãos-parlamentares preterindo o registro prévio no *website*. Assim, a replicação deste nível de participação identificou que apenas os *sites* dos deputados Heraldo Rocha (DEM) e Zé Neto (PT) obtiveram a percentagem de 62% cada, inferindo, naquele momento histórico, as incipientes oportunidades destes sítios.

A equipe do *site* da ALBA, como descrito no início deste capítulo, não assegurou que o aumento considerável destes sítios – 22 *websites* no ano base de 2009 e 42 no ano de 2010 – corresponderia com a aproximação das eleições de 2010, mas também não refutou completamente esta possibilidade. Notório que os conteúdos contidos nos *Indicadores e Métricas para Avaliação de e-Serviços* e os contidos nos *Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escala de Avaliação* perpassaram as técnicas e os instrumentos assumidos nesta pesquisa para alcançar seus objetivos, como o caso do formulário utilizado nesta investigação.

Este formulário apresenta uma entrada de identificação do deputado com o nome e o partido político, e registro das demandas encaminhadas pelo pesquisador (data de envio da demanda e resposta, o canal utilizado para agendar o encontro, o responsável pela resposta). O formulário contém um quadro com os 20 itens que transitam por temáticas contidas naquelas propostas supracitadas e no referencial

²⁸ Na perspectiva do ‘estudo de caso’, esta atividade traduziu uma replicação literal, pois objetivou testar a grade de ‘níveis e participação’ que serviria de alicerce ao desenvolvimento dos instrumentos da presente investigação (prever resultados semelhantes).

teórico. Cada item apresenta três possibilidades de respostas, e estão distribuídas da seguinte maneira:

- **NÃO** – o item proposto não consta no *website* (ausência);
- **BÁSICO** – encontra-se o item, mas disposto com incipiência;
- **AVANÇADO** – o item apresenta-se como um recurso sofisticado à participação política (ideal).

As modalidades de respostas que revelam a **existência** dos itens investigados conferem estritamente às possibilidades ‘básico’ (incipientes) e ‘avançado’ (ideais) – com a condição de assinalar somente um campo – e a primeira modalidade de resposta constitui a ‘negação’, a ausência, do item no *site* analisado. Conferiu às possibilidades de respostas a concessão pesos simples, conforme descrito: **NÃO** – não contabiliza pontos para o resultado final da investigação; **BÁSICO** – condição incipiente de participação, contabiliza somente um ponto e; **AVANÇADO** – compreendido como uma participação ‘ideal’, contabiliza dois pontos. O quadro a seguir apresenta os itens utilizados para a coleta de dados da pesquisa (a versão completa encontra-se no Apêndice F):

	N*	B	A
CONSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS WEBSITES			
1 - Biografia do deputado: 1 – biografia simples e sucinta; 2 – biografia completa, informando a trajetória política, atuação parlamentar, outros.			
2 - Pesquisa de conteúdos do website: 1 – a pesquisa não retornou (erro); 2 – a pesquisa retornou com a informação solicitada;			
3 - Clipping de informações publicadas nos meios de comunicação: 1 – conteúdos simples com notícias desatualizadas; 2 – conteúdos diversos e atualizado, com áudio, vídeos e fotografias.			
4 - Arquivos com informações públicas para downloads (discursos, projetos, legislações): 1 – documentos desatualizados; 2 – documentos atualizados			
5 - Registro de informações de utilidade pública (polícia, bombeiros): 1 – os endereços estavam desatualizados; 2 – os endereços estavam atualizados e categorizados.			
COSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOB DEMANDA			
6 - Possibilidade de assinatura dos newsletters (boletim informativo): 1 – assinatura apenas de <i>newletters</i> que abordam temas gerais; 2 – assinatura de <i>newletters</i> com temas específicos.			
7 - Disponibilidade da agenda de atividades do deputado: 1 – agenda desatualizada; 2 – agenda atualizada, incluindo as atividades sistematizadas e com riqueza de detalhes.			
8 - Informações que descrevam o horário e o local para o encontro presencial (atendimento ao cidadão): 1 – informações insuficientes, não contribuem efetivamente para o agendamento deste encontro; 2 – informações completas com orientações para agendar o atendimento;			
9 - Contato direto com o deputado ou assessoria para registrar as demandas: 1 – apenas possibilidade de contato <i>offline</i> ou <i>on-line</i> ; 2 – possibilidades de contatos <i>on-line</i> e <i>offline</i> ;			
10 - Informações com orientações ou incentivos à participação política do cidadão: 1 – informações incipientes (insuficientes) quanto à			

orientação; 2- informações com orientações satisfatórias, incentivando o cidadão à participação;			
POSSIBILIDADES DE COMUNICAÇÃO ENTRE CIDADÃO E DEPUTADO			
11 - Existência de informação relativa ao prazo de atendimento das demandas: 1 – superaram o prazo informado no <i>website</i> (não houve atendimento); 2 – atenderam à demanda no prazo informado (houve atendimento);			
12 - Resposta à demanda encaminhada: 1 – resposta automática (<i>spam</i>); 2 – resposta específica à demanda, convidando o cidadão para um encontro presencial;			
13 - Oportunidades de encontros presenciais: 1 – apenas os cidadãos registrados previamente no <i>website</i> podem solicitar um encontro com o deputado; 2 – o <i>website</i> convida os cidadãos sem o registro prévio.			
14 - Possibilidade de registrar mensagens no website: 1 – o <i>website</i> permite o registro de mensagens, porém não permite a réplica ou tréplica dessas mensagens por outros cidadãos; 2 – o <i>website</i> permite o registro de mensagens e permite a réplica ou tréplica advindas de outros cidadãos;			
15 - Disponibilidade de fóruns públicos: 1 – fóruns inativos ou sem possibilidades do cidadão sugerir temas ou outros fóruns; 2 – fóruns ativos e com possibilidades do cidadão sugerir novos temas;			
CANAIS DE COMUNICAÇÃO ADICIONAIS E ACCOUNTABILITY			
16 - Disponibilidade de formulários eletrônicos dirigidos à expressão dos cidadãos: 1 – as opiniões não são publicadas no <i>website</i> ; 2 – as opiniões são publicadas no <i>website</i> , caso o cidadão permita			
17 - Canais interativos que contribuam para a multiplicidade de acesso (SMS, quiosques ou computadores de acesso público e irrestrito) para ampliar a margem da participação política: 1 – os canais eletrônicos não funcionam (inativos); 2 – os canais eletrônicos funcionam;			
18 - Redes sociais como canais de comunicação com os cidadãos: 1 – as redes sociais disponíveis estavam inativas; 2 – as redes sociais estão ativas, e os deputados acessam com regularidade.			
19 - Pesquisa de opinião pública ou enquetes: 1 – questões fechadas (repostas pré-definidas); 2 – questões semi-estruturadas (repostas fechadas e abertas) possibilitando aos cidadãos responder com especificidade.			
20 - Disponibilidade de contas dos gastos da verba pública (accountability): 1 – informações simples, sem detalhamentos das contas; 2 – informações detalhadas das contas, com indicação do responsável dos atos administrativos			

QUADRO 4 – Informações Analisadas nos *Websites* dos Deputados da ALBA

Legenda: N – Não; B – Básico; A - Avançado

A coleta dos dados ocorreu entre os dias 10 a 20 de janeiro de 2011, e acompanhou com a descrição minuciosa dos *websites*. Registraram-se estes dados do formulário no programa *Office Excel 2003* para sua tabulação, possibilitando as análises dos dados brutos agregados (não organizados) com números inteiros categorizados nas três possibilidades de respostas, o percentual agregado dos *websites* investigados e o percentual agregado com os valores analisados por resposta. Este formulário procurou agrupar estrategicamente os itens a partir dos

seguintes blocos: a escala correspondente aos itens 1-5 indica a consecução de informações essenciais para que os usuários-cidadãos 'tomem conhecimento' dos representantes políticos; a escala dos itens 6-10 indica a consecução de conteúdos centrada nas demandas destes usuários; assim os itens 11-15 compreendem algumas possibilidades de comunicação entre cidadão ↔ representantes políticos através dos dispositivos destinados à interatividade; e os itens 16-20 correspondem aos canais de comunicação adicionais para assegurar o processo interativo de usuários interessados, incluindo os aspectos relacionados à prestação de contas do gasto público (*accountability*).

Contudo, observa-se que os itens definidos no formulário acima apresentam um relativo trânsito nestes agrupamentos; um determinado item poderia 'estar contido' em outro grupo. Mas, preocupado com a sistematização da apresentação dos dados coletados, o pesquisador optou por esta estratégia. Dedicado à explanação dos resultados da investigação, no capítulo seguinte os *websites* analisados serão apresentados no formato 'agregado' a partir do escore total da posição horizontal dos itens (exemplo **Pesquisa de conteúdo no website – NÃO – 36% | Básico – 4% | Avançado – 60%**) e, posteriormente, apresentar-se-ão os percentuais alcançados pelos *websites*.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os capítulos 2 e 3, destinados ao referencial teórico e à análise primeira do objeto empírico da pesquisa, respectivamente, traduziram-se como fulcros para as decisões metodológicas. O presente capítulo apresenta os resultados (dados) brutos da investigação, provenientes dos instrumentos assumidos na dissertação, particularmente o formulário de pesquisa destinado à coleta de dados nos *websites* dos deputados da ALBA. Contudo, as observações e as simulações empreendidas nestes sítios, assim como as informações coletadas nas entrevistas (equipe responsável pelo *site* e Ouvidoria da ALBA), compuseram um ‘desenho’ integrado para a apresentação destes resultados.

Como descrito anteriormente, o universo da presente pesquisa correspondeu aos *websites* dos deputados exclusivamente registrados no sítio da ALBA, não interessando aqueles dispersos na internet. A replicação do quarto nível do formulário, “Níveis de participação”, em maio de 2009, cooperou para identificar e contrastar os sítios registrados naquele período específico com as descrições e análises empreendidas nos anos de 2010 e 2011. O aumento dos *websites* (de 22 para 42, ou seja, quase o dobro de sítios) contribuiu para a representatividade da pesquisa, pois excedia a metade da totalidade dos 63 deputados vinculados à 16ª Legislatura.

As subseções seguintes apresentam os dados agregados e analisados horizontalmente dos itens propostos no formulário de pesquisa. Com os indicadores (percentuais) categorizados em 20 itens, subdivididos em quatro blocos – ‘centrado na consecução de informações nos *websites*’, ‘centrado na consecução de informações sob demanda’, ‘centrado nas possibilidades de comunicação entre cidadãos e representantes políticos’ e ‘centrado nos canais de comunicação adicionais’, incluindo o *accountability* –, a descrição acompanha o ‘Quadro 4’ indicado na subseção **Instrumentos de Coleta de Dados** do capítulo metodológico. Na sequência, são sintetizadas as percentagens totais a partir das modalidades específicas das respostas, ou seja, o escore global alcançado pelas categorias *NÃO*, *Básico* e *Avançado* previstas no formulário. A subseção 5.2 procura apresentar as percentagens individuais dos *websites* dos parlamentares, relacionando aqueles que

apresentaram semelhanças ou discrepâncias nas pontuações obtidas a partir destes sítios.

A subseção 5.2 ainda retoma os aspectos mais significativos das observações e descrições advindas dos sítios dos deputados com o intuito de esquadrihar detalhes que permitam atender aos objetivos desta pesquisa. A análise dos dados coletados, assentada no referencial teórico utilizado na dissertação, encontrar-se-á no capítulo orientado à discussão dos resultados.

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS AGREGADOS

Assinalado no primeiro item, a ‘biografia dos deputados’ procurou identificar os conteúdos informacionais relativos aos parlamentares analisados. Este item representaria aos usuários-cidadãos interessados nos representantes políticos da ALBA uma orientação biográfica destes deputados acerca, por exemplo, da trajetória pessoal (infância, juventude, comportamento, formação acadêmica do deputado) e política (proposições, projetos sociais, aspirações políticas). As possibilidades de respostas corresponderam à ausência da biografia no sítio analisado (NÃO), a apresentação desta no formato simples e sucinto (básico) e, na perspectiva compreendida como ‘ideal’, uma biografia completa indicando a trajetória política do deputado, os possíveis trânsitos nos partidos políticos, atuação do parlamentar (avançado). Assim, todos os *sites* analisados apresentaram biografias (seja na categoria *básico* ou *avançado*), e 52% destes corresponderam às biografias simples e sucintas, e 48% às biografias completas.

Na pesquisa de conteúdo, item correspondente aos possíveis resultados de buscas realizadas nos sítios, 36% dos *websites* analisados não apresentaram um sistema de busca para inserir quaisquer termos para a consecução de informações contidas nestes *sites*. As simulações empreendidas pelo investigador – registro de termos para extrair resultados da pesquisa nestes sítios – não retornaram com as informações solicitadas (erro no resultado), correspondendo a 4% das análises. A pesquisa de conteúdo em 60% dos *websites* retornou com a informação solicitada, contribuindo aos usuários lograrem conteúdos específicos às suas demandas informacionais.

As notícias publicadas nos meios de comunicação, como jornais e revistas, constituíram-se numa preocupação para o desenvolvimento da pesquisa, pois, a partir destas matérias, os usuários poderão encontrar informações acerca dos deputados compiladas nos *websites* destes parlamentares. Certamente, estas informações corresponderiam às notícias que enfatizassem os aspectos positivos à imagem pública do representante político, mas o usuário ponderado e interessado poderia relacionar os conteúdos selecionados pelo parlamentar com matérias publicadas nos meios de comunicação – e convenientemente alijadas desta seleção. Assim, no item *Clipping de informações publicadas nos meios de comunicação*, 60% dos sítios investigados não possuíam matérias compiladas dos meios de comunicação, 4% destes *websites* apresentam conteúdos simples com notícias desatualizadas e 36% com informações diversas e atualizadas, com áudios, vídeos e fotografias publicadas no *mainstream media*.

O quarto item, *Arquivos com informações públicas para downloads (discursos, projetos, legislações)*, condiz ao registro e à disponibilização de conteúdos (potencialmente de interesse público) produzidos pelos deputados nos respectivos *websites*. A partir das análises, identificou-se que 12% destes sítios eletrônicos não apresentaram discursos, projetos ou moções; 4% dos *sites* investigados expunham documentos desatualizados (principalmente os discursos) e 84% demonstravam estes conteúdos atualizados e com possibilidades para o *download*. Os arquivos eletrônicos registrados nos sítios dos deputados da ALBA constituem o cerne para os usuários portarem informações públicas essenciais, e independentes do instante da consulta, para ‘tomarem conhecimento’ das proposições e projetos dos representantes políticos.

Afora as informações produzidas nos Gabinetes dos parlamentares, esta investigação procurou identificar nos sítios pesquisados alguns *registros de conteúdos de utilidade pública*, como a Constituição Brasileira, a Constituição Baiana, perpassando pelo contato da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, ou seja, informações diversas direcionadas aos usuários. Assim, 36% dos sítios não revelaram a existência destes registros, 12% estavam inativos ou desatualizados no período que o pesquisador asseverava as ligações (*links*) registradas nos *websites* e 52% possuíam estes endereços, resultando na disponibilidade e categorização dos conteúdos que informassem aos usuários dos sítios pesquisados.

Como a reunião dos itens 1 a 5 indica a consecução de informações basilares para o usuário-cidadão ‘tomar conhecimento’ acerca dos representantes políticos, a Tabela a seguir procura concatenar estes resultados e evidencia a porcentagem representativa inserida nos itens. Salienta-se que, nas modalidades de respostas, o pesquisador expõe os dados agregados brutos (*Resp.*) e o percentual agregado por item (%) com análises ‘horizontalizadas’, ou seja, a partir dos itens individualizados:

TABELA 1 – Bloco Centrado na Consecução de Informações nos *Websites*

Informações disponíveis (itens)	NÃO		BÁSICO		AVANÇADO	
	Resp.	(%)	Resp.	(%)	Resp.	(%)
1 - Biografia do deputado: 1 – biografia simples e sucinta; 2 – biografia completa, informando a trajetória política, atuação parlamentar, outros.	0	0%	13	52%	12	48%
2 - Pesquisa de conteúdos do <i>website</i>: 1 – a pesquisa não retornou (erro); 2 – a pesquisa retornou com a informação solicitada;	9	36%	1	4%	15	60%
3 - Clipping de informações publicadas nos meios de comunicação: 1 – conteúdos simples com notícias desatualizadas; 2 – conteúdos diversos e atualizado, com áudio, vídeos e fotografias.	15	60%	1	4%	9	36%
4 - Arquivos com informações públicas para <i>downloads</i> (discursos, projetos, legislações): 1 – documentos desatualizados; 2 – documentos atualizados	3	12%	1	4%	21	84%
5 - Registro de informações de utilidade pública (polícia, bombeiros): 1 – os endereços estavam desatualizados; 2 – os endereços estavam atualizados e categorizados.	9	36%	3	12%	13	52%

Centrado na consecução de informações a partir das demandas dos usuários, o agrupamento seguinte corresponde aos itens 6 a 10. No item 6, o pesquisador procura identificar as possibilidades de assinatura de *newsletters* (ou boletins eletrônicos) contidos nos *websites*. Assim, 28% dos sítios analisados não apresentaram campos específicos que possibilitassem aos cidadãos o cadastro destes boletins. A assinatura de *newsletters* que abordam ‘temas genéricos’ – ou seja, informações gerais e diversas – correspondeu a 64% dos sítios; 8% destes *sites* possibilitavam assinaturas em temas específicos, *on demand*.

Nos aspectos relativos à disponibilidade de uma agenda que informasse as atividades parlamentares, como viagens, reuniões e visitas a comunidades, 68% desses sítios não possuíam uma agenda das ações do deputado, ou semelhante

iniciativa. Considerável também a percentagem dos *websites* que apresentaram agendas, mas que estavam desatualizadas (24%), não correspondendo ao objetivo macro da existência destas informações: os usuários informados das atividades dos representantes políticos para propor – a partir desta agenda – um possível encontro presencial. Apenas 8% dos sítios investigados apresentaram uma agenda atualizada que incluía as atividades sistematizadas e com riqueza de detalhes.

Nesta perspectiva, a pesquisa procurou também investigar nestes *websites* informações que descrevessem o horário e o local para o encontro presencial (atendimento ao cidadão). A modalidade que representa a ausência deste dispositivo correspondeu a 60% dos sítios analisados; 36%, apesar de apresentarem conteúdos que correspondessem ao horário e local para um possível encontro, não contribuíam, efetivamente, para o agendamento do encontro, e somente 4% do universo de 25 *sites* válidos para esta análise atenderam ao requisito de disponibilizar informações completas com as devidas orientações para agendar um encontro presencial.

As possibilidades de participação política *on-line* e/ou *off-line* constavam na totalidade dos *websites* investigados, porém 12% destes dispunham o contato somente a partir da internet **ou** presencialmente. Esta análise identificou que 88% do universo dos *sites* investigados possibilitavam o contato *on-line* e *off-line*, ampliando as oportunidades de comunicação entre os usuários e os parlamentares. Este item relaciona-se estritamente com os itens concernentes à disponibilidade da agenda do deputado e com as informações que descrevam o(s) local(ais) e horário(s) estabelecidos pelo parlamentar ou Assessoria do Gabinete, pois parte-se do pressuposto que as possibilidades de participação – ou o envio de demandas – perpassam, mormente, por informações que orientem e indiquem aos usuários os meandros para compartilhar o processo político.

Considerando os três últimos itens supracitados (agenda, horário e local para o encontro e as possibilidades de contato), investigaram-se nos *websites* dos parlamentares informações (ou metadados) que orientassem ou incentivassem a participação política aos usuários interessados no processo político. Identificou-se que 24% destes sítios não apresentaram estas informações; 52% apresentaram conteúdos incipientes (insuficientes) quanto à orientação e, nos 24% dos *sites* analisados incluía orientações satisfatórias que incentivavam os cidadãos à participação, convidando estes a comporem as plataformas políticas encaminhando

sugestões e demandas. A Tabela seguinte sintetiza o bloco dos itens focalizados na consecução de conteúdos, centrada nas demandas dos usuários:

TABELA 2 – Bloco Centrado na Consecução de Informações Sob Demanda

Informações disponíveis (itens)	NÃO		BÁSICO		AVANÇADO	
	Resp.	(%)	Resp.	(%)	Resp.	(%)
6 - Possibilidades de assinatura dos newsletters (boletim informativo): 1 – assinatura apenas de newsletters que abordam temas gerais; 2 – assinatura de newsletters com temas específicos.	7	28%	16	64%	2	8%
7 - Disponibilidade da agenda de atividades do deputado: 1 – agenda desatualizada; 2 – agenda atualizada, incluindo as atividades sistematizadas e com riqueza de detalhes.	17	68%	6	24%	2	8%
8 - Informações que descrevam o horário e o local para o encontro presencial (atendimento ao cidadão): 1 – informações insuficientes, não contribuem efetivamente para o agendamento deste encontro; 2 – informações completas com orientações para agendar o atendimento;	15	60%	9	36%	1	4%
9 - Contato direto com o deputado ou assessoria para registrar as demandas: 1 – apenas possibilidade de contato <i>offline</i> ou <i>on-line</i> ; 2 – possibilidades de contatos <i>on-line</i> e <i>offline</i> ;	0	0%	3	12%	22	88%
10 - Informações com orientações ou incentivos à participação política do cidadão: 1 – informações incipientes (insuficientes) quanto à orientação; 2- informações com orientações satisfatórias, incentivando o cidadão à participação;	6	24%	13	52%	6	24%

No terceiro bloco, destinado às possibilidades de comunicação entre cidadão ↔ representantes políticos através dos dispositivos destinados à interatividade, no item que versa acerca da ‘existência de informação relativa ao prazo de atendimento das demandas’, **nenhum** *website* disponibilizava informações esclarecendo o prazo para responder as possíveis demandas dos usuários. Sem a garantia de retorno, a ausência destes conteúdos poderá desmotivar a participação dos cidadãos interessados na ‘coisa’ política, pois não haveria normas que respaldassem o reclame quanto à morosidade deste retorno. Assim, os usuários que contatarem os representantes políticos através dos dispositivos de interatividade na *web* não estariam assegurados da efetividade da resposta, traduzidos em discursos como ‘nem adianta procurar os representantes políticos, eles praticamente nunca atendem às nossas solicitações’.

Apesar da inexistência de informações que esclareçam este prazo de atendimento, o pesquisador simulou os canais interativos para identificar as possibilidades práticas de participação. No item destinado à 'resposta à demanda encaminhada', 76% dos sítios não atenderam a sugestão de encontro presencial (a mensagem encontra-se no capítulo metodológico), e empatam com 12% os retornos automáticos (os *spams*) e as respostas convidando o usuário proponente (neste caso, o presente investigador) para um encontro presencial. No item seguinte, relativo às possibilidades destes encontros presenciais, 96% dos *websites* permitem o agendamento com os parlamentares sem o cadastro prévio, contrapondo com os 4% que preconiza o registro antecipado dos usuários para agendar um encontro presencial com os deputados. Entretanto, estas possibilidades não asseguram a efetividade do encontro por condizer, *a priori* das análises, somente aos aspectos hipotéticos e potenciais da participação.

Como estes itens compõem o bloco destinado à comunicação entre os cidadãos e os representantes políticos, ressaltaram-se também as possibilidades de registro de mensagens nos *websites* investigados. A partir da totalidade, 68% dos sítios não permitem registros de conteúdos e 28% autoriza os usuários a quaisquer registros, mas não admite réplicas e tréplicas das mensagens postadas nas páginas. Restam apenas 4% dos *sites* que, afora autorizar postagens (registros) na página, consentem réplicas advindas de cidadãos interessados na discussão. Este recurso permite o registro e a consulta posterior ao período das postagens, e corresponde essencialmente a congratulações dirigidas ao parlamentar, denúncias sociais (*problemas com a rede de esgoto, buracos nas ruas*) e comunicações amistosas (*a cidade do deputado X sente orgulho deste homem batalhador e honesto*).

O fórum de discussão, diferente do simples registro de mensagens na página do parlamentar, é um instrumento destinado à promoção de debates de temas específicos ou livres nas páginas de sítios da internet. O último item deste bloco do formulário procurou identificar a disponibilidade de fóruns públicos nos *websites* dos deputados da ALBA. A percentagem expressiva condiz à carência destes fóruns de discussão em 96% dos *sites* analisados; os 4% restantes revelam fóruns inativos ou sem oportunidade de sugerir novos temas que o usuário julgar relevante. Nenhum sítio investigado disponibilizava fóruns ativos. A síntese da apresentação das percentagens previstas no terceiro bloco do formulário consta na tabela 3.

TABELA 3 – Bloco Centrado nas Possibilidades de Comunicação entre Cidadão e Deputado

Informações disponíveis (itens)	NÃO		BÁSICO		AVANÇADO	
	Resp.	(%)	Resp.	(%)	Resp.	(%)
11 - Existência de informação relativa ao prazo de atendimento das demandas: 1 – superaram o prazo informado no <i>website</i> (não houve atendimento); 2 – atenderam à demanda no prazo informado (houve atendimento);	25	100%	0	0%	0	0%
12 - Resposta à demanda encaminhada: 1 – resposta automática (<i>spam</i>); 2 – resposta específica à demanda, convidando o cidadão para um encontro presencial;	19	76%	3	12%	3	12%
13 – Oportunidades de encontros presenciais: 1 – apenas os cidadãos registrados previamente no <i>website</i> podem solicitar um encontro com o deputado; 2 – o <i>website</i> convida os cidadãos sem o registro prévio.	0	0%	1	4%	24	96%
14 – Possibilidade de registrar mensagens no website: 1 – o <i>website</i> permite o registro de mensagens, porém não permite a réplica ou tréplica dessas mensagens por outros cidadãos; 2 – o <i>website</i> permite o registro de mensagens e permite a réplica ou tréplica advindas de outros cidadãos;	17	68%	7	28%	1	4%
15 - Disponibilidade de fóruns públicos: 1 – fóruns inativos ou sem possibilidades do cidadão sugerir temas ou outros fóruns; 2 – fóruns ativos e com possibilidades do cidadão sugerir novos temas;	24	96%	1	4%	0	0%

O bloco centrado nos canais de comunicações adicionais e no *accountability* corresponde à derradeira dimensão deste instrumento utilizado para a coleta de dados. A investigação previu igualmente a disponibilidade – nos *websites* investigados – de formulários dirigidos à expressão dos usuários para o envio de demandas dos cidadãos aos representantes políticos. Destarte, 24% dos *websites* analisados não contavam com a presença de formulários eletrônicos e quando os possuíam não consideravam as opiniões encaminhadas, este aspecto excedeu a metade do universo pesquisado, correspondendo aos 52%. Os 24% restantes condisseram à publicação de informações expedidas pelos usuários, caso estes consentissem compartilhar as opiniões (ou demandas) com outros ‘internautas’ visitantes dos *websites*.

O item seguinte procurou identificar os canais interativos que contribuíssem para a multiplicidade de acesso, como o SMS, indicação de quiosques ou computadores de acesso público e irrestrito, para ampliar a margem da participação

política. Observou-se que 84% dos sítios visitados não apresentaram ‘formas outras’ que ampliassem ou assegurassem a multiplicidade de acesso para os usuários interessados nas atividades políticas. Contudo, 16% do universo analisado identificaram-se na existência ‘ativa’ destes canais interativos nos *websites*, possibilitando a diversidade de acesso a partir destes dispositivos.

As redes sociais (*orkut, twitter, facebook*) também corresponderam à multiplicidade de comunicação entre usuários e parlamentares, mas 28% dos sítios analisados não expunham estas redes (inexiste), e 12% estas comunidades, apesar da existência, estavam inativas. A modalidade de resposta ‘as redes sociais estão ativas, e os deputados acessam com regularidade’ compreendeu 60% dos *websites*. Para ilustrar a importância destas redes sociais nos processos comunicacionais na sociedade contemporânea, o pesquisador desenvolveu um quadro para acompanhar a dinâmica de uma determinada comunidade virtual – o *twitter* – no período que antecedia às eleições de 2010. As pesquisas aconteceram em quatro momentos diferenciados, e com intervalos medianos de 45 dias entre as consultas: 1º de julho, 14 de agosto, 22 de setembro e 03 de outubro daquele ano. Esta última pesquisa ocorreu estrategicamente no domingo reservado às eleições, pois o pesquisador procurava identificar indícios que confirmassem a relação acerca da proximidade das eleições com o interesse dos cidadãos nos assuntos políticos. As análises empreendidas nos *twitters* dos deputados estão registradas no quadro a seguir:

		SEGUIDORES						
DEPUTADO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	JULHO	AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO	
Álvaro Gomes	http://www.twitter.com/alvarogomesdep	96	125	+29	158	+33	162	+4
Ângelo Coronel	http://www.twitter.com/angelocoronel	10	43	+33	70	+27	69	-1
Arthur Maia	http://www.twitter.com/departhurmaia	1014	1129	+115	1778	+649	1187	-591
Bira Coroa	http://www.twitter.com/biracoroa	104	148	+42	190	+42	197	+7
Elmar Nascimento	http://www.twitter.com/elmarnascimento	228	275	+47	340	+65	345	+5
Gaban	http://www.twitter.com/deputadogaban	872	972	+100	1000	+28	1000	Igual
Gildásio Penedo Filho	http://www.twitter.com/gildasiopenedo	452	502	+50	535	+33	543	+8
Heraldo Rocha	http://www.twitter.com/dephealdorocha	779	1102	+323	1138	+36	1141	+3
J. Carlos	http://www.twitter.com/deputadojcarlos	89	100	+11	107	+7	108	+1
Javier Alfaya	http://www.twitter.com/jalfaya	132	290	+158	392	+102	404	+12
João Bonfim	http://www.twitter.com/depjoaobonfim	29	44	+15	46	+2	45	-1
José Nunes	http://www.twitter.com/depjosenues	63	3	- 60	120	+60/57	126	+6
Júnior Magalhães	http://www.twitter.com/juniormagalhaes	351	400	+49	422	+22	430	+8
Leur Lomanto Júnior	http://www.twitter.com/Leurlomantojr	260	367	+107	428	+61	337	+91
Luiz de Deus	http://www.twitter.com/depluizdedeus	355	478	+123	556	+78	661	+105
Marcelo Nilo	http://www.twitter.com/depmarcelonilo	162	239	+77	294	+55	295	+1
Misael Neto	https://twitter.com/misael_net	357	442	+85	502	+60	510	+8
Neusa Cadore	http://www.twitter.com/neusacadore	143	30	- 113	617	+504/474	666	+47
Pedro Alcântara	http://www.twitter.com/pedroalcantara	257	312	+55	343	+31	347	+4
Yulo Oiticica	http://www.twitter.com/yulo_oiticica	327	588	+261	774	+186	789	+15

QUADRO 5 - Análise Progressiva dos *Twitters* dos Deputados da Alba

Como explicitado antes, o quadro anterior correspondeu às análises dos *twitters* dos parlamentares da ALBA, com base no mês de julho de 2010. Neste mês, os números inteiros dos seguidores²⁹ utilizados como base para estas análises, evidenciou um aumento considerável no mês seguinte à pesquisa inicial, exceto os perfis dos deputados José Nunes e Neusa Cadore que indicaram a redução de seguidores (menos 60 e 113 seguidores, respectivamente) devido às mudanças dos endereços virtuais. Observou-se nos meses subsequentes um contínuo aumento de seguidores supostamente interessados nos conteúdos informacionais disseminados pelos parlamentares, como opiniões, denúncias e agenda de compromisso. O quadro revela um considerável decréscimo de seguidores na data das eleições (03 de outubro de 2010), como exemplo o *twitter* do deputado Arthur Maia, que no primeiro mês da investigação apresentava 1014 seguidores; em agosto acresce para 1129 (um aumento de 115 seguidores), no mês seguinte para 1778 (a margem aumenta para 649 seguidores) e último período decresce para 1187, ou seja, um 'déficit' de 591 seguidores. O deputado Gaban, no entanto, manteve o número de seguidores.

O penúltimo item do formulário, destinado à identificação de enquetes ou pesquisas de opinião pública, descortinou que 32% dos *sites* analisados não apresentaram estes recursos; 66%, apesar de possuírem enquetes ou pesquisas de opinião, constituíam-se de campos fechados que impossibilitam aos usuários respostas específicas às questões estabelecidas nos *websites* destes deputados. Os sítios que autorizam os usuários a responderem especificamente às enquetes, exprimindo opiniões afora do solicitado, corresponderam a um número inferior do universo investigado, como 4%.

Na sequência, interessou também reconhecer como os representantes políticos disponibilizam os gastos públicos nos respectivos *websites*. A pesquisa identificou que 92% dos parlamentares não dispõem nos sítios conteúdos destinados à prestação de conta das verbas públicas, preterindo, inclusive, informações básicas e sem detalhamentos. Somente 8% dos *sites* visitados apresentaram informações minuciosas destas contas com indicação dos responsáveis pelos atos administrativos. A Tabela seguinte procura sintetizar os

²⁹ Termo utilizado por esta rede social quando indivíduos 'seguem' o perfil de outros indivíduos no *twitter*, incluindo celebridades, políticos ou simplesmente os amigos.

dados apresentados no bloco relativo aos canais de comunicação adicionais e ao *accountability*.

TABELA 4 – Bloco Centrado nos Canais de Comunicação Adicionais e no *Accountability*

Informações disponíveis (itens)	NÃO		BÁSICO		AVANÇADO	
	Resp.	(%)	Resp.	(%)	Resp.	(%)
16 - Disponibilidade de formulários eletrônicos dirigidos à expressão dos cidadãos: 1 – as opiniões não são publicadas no <i>website</i> ; 2 – as opiniões são publicadas no <i>website</i> , caso o cidadão permita	6	24%	13	52%	6	24%
17 - Canais interativos que contribuam para a multiplicidade de acesso (SMS, quiosques ou computadores de acesso público e irrestrito) para ampliar a margem da participação política: 1 – os canais eletrônicos não funcionam (inativos); 2 – os canais eletrônicos funcionam;	21	84%	0	0%	4	16%
18 - Redes sociais como canais de comunicação com os cidadãos: 1 – as redes sociais disponíveis estavam inativas; 2 – as redes sociais estão ativas, e os deputados acessam com regularidade.	7	28%	3	12%	15	60%
19 - Pesquisa de opinião pública ou enquetes: 1 – questões fechadas (repostas pré-definidas); 2 – questões semi-estruturadas (repostas fechadas e abertas) possibilitando aos cidadãos responder com especificidade.	8	32%	16	64%	1	4%
20 - Disponibilidade de contas dos gastos da verba pública (<i>accountability</i>): 1 – informações simples, sem detalhamentos das contas; 2 – informações detalhadas das contas, com indicação do responsável dos atos administrativos	23	92%	0	0%	2	8%

A exposição acima constituiu a primeira etapa da apresentação dos dados coletados nos dias 10 a 20 de janeiro de 2011. Esta etapa dispôs percentualmente os dados agregados do universo dos *websites* válidos para investigação (ativos), ou seja, aqueles que possibilitavam o acesso de usuários interessados na obtenção de informações, ou na comunicação com os parlamentares. Destarte, o próximo gráfico expõe as percentagens totais alcançadas nas modalidades de resposta, contribuindo para uma visualização completa das tendências relativas à participação política nos sítios dos deputados da ALBA.

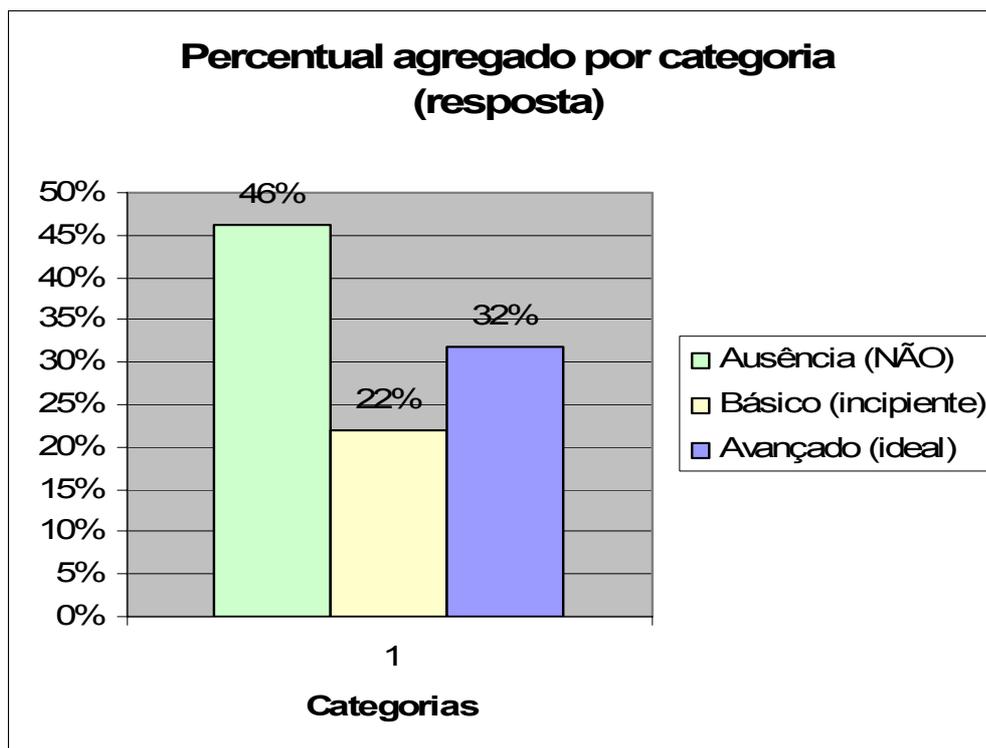


GRÁFICO 1 – Representação Gráfica do Percentual Agregado por Categoria (Resposta)

Evidencia-se um relativo equilíbrio entre as categorias de respostas que conferem à ausência (46%) e à presença (54%) dos itens elencados no formulário de pesquisa orientado às análises dos *websites*. A diferença de seis pontos percentuais que distancia a ausência absoluta e a existência relativa destes itens relacionados à participação possibilitou ao pesquisador, contudo, uma visualização panorâmica dos sítios investigados. A existência relativa dos itens identificados nestes *sites* condiz, exclusivamente, ao caráter incipiente dos resultados, pois, apesar da presença destes dispositivos, a participação dos usuários não estaria assegurada. Estes itens identificados correspondem à soma das categorias *incipientes* (22%) e *ideais* (32%).

A próxima subseção apresenta as percentagens individualizadas dos *websites* investigados, relacionando as confluências e as divergências das pontuações percentuais alcançadas nestes sítios. As observações realizadas também contribuíram para a exposição destes dados, concedendo significados às percentagens contidas nas tabelas que sintetizam os resultados advindos das coletas.

5.2 APRESENTAÇÃO DOS PERCENTUAIS INDIVIDUAIS DOS WEBSITES

A presente subseção particulariza, a partir dos dados brutos, as percentagens obtidas pelos *websites* no período da investigação. Estas percentagens condizem aos escores totalizantes oriundos dos itens observados nestes sítios, com a concessão de pesos simples nas três possibilidades de respostas (NÃO – 0; BÁSICO – 1; AVANÇADO – 2), ou seja, pontuando estes *sites* de acordo com a disponibilidade dos itens previstos no formulário. A Tabela subsequente sintetiza os escores brutos das respostas extraídas nestas análises e as percentagens individualizadas alcançadas nas coletas de dados dos *websites* dos deputados.

TABELA 5 – Percentagens Individualizadas Alcançadas Pelos *Websites* Dos Deputados

PONTUAÇÃO DAS RESPOSTAS →	DADOS COLETADOS			
	BRUTOS			PERCENTUAL (%)
	N	B	A	<i>website individual</i>
Ângelo Coronel	15	1	4	23%
Arthur Maia	11	4	5	32%
Bira Coroa	6	4	10	60%
Capitão Tadeu	10	2	8	45%
Edson Pimenta	11	6	3	30%
Eliedson Ferreira	14	2	4	25%
Elmar Nascimento	5	7	8	58%
Gaban	6	5	9	58%
Gilberto Brito	12	2	6	35%
Gildásio Penedo	6	3	11	63%
Heraldo Rocha	6	5	9	58%
Isaac Cunha	9	5	6	43%
J. Carlos	10	8	2	30%
João C. Bacelar	13	2	5	30%
José Nunes	5	5	10	63%
Luiz de Deus	10	4	6	40%
Marcelo Nilo	11	4	5	35%
Neusa Cadore	6	6	8	55%
Pedro Alcântara	12	4	4	30%
Prof. Valdeci	11	3	6	38%
Ronaldo Carletto	10	5	5	38%
Sandro Régis	8	7	5	43%
Waldenor Pereira	7	5	8	53%
Yulo Oiticica	10	6	4	35%
Zé Neto	7	5	8	53%

Mister ressaltar que somente os *websites* dos deputados Bira Coroa, Elmar Nascimento, Gaban, Gildásio Penedo, Heraldo Rocha, José Nunes, Neusa Cadore, Waldenor Pereira e Zé Neto extrapolam a margem dos 50%, com destaque para os sítios de Gildásio Penedo e José Nunes, que alcançaram separadamente 63% das possibilidades de participação previstas nos itens assumidos no formulário de coleta de dados. No centro da página do político Gildásio Penedo, a exemplo, encontravam-se notícias de destaque, como um espaço denominado 'Dia-a-dia na Política', que estimulava os usuários ao debate acerca das matérias veiculadas no *website*, no período da pesquisa nenhum internauta estava cadastrado para opinar sobre as matérias publicadas. O sítio também apresentava uma biografia detalhada com a formação educacional, atividade profissional, mandato eletivo, filiação partidária, condecorações, e outros conteúdos. Disponibiliza suas proposições (moções e requerimento) para *download*, assim como os discursos proferidos para ouvir no próprio *site*. Na seção destinada ao 'contato com o usuário', o usuário internauta é convidado (incentivado) a encaminhar uma mensagem com sugestões ou críticas endereçadas ao parlamentar.

O *website* convidava os usuários a se filiarem no partido do parlamentar, e contava com a enquete: 'o que está achando do meu *site*?', com possibilidades de resposta 'ótimo', 'bom', 'regular' e 'ruim'. O resultado parcial indicava que os usuários consideravam como 'bom'. O *site* também possibilitava o registro do cidadão para assinar o boletim eletrônico do deputado, ou para registrar e compartilhar opiniões acerca de temas diversos. Para exemplificar estes registros, seguem duas transcrições literais relativas às demandas, opiniões, encaminhadas pelos usuários:

Usuário 1 – *Deputado, gostei do site, mas gostaria de lembrá-lo que algumas sugestões não me foram respondidos no link da liderança da oposição. Tudo bem, espero que este seja realmente um canal direto com o mandato [grifo nosso];*

Usuário 2 – *Recebi vosso e-mail informando-me do novo site. Fiquei bastante impressionado. Excelente. Tem tudo o que eu imagino em um site. Está de parabéns você e a equipe que fez. Abraços. [grifo nosso]*

Na esfera dos canais interativos que contribuem a multiplicidade de acesso, o *site* do deputado Gildásio Penedo possibilitava o cadastro de celulares (telefones móveis) para receber mensagens/torpedos SMS que correspondam às atividades do

político. O parlamentar possuía um *blog* para distribuir e assegurar as possibilidades de contato com os cidadãos, mas sem apresentar um *clipping* das matérias relacionadas ao político, uma agenda das atividades e horários e prazos para os atendimentos. Este *website* apresenta pontos convergentes, se comparado com o sítio do deputado José Nunes. A considerar a seção ‘Dia-a-dia na Política’, localizada no centro página deste político, com artigos diversos advindos dos principais meios de comunicação baianos, seguidos de discursos e vídeos relacionados ao parlamentar, e a seção destinada ao cadastro de celulares para o recebimento de mensagens atualizadas condizentes ao político.

Outrossim, o *site* de José Nunes divulgava obras e realizações públicas, também possibilitava aos usuários o registro de mensagens na página principal, intitulado de ‘mural de recados’. Como no *website* do deputado de Gildásio Penedo, as mensagens oriundas dos internautas oscilavam entre congratulações e denúncias, exemplificadas nos depoimentos a seguir:

Usuário 1 – *O povoado de Caimbé/Gogó da Ema, vibrou com a chegada do calçamento. Sempre foi um grande sonho e hoje é realidade. Parabênzo ao Assessor especial 0800 da Prefeita Fátima, Dep. José Nunes, pela iniciativa e ao pronto atendimento à reivindicação do povo daquela terra. Valeu Deputado, valeu Prefeita;*

Usuário 2 – *Quero parabenizá-lo, pela homenagem a minha TERRA NATAL MARAGOGIPE, e fiquei muito alegre, em receber o texto com a História do surgimento de minha esquecida Cidade de MARAGOGIPE.*

Aproveito para conclamar o Nobre Deputado, juntamente com sua bancada, para, abraçar não só Maragogipe, mas, Coqueiros, Nagé e demais distritos, pois, o sofrimento da população é muito grande. Há necessidades básicas, que a população necessita urgentemente.

O sítio de José Nunes também apresentava uma enquete com a exata pergunta ‘o que está achando do meu *site*?’ – e idênticas respostas ‘ótimo’, ‘bom’, ‘ruim’ e ‘péssimo’ – das disponibilizadas no *site* do deputado Gildásio, diferindo somente nos resultados parciais: os usuários categorizaram o *site* com ‘péssimo’. Este *website*, contudo, apresentava uma estrutura organizada, com informações relevantes relativas ao parlamentar a partir dos conteúdos informacionais produzidos nos diversos canais de comunicação. O deputado disponibiliza uma mensagem (transcrita abaixo) de agradecimento aos internautas, exultando a participação política dos cidadãos naquele *website*:

Caro internauta,

Antes de qualquer comentário, gostaria de agradecer a todos vocês que visitam a minha página, e realçar que tal atitude comprova que o cidadão brasileiro está cada vez mais presente no cenário político. É preciso salientar também, que essa presença colabora para tirar da teoria o tão necessário exercício da democracia. Afinal de contas, o principal objetivo do nosso site é utilizar essa preciosa ferramenta que é a internet para tornar cada vez mais transparente a minha atuação na Assembléia Legislativa da Bahia, bem como as ações já concretizadas nos mais diversos municípios de nosso Estado, ao longo de minha vida pública. Espero sinceramente corresponder as expectativas de todos vocês. [grifos nossos]

O texto apresenta algumas passagens que inferem uma preocupação do deputado em oportunizar a participação política dos usuários no *website*. O sítio também apresenta uma biografia simples do parlamentar – acompanhada do contato deste político –, *clipping* das informações publicadas nos *media* atualizadas, arquivos com conteúdos produzidos pelo deputado disponíveis para *download* (discursos, projetos, monções), assim como informações de utilidade pública – a exemplo dos *sites* que disponibilizam serviços de conta de luz e água. Porém, o sítio analisado não apresentava uma agenda das atividades dos deputados, os horários e prazos para os possíveis atendimentos. O envio da mensagem que simulava a pretensão de um encontro presencial retornou com um *spam* informando que ‘em breve’ o solicitante ‘estará recebendo uma resposta’.

O *website* do deputado Bira Coroa alcançou 60% das oportunidades de participação política, e disponibilizava uma biografia completa com uma reconstituição histórica detalhada da vida do parlamentar. Apresenta diversos artigos explicativos acerca de temas que versam sobre ‘utilidade pública’, ‘acessibilidade e educação especial’ e ‘políticas de inclusão na Bahia’, notícias atualizadas, agenda das atividades do parlamentar, e referenciava outros *sites* importantes como o *Diário Oficial*, *Movimentos Sociais e Sindicatos* e a *Revista Carta Maior*³⁰. A Assessoria do Gabinete do deputado respondeu à solicitação do encontro presencial com o político através do telefone, agendando com o pesquisador para o dia 19 de janeiro de 2011, às 14 horas. Presente no dia e no horário indicados, o pesquisador percebeu que parte das pessoas, com atendimento previsto para a manhã daquele dia, ainda não haviam sido atendidas às 16h20min (inclusive pessoas advindas de outros

³⁰ Publicação eletrônica multimídia, criada em 2001.

municípios). Para completar, o deputado estava atrasado para os encontros e os interessados continuavam a comparecer. Algumas pessoas desistiram do encontro, inclusive o pesquisador. (Ponderou-se, naquele instante, uma conversa com a Assessoria do Gabinete do deputado, mas esta também não compareceu para atender à solicitação. Um ‘segundo agendamento’, segundo um dos secretários do político, ‘seria difícil, pois a agenda do parlamentar estava lotada’).

Elmar Nascimento, Gaban e Heraldo Rocha obtiveram a percentagem de 58% cada. No sítio de Elmar, afora as fotografias, vídeos, áudios, proposições e projetos, constavam um ‘mural do cidadão’ para os usuários registrarem opiniões que convierem; o *website* de Gaban apresentava um fórum de discussão denominado de ‘+ Participação’, com o seguinte pergunta: ‘Qual a sua opinião sobre a ponte de Itaparica?’ No período pesquisado registra-se somente a opinião do escritor, jornalista, roteirista, professor e membro da Academia Brasileira de Letras, João Ubaldo Ribeiro. Apesar da ausência de comprovação que assegurasse a veracidade da autoria dessa resposta, segue a transcrição completa:

Anteprojetos e desenhos da estrutura da Ponte Salvador-Itaparica, divulgados pela mídia baiana, apontam para uma agressão à paisagem da Baía de Todos-os-Santos, um patrimônio ambiental inalienável do povo baiano, talvez o último a salvo da sanha empresarial que avança sobre o meio ambiente de Salvador e do Estado.

Heraldo Rocha apresenta no sítio uma mensagem de cumprimento aos cidadãos, admitindo o desafio de legislar, como deputado, em prol de ações que beneficiem as camadas sociais indistintamente. Também disponibiliza um espaço reservado aos usuários para registrarem críticas ou palavras de incentivo. As mensagens dispostas na página deste parlamentar revelavam conteúdos de denúncias acerca dos aspectos políticos, como os depoimentos seguintes, e comunicações parabenizando a atuação política deste representante político:

Usuário 1 – *Nós moradores [determinado bairro de Salvador/BA] estamos com um problema perante a CONDER a desapropriação por causa de um projeto da Via-Portuária, que eles insistem em passar por nossa Avenida um viaduto e exterminar as nossas casas. Estamos nos mobilizando para entrar com uma ação no ministério público. Eu que nunca fui eleitor desse Governador atual, gostaria ou gostaríamos que os Srs nos orientassem ou nos dessemos uma*

força. Inclusive, fiz um projeto que não oferece risco para a nossa avenida e nem a quadra de esportes. Essa obra pode ser desviada mas parece que a CONDER tem medo dos donos das casas de auto-peças e dos favelados sem-teto que habitam a sede abandonada do conselho tutelar fazendo dali um ponto de encontro para coisas ilícitas, pivetatas e tráfico de drogas. Isso sem falar nas casas de auto-peças que só servem para infernizar as nossas vidas. E tem um shopping abandonado que poderia abrigar todas aquelas casas. Deputados, pagamos nossos IPTUs em dias, conta de água luz, e telefone, temos nossas casas boas e não queremos as indenizações deles porque eles jamais irão pagar-nos o que merecemos, e ademais alí naquela avenida, está também tuda nossa história. Por favor nos ajude nos dê uma resposta através do meu e-mail [e o cidadãos em questão disponibiliza o e-mail para o deputado contatá-lo] [grifos nossos] ;

Usuário 2 – *Sr. Deputado Heraldo Rocha, Boa noite, Enviei no dia 28/01/09, uma mensagem a respeito da ultima Assembleia realizada ai quando foi votado os projetos e não recebi uma resposta. Falo isso porque comentei outros assuntos e gostaria de obter uma resposta. Agora como Agente Administrativo gostaria de saber como ficamos em relação ao Plano de Carreia, pois somos os mais prejudicados sempre ficamos por fora de tudo. aguardo uma resposta. Obrigada. [grifos nossos]*

Evidenciam-se nestas mensagens a confiança imputada aos representantes políticos para solucionar problemas de ordem prática na vida dos cidadãos. A recorrência aos dispositivos potencialmente interativos, como uma primeira estratégia de contato com os deputados, parece uma constância dos usuários dos sítios parlamentares, porém estas mesmas mensagens indicam uma ausência de respostas efetivas subscritas aos solicitantes – ‘não recebi uma resposta’ e ‘algumas sugestões não me foram respondidas’.

Na sequência dos *websites* que excederam a marca dos 50%, encontram-se os sítios de Neusa Cadore (55%), Waldenor Pereira e Zé Neto (ambos com 53%). No *site* de Neusa Cadore, apesar de disponibilizar uma agenda de atividades e informações acerca do horário de local dos possíveis encontros com os cidadãos interessados, não apresentava uma política que indicasse o prazo de atendimento dessas demandas. Observou-se nos demais *sites* a correlação da ‘agenda de atividades do deputado’ e ‘informações acerca do horário e local para o atendimento’ com conteúdos que indicassem o período de respostas das mensagens remetidas pelos usuários, o contrário do presente *website*. A primeira simulação nos canais interativos (*e-mails*), solicitando um encontro presencial com os parlamentares, aconteceu no dia 15 de dezembro de 2010. A deputada (ou a

assessoria imbuída desta responsabilidade) respondeu à solicitação no dia seguinte desta forma:

Prezado José Carlos Sales,

A sua pesquisa faz-se pertinente ser aplicada junto a nossa Assessoria de Comunicação inteiramente disponível, Tony Teófilo, através deste email ou pelos telefones: (71) 3115-5451/7148.

*Saudações e boa sorte na conclusão do mestrado
Neusa Cadore – deputada estadual PT
Presidente da Comissão Direitos da Mulher
Assembléia Legislativa da Bahia*

O *website* também disponibiliza um glossário com termos técnicos recorrentes à esfera política, como exemplos ‘proposições’, ‘requerimento’, ‘moção’, ‘indicação’, ‘projetos de lei’, ‘projeto de emenda constitucional’. Na página desta parlamentar apresentava uma seção convidando os usuários a encaminharem uma proposição – *Envie sua proposição: faça sua sugestão de proposição para o mandato da gente*. Quando acessado, surge a mensagem:

Faça sua sugestão de proposição legislativa para o Mandato da Gente. Para que a nossa ação legislativa represente cada vez mais os diversos segmentos de apoiadores e apoiadoras que compõem a base do Mandato da Gente, criamos, este espaço aonde receberemos sugestões de possíveis proposições legislativas, que serão objeto de análise pela Assessoria Legislativa do mandato. Contamos com a contribuição de todos e todas, na certeza de que este novo mecanismo de comunicação qualificará a nossa ação parlamentar! [grifos nossos]

Como uma respondente direta da solicitação encaminhada pelo pesquisador, percebe-se no discurso de Neusa Cadore uma preocupação iminente com a participação dos usuários no processo político, principalmente a participação destes nas sugestões de proposições legislativas, pois a deputada e a Assessoria do Gabinete aguardam ‘a contribuição de todos e todas’.

No sítio de Waldenor Pereira, na seção destinada à apresentação do parlamentar, identifica-se um texto condizente ao mandato do deputado:

Uma das marcas principais de um mandato verdadeiramente popular é a transparência da sua atuação e a prestação de contas permanente dos seus atos. Perseguindo esse objetivo, estamos recorrendo a mais esse importante canal de comunicação, a

"Internet", por meio do qual a população poderá ter o livre acesso a informações, sobre a nossa atuação como Deputado Estadual. Projetos, Moções, Indicações, Requerimentos, Agenda, Artigos, Matérias Jornalísticas (Releases), Galeria de Fotos são ações relacionadas ao mandato que a população terá acesso ao visitar a nossa "home-page". Visando uma maior interação da população com o mandato, o "site" oferece os recursos de apresentação de sugestões e a realização periódica de enquetes sobre os mais variados temas da política. Portanto, interaja com esse importante canal de comunicação e acompanhe passo a passo as ações do nosso mandato, que tem o compromisso de honrar a luta de tantos que tombaram na defesa intransigente de uma sociedade mais justa e igualitária e acreditaram, sempre, que uma nova Bahia é possível!
[grifos nossos]

A mensagem do político supracitada explicita aspectos relevantes para a abordagem desta pesquisa concernente à informação pública e participação política em rede. O texto assinala algumas nuances constituintes de uma política democrática – ‘verdadeiramente popular’ – retomando termos como *transparência* e *livre acesso à informação*. Porém, o sítio analisado não apresentava conteúdos que visassem à prestação de contas dos gastos públicos, agenda com os devidos registros das atividades do parlamentar ou indicações de horário e local destinados aos encontros presenciais. Constava, entretanto, um sistema de busca no *site* complexo, categorizando os resultados da pesquisa, possibilidade de registro de mensagens nas páginas, e outras oportunidades de consecução de informação pública.

O sítio na internet do deputado Zé Neto constava a ‘Rádio Zé’ com áudios proferidos pelo parlamentar, ‘Artes do Zé’ – que disponibilizava jingles de campanha, poesias, vídeos, cartazes políticos –, informações sobre concursos e licitações públicos, agenda de compromissos (sem compromissos para o mês de janeiro de 2011), informativos de diversos municípios baianos, e outros. Possibilitava o *download* de documentos como relatórios, decretos e portarias, e o contato com o político na seção ‘Fale com Zé’. A assessoria deste deputado respondeu no dia 06 de janeiro de 2011 à mensagem enviada pelo pesquisador com o texto transcrito a seguir:

Prezado José Sales,

Este mês de janeiro a Assembléia Legislativa está funcionando em turnão (das 13 às 19). Ademais, não está havendo sessão na Casa, devido ao recesso parlamentar. Sugiro que aguarde esse período, para só então agendar uma entrevista com o Deputado.

De qualquer forma, encaminhei seu e-mail para a assessoria de comunicação, que poderá ajudá-lo nesta pesquisa.

*Atenciosamente,
Assessoria Dep. Zé Neto*

Apesar da promessa de encaminhar a solicitação para a Assessoria de Comunicação Geral da ALBA, o pesquisador não obteve êxito com um possível segundo contato. O *website*, entretanto, apresentava informações particularizadas acerca da prestação de contas dos gastos públicos, indicando o responsável pelos atos administrativos. Infere-se que a estrutura deste sítio e a Assessoria de Comunicação do Gabinete procuram cumprir as demandas dos cidadãos encaminhadas por dispositivos destinados à interatividade, principalmente o *e-mail*, salas de conversação (*chats*) e fóruns de discussão (quando estes dois últimos dispositivos estavam presentes).

O preenchimento das respostas obtidas pelos *websites*, e registradas no Quadro disponível no Apêndice I, contribuiu efetivamente para a identificação dos aspectos representativos destas respostas associadas aos itens do formulário de pesquisa destinado à coleta de dados. As respostas individualizadas e a concatenação dos resultados logrados na análise dos sítios dos deputados permitiram, afora as pontuações individualizadas destes *websites*, uma visualização totalizante dos itens investigados. O primeiro bloco destinado à consecução de informações que apresentassem o deputado e o *site*, a exemplo, permitiu uma visualização das respostas mais distribuídas, excetuando o item Biografia, presente em todos dos sítios investigados. Também no segundo bloco (*consecução de informações sob demanda*) a distribuição das respostas aconteceu de maneira 'isonômica', ou seja, houve uma distribuição de respostas relativas aos itens do formulário.

O Quadro do Apêndice I, outrossim, permitiu a visualização inversa no terceiro e quarto blocos com relação aos dois primeiros blocos. No terceiro e no quarto blocos identificou-se que nenhum sítio investigado apresentava o item 11 –

Existência de informação relativa ao prazo de atendimento das demandas, igualmente nos itens 13 (Oportunidades de encontros presenciais), e 20 (Disponibilidade de contas dos gastos da verba pública), excetuando os sítios de Gaban e Prof. Valdeci (itens 11 e 13, respectivamente), e Bira Coroa e Zé Neto (item 20). Outro aspecto relevante da apresentação dos dados coletados condiz ao item 15 do formulário de pesquisa: a disponibilidade de fóruns públicos. Compreendido como uma importante ferramenta de discussão e participação política em rede, contribuindo para a construção de redes entre os atores sociais interessados (cidadão-político, político-cidadão e cidadão-cidadão), existia somente o fórum de discussão do deputado Gaban, mas estava inativo e excluía qualquer possibilidade dos usuários sugerirem novos temas.

No próximo capítulo, os dados apresentados serão analisados a partir do referencial teórico assumido na investigação, retomando os pontos significativos para responder aos seus objetivos. Para assegurar a exequibilidade das análises, retomaram-se as discussões do governo eletrônico para compreender a ALBA como uma instituição inserida neste processo, e os exames dos autores teóricos e empíricos das seções e subseções do capítulo referencial para confrontar ou associar aos resultados apresentados neste capítulo.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA

Destinado à análise dos dados coletados na pesquisa, e apresentados no capítulo anterior, este capítulo apresenta os resultados relevantes da investigação a partir da revisão de literatura assumida nesta dissertação. A subseção 6.1 retoma, sucintamente, as primeiras exposições pautadas nos referenciais concernentes à conceituação do termo *democracia*, à reconfiguração da extensão das sociedades contemporâneas e ao acesso aos conteúdos informacionais produzidos ou acumulados pelos governos – e representantes políticos –, para alcançar à análise do *website* da ALBA, concebido como uma iniciativa do governo eletrônico. Nas subseções 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5 estruturam-se dos resultados dos blocos do formulário de pesquisa a partir dos principais argumentos suscitados no referencial teórico.

Importante enunciar o caráter retrospectivo e convergente desta seção em relação aos capítulos anteriormente apresentados, pois o pesquisador procurou resgatar os elementos essenciais que justificassem as escolhas referenciais, empíricas e metodológicas; procurou, outrossim, discutir criteriosamente os aspectos evidenciados nos resultados da investigação. Este capítulo anuncia, contudo, as discussões relacionadas aos objetivos da pesquisa, com o intuito de inferir as considerações concretas acerca desta dissertação, e prepara para o último capítulo – destinado à conclusão da pesquisa.

6.1 A GOVERNANÇA ELETRÔNICA NA ALBA

Discussão acerca da conceituação do termo *democracia*, principiada no capítulo reservado à revisão de literatura, a mudança estrutural da cidade-estado para o Estado Nacional representou uma reconfiguração para a participação política da sociedade civil. O redimensionamento na escala de participação interferiu substancialmente no processo histórico das sociedades, influenciando, para Dahl (1989), na representação, na extensão ilimitada, nos limites à democracia participativa, na diversidade, no conflito e na poliarquia. Estes aspectos delinearam os contornos da

prática política contemporânea e da produção e disseminação de conteúdos informacionais (informações públicas) para os cidadãos inseridos nas sociedades complexas.

Com o ‘descolamento’ da sociedade civil do regime político, a partir da expansão do Estado democrático, observou-se na história o progressivo aumento das demandas advindas desta sociedade, dirigidas ao governo e aos representantes políticos. Como a democracia pressupõe a constante responsividade dos governos perante aos anseios dos cidadãos, surge um obstáculo operacional relativo ao recebimento destas solicitações nas sociedades modernas (ampla escala): como responder a estas demandas? A apreensão de estratégias que contribuam para as discussões e deliberações políticas constitui a solução para assegurar a participação política dos interessados nos assuntos públicos. Estratégias engendradas nas tecnologias da informação *parecem* uma resposta plausível para a circunscrição das oportunidades de participação – no caso da inserção destas tecnologias, a *participação em rede*. A incerteza do verbo ‘parecem’, utilizado no argumento anterior, confere exclusivamente às pesquisas e aos estudos incipientes acerca da relação entre a efetividade da participação política e as tecnologias da informação, pois parte dos resultados destes trabalhos traduzem somente os aspectos potenciais das tecnologias (a internet); resultados sempre parciais e transitórios devido ao caráter dinâmico ocasionado pelas TIC.

Os governos e representantes políticos, compreendidos nesta pesquisa como produtores de conteúdos informacionais públicos, para cumprir a premissa do regime democrático devem possibilitar o acesso irrestrito a estas informações, refletindo os dispositivos que oportunizem aos cidadãos a consecução de conteúdos convenientes aos interesses pessoais e/ou coletivos, e compreende o *como* e *onde* acessar estas informações.

Os governos e representantes políticos precisam considerar os interesses informacionais dos atores envolvidos no processo político. Porém, como discorrido no capítulo 2, esta prática constitui uma empreitada complexa devido à improbabilidade de responder especificamente à totalidade das demandas encaminhadas pelos cidadãos para a esfera pública. A sistematização de um regime de informação poderia, nesta situação, e segundo Frohmann (1995 apud González de Gómez, 2002), estabelecer uma rede estável de fruição informacional a partir dos

diversos canais de comunicação, com estruturas específicas para os usuários específicos destes conteúdos. O discurso assumido nesta pesquisa compreende as tecnologias, essencialmente a internet, como instrumentos que autorizam a democratização do acesso a conteúdos informacionais. Os *websites*, e os dispositivos de interatividade disponíveis nos sítios, oportunizam a consecução de informações produzidas pelos governos (que inclui naturalmente os representantes políticos) e a participação política no ciberespaço.

Concebido como um regime de informação do Estado, o governo eletrônico possibilita a dinamização da prestação de serviços específicos direcionados aos interesses dos cidadãos. A partir desta estrutura argumentativa, o *website* da ALBA <www.al.ba.gov.br> enquadra-se nos contornos conceituais apresentados nas pesquisas relacionadas ao *e-gov* por constituir um empenho do Governo do Estado da Bahia para disponibilizar informações produzidas pelos atores políticos. Os programas de governo eletrônico procuram a modernização do Estado e a transparência na gestão pública, incluindo os serviços públicos, para aproximar os atores políticos e a sociedade civil. Como esta dissertação parte do sítio da ALBA para identificar os *websites* dos deputados, mister analisar o *site* da Assembléia a partir do referencial teórico apresentado e discutido na subseção 2.2.2, destinada ao governo eletrônico.

Concebida como uma instituição governamental, a ALBA procura disponibilizar aos cidadãos informações concernentes aos deputados e os respectivos mandatos, como a biografia, as legislaturas, projetos de leis, assim como documentos, matérias produzidas pela Assessoria de Comunicação, vídeos, e outras. Como a sistematização do modelo de referência proposto por Barbosa, Faria e Pinto (2004) intenta responder positivamente às limitações relacionadas à implementação das estratégias do governo eletrônico, observou-se no *website* da Assembléia determinados componentes tecnológicos direcionados às relações do governo com os agentes governamentais e os cidadãos. Na dimensão *foco no cidadão* (contexto externo à instituição), a exemplo, não identificou indicações acerca da inclusão digital para os cidadãos alijados do acesso à rede de computadores para usufruírem dos possíveis serviços disponibilizados pela ALBA. Os serviços desta instituição restringem-se à produção, registro, preservação e disseminação de conteúdos produzidos pelos parlamentares e Assessorias de

Comunicação da Assembléia e Gabinetes, preterindo as atividades que requerem um domínio tecnológico sofisticado.

O exclusivo canal de comunicação da ALBA constitui a Ouvidoria, que no período da pesquisa de campo estava inativa, representaria uma oportunidade para a prestação de serviços em rede. O discurso da assessora parlamentar responsável por este dispositivo de interatividade, Maria de Lourdes, anuncia indícios das premissas relacionadas ao governo eletrônico nos aspectos condizentes às demandas dos cidadãos, como solicitação de informações acerca de concursos públicos e 'solução de casos'. A assessora informa que o *e-mail* representa o canal preferencial dos usuários para solicitar informações relativas aos parlamentares e à instituição, revelando que este canal comporta inúmeros *e-mails* que não correspondem à política da Ouvidoria; indica, também, que os usuários procuram a Ouvidoria somente para resolver 'problemas pessoais'. Assim, a Ouvidoria parlamentar procura exclusivamente responder às reclamações relativas aos deputados e à Assembléia – e não a prestar informações de concursos públicos –, contrariando parcialmente as informações registradas nesta seção no *website* da ALBA (realizar audiências com segmentos da sociedade civil e responder aos cidadãos as providências assumidas pela instituição).

Com a perspectiva de Giddens (2001), ao indicar o restabelecimento do contato direto do governo com os cidadãos – e dos cidadãos com o governo –, os argumentos da Assessoria da Ouvidoria se enfraquecem, pois, a partir deste discurso, não apresentam indícios específicos de 'experimentos com a democracia'; o Estado e a sociedade civil, que deveriam atuar em parceria com o intuito de expandir as esferas de discussão e deliberação pública, não atuam na perspectiva desta pesquisa. Importante considerar que os governos e cidadãos coabitam, na contemporaneidade, o mesmo ambiente informacional.

A partir da entrevista com o gerente e coordenador do sítio da Assembléia, identificou-se um aumento considerável de visitas durante as semanas que antecipavam e postergavam as eleições de 2010, considerando os usuários que acessam regularmente o *website* desta instituição para a consecução de conteúdos, como os documentos das plenárias e o quadro de frequência dos parlamentares. Os *sites* (ou portais) governamentais deverão constituir, contudo, ambientes de interlocução direcionados aos cidadãos para a aquisição de informações específicas

(como conteúdos relativos às eleições ou às atividades parlamentares). Os serviços de e-gov disponibilizados no *website* conferem às seguintes seções: 'Atos do RH', 'Biblioteca', 'Concurso Público', 'Diário *on-line*', 'Documentos do RH', 'Emendas', 'Informativo parlamentar', 'Licitações', '*Links*', 'Mapa do *site*', 'Notícias do legislativo', 'Onde estamos', 'Organograma', 'Ouvidoria', 'Publicações', 'Relatórios', '*Software livre*' e 'Transparência'. Estes serviços compreendem exclusivamente a prestação de informações públicas, ou seja, conteúdos produzidos pela Assembléia, sem presumir a utilização de dispositivos que oportunizem a interação dos cidadãos com os representantes políticos. Na categoria 'Informações e serviços' do *website* da ALBA constam conteúdos estáticos, passíveis somente de atualizações da Assessoria.

Como a democratização do Estado repousa no acesso a informações governamentais, o sítio da Assembléia responde satisfatoriamente a este pressuposto, excetuando a ausência de informações relativas aos responsáveis do *website* – justificativa do desenvolvimento do roteiro de entrevista. Este *site* atende criteriosamente aos requisitos da 'visibilidade estatal' ao dispor com especificidades os contatos dos deputados – categorizados por nome e partido –, as bancadas, a Mesa Diretora e a transparência das despesas dos parlamentares. Para Jardim (1999), a transparência administrativa constitui uma condição para a sociedade civil 'controlar' o Estado, e nesta perspectiva, como portador das informações relativas aos parlamentares baianos, o *website* da ALBA corresponde adequadamente. Estas considerações conferem com o Artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Brasileira (1988), quanto ao direito dos cidadãos usufruírem de informações diversas produzidas por órgãos públicos.

Nas subseções seguintes analisam-se os resultados obtidos a partir do formulário utilizado para a coleta dos dados, assim como as observações empreendidas, nos *websites* dos parlamentares apresentados no capítulo anterior. *Pro forma*, evidenciaram-se nas análises os aspectos mais significativos recuperados na pesquisa de campo, e estas análises sucederam as caracterizações dos blocos previstos neste instrumento de investigação: 'centrado na consecução de informações nos *websites*', 'centrado na consecução de informações sob demanda', 'centrado nas possibilidades de comunicação entre cidadãos e representantes políticos' e centrado nos canais de comunicação adicionais', incluindo a *accountability*.

6.2 CONSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS *WEBSITES*

A informação constitui a essência do regime democrático, pois permite aos cidadãos recursos informacionais indispensáveis para assegurar uma governança responsável. Os conteúdos produzidos e controlados pelos órgãos públicos precisam atender à premissa da divulgação extensiva orientada aos indivíduos, independente da solicitação destes. A partir dos princípios estruturados pela ONG *Artigo 19*, relativos ao direito de acesso à informação, a presente pesquisa assume as proposições previstas neste documento, como a divulgação de conteúdos informacionais e a obrigatoriedade de publicá-los, assim como assegurar os procedimentos que facilitem o acesso a informações, para compreender o objeto de investigação.

O acesso à informação representa uma premissa fundamental para o regime democrático e, para asseverar o direito de acesso aos conteúdos elaborados na esfera pública, os agentes governamentais devem publicar informações diversas e independentes das demandas dos cidadãos. Estes conteúdos incluem a publicação de informações operacionais dos organismos públicos, as informações relativas às solicitações dos cidadãos, orientações concernentes às sugestões para as propostas políticas ou legislativas advindas de indivíduos interessados na ‘coisa’ pública, características das informações – e como estas são mantidas pelos organismos públicos e o conteúdo da decisão ou política destinada ao público, indicando os motivos da resolução.

Assim, as tecnologias de informação reconfiguram, conforme estabelecido no capítulo referencial, os procedimentos de recuperação de conteúdos em rede. A internet contribui para o acesso a informações, no presente caso, produzidas por representantes políticos através de *websites* parlamentares, possibilitando aos cidadãos uma isonomia informacional relativas aos governantes, a considerar a atemporalidade para a recuperação de conteúdos. Esta atemporalidade corresponderia à consecução de informações baseada nas necessidades específicas dos indivíduos, independente do momento que estes indivíduos as procuram nos sítios parlamentares.

Os itens condizentes a consecução de informações a partir dos *websites* dos deputados responderam satisfatoriamente aos aspectos relativos ao acesso a conteúdos disponibilizados pelos parlamentares. Observou-se que os sítios dos representantes políticos apresentaram, na totalidade, o item 'biografia', como uma estratégia para 'conhecer melhor' os representantes políticos. Porém, a categoria de resposta condizente às biografias simples e sucintas compreendeu 52% dos *websites* analisados, sem comprometer efetivamente a consecução de informações relativas à 'biografia do deputado'. Estes conteúdos parecem independem das demandas dos cidadãos, pois enunciar a trajetória política do parlamentar, exaltando as realizações sociais e a militância individual, constitui uma estratégia mínima para apresentar os deputados à sociedade.

Para assegurar o acesso a conteúdos produzidos, os dados apresentados comprovam que 60% dos sítios observados retornaram com os resultados das pesquisas simuladas pelo investigador. A possibilidade de recuperar conteúdos informacionais através do sistema de busca dos *websites* permite sustentar o argumento defendido na dissertação, de que, a partir da internet, o acesso à informação pública constitui um direito assistido aos cidadãos. As tecnologias da informação, nesta perspectiva, viabilizam a recuperação de conteúdos originários dos parlamentares preterindo a temporalidade (acesso a informações publicadas outrora, e registradas na base de dados) e o espaço.

Os aspectos relacionados à presença de *clippings*, arquivos com informações públicas para *downloads* (discursos, projetos, moções) e referências a conteúdos de interesse social corroboram com o item relacionado à pesquisa nos *websites*, oportunizando aos cidadãos conhecerem o processo político, acompanhando as discussões e as decisões dos representantes políticos. Contudo, 60% dos sítios investigados não apresentaram *clippings* que compilhassem notícias e matérias acerca dos deputados, publicadas nos diversos canais de comunicação, que, caso comparado com as percentagens dos itens subsequentes (*arquivos de informações públicas para downloads*, 84%, e *registro de conteúdos de interesse público*, 52%), não influenciaria exatamente.

Para Barreto (1994; 1999; 2002), democratizar a informação perpassa por empenhos que contribuam e aumentem o acesso aos conteúdos, e o autor adverte que a disponibilidade contínua de informação origina outras demandas

informativos, assim como a demanda poderá influenciar a disponibilidade destes conteúdos. A análise panorâmica dos itens contidos no primeiro bloco do formulário de pesquisa permite anunciar que os *websites* investigados autorizam a consecução de informações registradas nestes sítios, ou seja, conteúdos informativos processados e armazenados nos servidores (base de dados) para consulta e/ou recuperação de documentos produzidos pelos parlamentares.

6.3 CONSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOB DEMANDA NOS *WEBSITES*

O ciberespaço constitui um ambiente profícuo para a transferência do resultado das atividades humanas tradicionais ao possibilitar o compartilhamento de informações através de computadores interconectados. As tecnologias da informação, viabilizadas pelos discursos relacionados à internet, poderiam revigorar o processo do regime democrático, assertiva observada nos progressivos esforços dos governos e representantes políticos em disponibilizar informações de interesse público na rede. Este fenômeno corrobora com o aumento contínuo de *websites* governamentais – e parlamentares – e representam o *substractum* para alargamento do acesso a informações (documentos, arquivos audiovisuais, notícias), como as observadas nos itens da biografia dos deputados, pesquisa de conteúdos nos sítios para consulta ou *downloads* e informações de interesse público.

O bloco reservado aos itens para a *consecução de informações sob demanda* permitiu algumas inferências no quadro panorâmico da pesquisa. No item destinado às possibilidades de assinatura de boletins eletrônicos (*newsletters*) dos parlamentares, somente 8% dos sítios analisados permitem o cadastro de usuários para os ‘temas específicos’, ou seja, informações que respondem às especificidades destes indivíduos. A percentagem de 64% destes *websites* permitia a assinatura dos boletins que apresentavam temas gerais, desconsiderando os interesses individuais dos cidadãos. A proposta assumida nesta pesquisa condiz à segmentação temática dos conteúdos previstos nos *newsletters* que convergisse com os interesses dos usuários, a partir dos recursos tecnológicos que indiquem as informações mais acessadas no *site*.

Para os estudiosos do tema *democracia*, o cidadão informado evidencia competências para decidir e avaliar as atividades governamentais. Como a internet permite a redução de custos relativos ao armazenamento e disseminação da informação, assim como o acesso à informação primária – conteúdos diretamente produzidos e disseminados pelos parlamentares e Assessorias –, uma percentagem considerável dos sítios (84%) apresentou documentos para o acesso, mas 68% da totalidade dos *sites* investigados não disponibilizavam a ‘agenda de atividades’. A ausência de uma agenda virtual dificulta a participação política em rede devido à inexistência de informações que indiquem aos usuários uma programação das atividades dos parlamentares. O acesso limitado à informação impede ou dificulta a participação dos cidadãos na discussão e produção de políticas públicas.

Recupera-se, assim, o argumento que imputa aos conteúdos informacionais a faculdade de contribuir para a política de interesse (motivação) e conhecimento político (capacidade informativa). Mossberger, Tolbert e McNeal (2008) indicam que pesquisas acerca destes assuntos sugerem uma relação entre a capacidade informativa dos conteúdos *on-line* e a participação política. Este raciocínio contraria os resultados obtidos nos itens relacionados à agenda de atividades do deputado e a informações que descrevam horários e locais para estabelecer um encontro presencial por não destacar um planejamento efetivo que autorizem a participação dos cidadãos. As autoras enfatizam que estes conteúdos elaborados e disseminados em *websites* políticos contribuiriam para a formação e/ou ampliação da consciência política dos cidadãos motivados para a ‘coisa’ política, permitindo-os conhecer os parlamentares para participarem politicamente do processo democrático.

Entretanto, 88% dos sítios disponibilizam contatos (*on-line* e *off-line*) com os deputados ou Assessorias dos parlamentares. Os contatos *off-line* condizem exclusivamente aos endereços geográficos dos Gabinetes dos políticos no Centro Administrativo da Bahia – CAB, que aparecem na parte inferior das páginas principais dos sítios; os contatos *on-line* conferem aos dispositivos potencialmente interativos disponíveis nos *websites*. Percebeu-se que a totalidade destes *sites* apresentou indicações que possibilitassem, ainda que discursivamente, interlocuções entre os deputados e os cidadãos. O engajamento cívico aparece neste contexto como um processo essencial à participação política, pois equivale ao

interesse público, à discussão e ao conhecimento acerca dos assuntos políticos; corresponde à postura proativa dos cidadãos na procura de conteúdos para reduzir as incertezas informacionais.

Apesar dos *websites* oportunizarem encontros presenciais e virtuais, somente 24% destes apresentou informações com orientações e incentivos suficientes. Mister destacar a inconsistência relacionada nos itens condizentes aos contatos disponíveis nos sítios e os conteúdos direcionados à participação política. A presente investigação não identificou uma conexão plausível entre as oportunidades de contatar parlamentares, sugerindo interlocuções, e as orientações que efetivamente estimulassem a participação dos cidadãos.

6.4 POSSIBILIDADES DE INTERLOCUÇÃO ENTRE CIDADÃOS E DEPUTADOS

Como o direito à informação extrapola a divulgação de informações acerca de instituições e parlamentares, como as observadas nos blocos anteriores, importante conceber procedimentos que facultem o acesso a conteúdos demandados pelos cidadãos. O presente bloco identifica as possibilidades de interlocução entre os cidadãos e deputados apresentadas nos *sítes* analisados, ou seja, os dispositivos eletrônicos concentrados na interatividade entre estes atores. A definição dos itens vinculados a este bloco pretendeu, outrossim, investigar a efetividade deste dispositivos a partir de simulações nos canais de comunicação realizadas pelo pesquisador.

O acesso à informação constitui um direito fundamental previsto no Artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Brasileira de 1988, prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, excetuando aquelas cujo sigilo represente a segurança da sociedade e do Estado. Os *websites* da ALBA e dos parlamentares inseridos nesta pesquisa não apresentaram conteúdos que indicassem um prazo de atendimento dos contatos estabelecidos, representando 100% destes sítios. Observa-se o descumprimento institucional da Assembléia com relação aos enunciados do Artigo 5º da Constituição Brasileira, assim como o distanciamento dos sítios dos deputados com as informações previstas neste inciso. Ponderou-se,

no início desta pesquisa, que a Constituição de 1988 e outros documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais pudessem constituir o marco referencial para o desenvolvimento destes *websites*, mas, com o aprofundamento da pesquisa de campo, demonstrou-se o contrário.

A partir do documento elaborado pela ONG *Artigo 19* para o Conselho Britânico (*British Council*), fomentar um diálogo entre os políticos e a população poderá restabelecer a confiança nas instituições do Estado. Publicar e responder às demandas de cidadãos condizentes a conteúdos das atividades governamentais, políticas diversas, orçamentos estatais permitirão a construção de espaços para a política desenvolver-se de maneira irrestrita e construtiva. Porém, a pesquisa comprovou que 76% investigados não responderam às demandas encaminhadas pelos canais interativos, contrapondo com as proposições anunciadas pela *Artigo 19* nos aspectos relacionados aos diálogos entre os atores políticos. Somente 12% dos sítios atenderam à solicitação para o agendamento dos encontros presenciais, e a percentagem restante conferiram aos *spams*, ou seja, respostas automáticas disparadas pelos correios eletrônicos – que na concepção de Primo (1998; 2007) constituiria uma interação reativa.

Para Bobbio (1987), as instituições públicas – podendo incluir os representantes políticos – visam a disponibilizar respostas às demandas oriundas da sociedade, e estas respostas incidiriam na transformação social. Porém, a sobrecarga das demandas poderá comprometer a emissão de respostas que satisfaçam às solicitações enviadas às instituições públicas ou aos políticos, argumento considerado para compreender a causa do déficit nas respostas às solicitações encaminhadas aos representantes parlamentares a partir dos sítios na internet. A literatura indica que a ausência de interlocução, ao preterir as demandas dos cidadãos, compromete o regime democrático e as oportunidades de participação dos cidadãos, pois, cerceados do direito à informação, os debates públicos tornam-se enfraquecidos, e os discursos infundados. Inseridos nos Estados democráticos modernos, os indivíduos contam prioritariamente com os meios de comunicação para construir compreensões relativas às estruturas políticas e aos atores envolvidos nas discussões públicas.

Considerar as sugestões dos usuários constitui um procedimento plausível para que os cidadãos acreditem na efetividade das suas opiniões nas propostas

políticas. Contudo, considerável parcela dos sítios analisados (68%) não permite aos usuários o registro de mensagens no *website*, e 28% daqueles que permitem estes registros, não autorizam réplicas dos conteúdos inscritos nas páginas. Sem a garantia de retorno das demandas dos usuários destes *websites*, o descrédito poderá desmotivar a participação política em rede, a considerar a perceptiva ausência de um marco técnico que regulasse – ou orientasse – os sítios dos parlamentares da ALBA. A estrutura dos *sites* dos deputados, observada nas descrições, orbitava na ausência de sistematizações que oportunizassem a interatividade entre os representantes políticos e os cidadãos, como se a dimensão interativa não correspondesse à responsabilidade dos deputados.

O argumento supracitado confirma o resultado obtido no item destinado ao fórum de discussão. O fórum de discussão constitui um instrumento essencial à promoção de debates de temas livres ou específicos nos sítios eletrônicos; requer uma estrutura complexa de linguagem de programação, diferindo, assim, das estruturas simples de registros de mensagens nos *sites* da internet. Tecnicamente inexitem fóruns orientados à discussão nos *websites* dos parlamentares (96%), somente 4% destes sítios apresentaram uma estrutura similar, mas estavam inativos e sem oportunidade para os usuários sugerirem temas distintos daqueles pré-estabelecidos. O resultado contradiz, entretanto, o argumento relacionado às tecnologias para o incremento na interatividade e interação – a partir do dispositivo ‘fórum de discussão’ –, pois este canal não possibilita a interlocução dos cidadãos e os representantes políticos e, segundo Gomes (2008), não oportuniza a enunciação de ‘vozes minoritárias ou excluídas’ das discussões políticas.

A internet e os dispositivos de interatividade deveriam apresentar vantagens substanciais à participação política nos *websites* investigados, mas os resultados apresentados no terceiro bloco do formulário de pesquisa não permitem anunciar esta assertiva. O fórum de discussão conduziria à inclusão das ‘vozes’ alijadas dos *mainstream media*, ou grupos arredios à participação política nos formatos tradicionais. A interatividade, para Castells (2001; 2003), possibilita os cidadãos demandarem conteúdos informacionais, expressarem opiniões e requererem respostas às solicitações encaminhadas aos representantes políticos. Contudo, a pesquisa identificou que estes autores governamentais não engendram esforços

categóricos aos assuntos relacionados à interatividade e à usabilidade dos *websites*, ao preterir respostas às solicitações dos usuários.

6.5 CANAIS DE COMUNICAÇÃO ADICIONAIS E *ACCOUNTABILITY*

Entende-se que a participação política constitui um requisito indispensável à democracia, mas não constitui a panacéia para o sucesso deste regime. Como este regime político pressupõe a liberdade dos indivíduos, cercear esta liberdade interfere nos aspectos relacionados aos direitos humanos fundamentais, a exemplos a liberdade de expressão e o acesso às informações públicas. Assim, o primeiro item do bloco destinado à identificação dos canais de comunicações adicionais e à transparência das destinações de despesas parlamentares para a verba pública procurou reconhecer a presença de formulários eletrônicos destinados à expressão dos usuários. O resultado demonstrou que as opiniões encaminhadas pelos cidadãos não aparecem nos *websites* analisados, ou seja, 52% dos sítios, apesar de apresentarem estes formulários, não registram as informações nas páginas.

Na sequência, a pesquisa identificou os canais de comunicação eletrônicos, excetuando a *web*, como estratégias para diversificar a participação política em rede. A investigação evidenciou que em 84% dos sítios inexistiam dispositivos eletrônicos sofisticados que asseverasse a multiplicidade de acesso, como o envio de mensagens através do *SMS*. Ampliar as oportunidades de informar os cidadãos constitui – ao menos indica – um compromisso dos parlamentares com a sociedade quanto à diversidade de acesso às informações públicas. As redes sociais, segundo os resultados, constituíram um canal de comunicação preferencial dos deputados, representando 60% dos sítios analisados. Esta percentagem demonstrou atividades dos parlamentares constantes no *orkut*, *facebook* e *twitter*, acessando estas redes com regularidade.

As enquetes também constituem um instrumento destinado à sondagem de opinião, podendo constituir um importante ‘termômetro’ para as atividades parlamentares desenvolvidas. Mister considerar que, afora a estrutura comum das enquetes de respostas pré-determinadas (*concorda/discorda*, *sim/não*), este

instrumento deveria permitir o intercâmbio de ideias e reflexões entre cidadãos-cidadãos, cidadãos-parlamentares e parlamentares-cidadãos. Os dados exprimem que 64% dos *websites* apresentaram as enquetes com questões fechadas, impossibilitando comentários adicionais, e com temas que escapuliam às propostas políticas (exemplo: *o que você está achando do meu site?*). Estes resultados confirmam as considerações de Primo (2007) ao assegurar que a mínima ou a inexistente condição do reagente (usuários) altera o agente (enquetes); esta interação reativa representaria relações lineares e unilaterais consideradas fracas, limitadas e automáticas, interferindo no processo de participação política na internet.

Discutido no decorrer desta dissertação, as informações comportam a capacidade dos indivíduos conhecerem o processo político e acompanharem as discussões dos agentes governamentais. Como a informação constitui um instrumento de controle das instituições democráticas, a participação dos indivíduos no processo político desvela-se essencial para influenciar os governos e os representantes políticos; os cidadãos cerceados do direito à informação os debates públicos estariam comprometidos. Mendel (2009) estende a este argumento os aspectos relativos ao combate à corrupção e à conduta ilícita nos governos potencializados pela prestação de contas de representantes políticos. Assim, o item destinado ao *accountability* dos parlamentares nos *websites* contraria estes pressupostos, a considerar que 92% dos sítios investigados não apresentaram seções que indicassem a prestação das contas das despesas públicas auferidas pelos deputados. Todavia, o *site* da ALBA – compreendido como uma instituição do *e-gov* – dispunha os dispêndios categorizados por deputados. Somente 8% dos sítios parlamentares expunham informações detalhadas destas contas, indicando, inclusive, os responsáveis pelos atos administrativos.

7 CONCLUSÃO

Analisar as condições de participação política dos cidadãos, a partir dos canais interativos disponíveis nos *websites* dos deputados da ALBA, para a consecução de informação pública em rede, constituiu o objetivo principal desta dissertação. Para alcançar este objetivo, o pesquisador procurou perfilar os sítios dos parlamentares registrados no *site* institucional da Assembléia, identificar os instrumentos com potenciais interativos (como os *chats*, fóruns de discussão, *e-mails*) nos *websites* dos deputados, e descrever as potencialidades interativas identificadas nestes sítios para a consecução de conteúdos informacionais públicos. O referencial teórico proporcionou subsídios indispensáveis para responder a estes objetivos e, como resultado, à pergunta de partida, ou seja, como os *websites* dos deputados da ALBA condicionam a participação política, a partir de canais interativos, para a consecução de informação pública em rede.

A partir dos contornos teóricos acerca do regime democrático assumidos nesta pesquisa, constatou-se a interferência da mudança histórica estrutural da cidade-estado para o Estado nacional nos limites e possibilidades democráticas devido ao redimensionamento da escala de participação política – inerentes às sociedades modernas. O desafio confere, contudo, à laboriosa empreitada de oportunizar aos cidadãos a consecução de conteúdos informacionais produzidos pelos governos e representantes políticos, pois, como discutido no decorrer desta investigação, as informações constituem a ‘força motriz’ deste regime. As sociedades complexas, engendradas no *ethos* informacional, prescrevem estratégias de atores governamentais que oportunizem o acesso à informação pública aos cidadãos interessados no processo político.

As políticas de informação governamental correspondem (ou corresponderiam) a empenhos da esfera política para asseverar o acesso a estes conteúdos informacionais diversos, solucionando ou reduzindo o déficit na disseminação de informações científicas e técnicas produzidas pelos agentes governamentais. Porém, estas políticas perpassam e superam os aspectos relacionados à produção, organização e disseminação da informação; preocupam-

se, sim, com a representação dos regimes de informação – como se originam, estabilizam-se e determinam as relações sociais.

O conceito de informação assumido nesta pesquisa conferiu, contudo, os conteúdos informacionais digitais como instância formadora da consciência, permitindo aos indivíduos recursos essencial para expandir as possibilidades de ‘conhecer para agir’ – que, na presente investigação, correspondia à esfera institucional. Como o conceito de informação declarado parte da reflexão da dialética marxiana, decidiu-se para esta investigação a abordagem dialética materialista histórica de Marx e Engels, que permitiram apontar contradições que permitiram compreender a realidade material do cotidiano nas relações entre cidadãos e parlamentares. O pesquisador anunciou somente os aspectos essenciais desta abordagem filosófica para situar os interessados nas leituras. Cômico da exigibilidade do tempo orientado a pesquisa, procurou refutar as simplificações exageradas que desautorizassem as discussões aprofundadas concernentes à dialética.

Para assegurar o acesso a informações públicas, discutiu-se o direito aos conteúdos informacionais para a consecução da governança democrática. Os argumentos defendidos nesta pesquisa correspondem, primordialmente, à política pública de informação governamental assistida pelo marcos técnico e referencial, como a Constituição Brasileira de 1988, projetos de leis, relatórios, declarações internacionais e estudos desenvolvidos por ONG, para afiançar a compreensão e os possíveis desníveis discursivos acerca destas dimensões – política pública de informação e direito à informação. O direito ao acesso a conteúdos representa a publicação de informação operacional, informação relativa às solicitações dos cidadãos, orientação concernentes às sugestões de propostas políticas dos cidadãos, características da informação, assim como o conteúdo da decisão ou política destinada ao público, com o motivo da decisão.

O percurso argumentativo desta pesquisa evidencia a informação como um subsídio constituinte do regime democrático. Com o alargamento das sociedades modernas, mister desenvolver políticas públicas para asseverar o acesso a informações governamentais para cumprir a premissa fundamental deste regime – a informação ao alcance dos cidadãos. Para cumprir esta premissa, perscrutou documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais que se debruçassem,

efetivamente, nas discussões relacionadas ao direito à informação com base legítima no acesso aos conteúdos governamentais. Este percurso intentou direcionar os argumentos para os temas que versavam acerca da internet, democracia digital e participação política em rede.

A internet constitui um instrumento que proporciona aos cidadãos o acesso a conteúdos informacionais – na presente pesquisa, informações dos representantes políticos – preterindo os espaços geográficos (o acesso asseverado de quaisquer lugares) e a temporalidade (o caráter cumulativo dos conteúdos publicados nos *websites*). O aumento gradativo de sítios dos parlamentares parece indicar a importância das tecnologias da informação nas atividades políticas, como um recurso plausível à interlocução entre os deputados e os cidadãos. Disponibilizar documentos – como proposições, projetos e monções – e arquivos audiovisuais nos *sites* investigados evidencia o potencial da internet para ratificar o acesso a estes conteúdos. Porém, os *websites* não referenciavam formas de acesso, preferencialmente gratuitas, como os Pontos de Inclusão Digital – PID ou quiosques, para os cidadãos aliados da ‘onda’ tecnológica.

A democracia digital apareceu nesta investigação como a possibilidade de interlocução entre os atores políticos (autoridades políticas, sociedade civil), a partir das TIC, com o propósito de alargar a participação política dos cidadãos. Participar exprime, no sentido amplo, a inserção no processo das atividades públicas direcionadas às ações coletivas; certamente o engajamento cívico representa o cerne da participação política. A pesquisa evidenciou que a internet poderá constituir um importante instrumento de reforço ao regime democrático, justificados nos argumentos supracitados; mas revelou, outrossim, outros aspectos relacionados à participação política em rede.

Contudo, observou-se, na segunda fase desta pesquisa, um aparente aumento dos *websites* dos deputados registrados no sítio da ALBA no ano de 2010 (ano eleitoral) em relação à primeira fase da investigação, ano de 2009. A partir das entrevistas com os responsáveis pelo *site* da Assembléia, identificou-se nos discursos que este aparente incremento conferiu à solicitação encaminhada por Edgar Crusoé e Ícaro Caires, respectivamente gerente e coordenador do *site* da ALBA, às Assessorias dos Gabinetes daqueles deputados para que expedissem os respectivos endereços dos *websites* através da intranet. Porém, esta equipe não

respondeu com segurança se o desenvolvimento destes sítios estaria exatamente vinculado às eleições, mas, no decorrer da entrevista, percebeu-se, nos discursos, que os parlamentares efetivamente canalizam esforços e insumos para conceber *sites* parlamentares que contribuam para a comunicação entre estes políticos e os cidadãos. A observação permitiu ao pesquisador uma ponderação na investigação, pois as aparências dos fenômenos precisam de análises que refutem opiniões infecundas ou 'achismos' relativos a doxas.

Perpassando pelas descrições da governança eletrônica da ALBA, assim como às investigações dos *websites* dos parlamentares, evidenciou-se que a disponibilidade de dispositivos orientados à interatividade entre agentes governamentais e os cidadãos usuários destes sítios não afiança que as demandas sejam respondidas e as sugestões efetivem a plataforma política dos deputados. A abertura para o diálogo com a sociedade civil constitui um discurso não observado nos resultados da pesquisa. Os canais de comunicação disponíveis nestes sítios confirmaram a incipiência para a interlocução acerca das discussões e deliberações políticas, pois esta investigação comprovou que o simples registro destes dispositivos não significa, mormente, um caráter incontestável para a execução dos objetivos intrínsecos destes canais.

A presente investigação considerou, também, que os *websites* responderam satisfatoriamente à disponibilidade de informações acerca dos deputados e atividades políticas desenvolvidas no decorrer do mandato. Estes apresentaram biografias, documentos, notícias, arquivos audiovisuais, informações de interesse público, *links* externos para outros sítios eletrônicos, assinaturas de boletins eletrônicos; dimensões incorporadas à consecução de informações nos sítios parlamentares e a consecução de conteúdos a partir dos interesses específicos dos usuários. Porém, nos aspectos relacionados à interatividade através dos dispositivos comunicacionais, a pesquisa assentou que estes *websites*, e como consequência, os deputados e as Assessorias, não apresentaram indícios administrativos e estruturais dos Gabinetes para responder às demandas ou sugestões dos cidadãos, percentagem constatada nas dimensões centradas nas oportunidades de comunicação entre os atores políticos envolvidos na 'coisa' pública.

Perfilar os *websites* registrados no *site* institucional da ALBA, identificar os instrumentos com potenciais interativos destes *websites* e descrever as simulações

direcionadas aos dispositivos de interatividade cooperaram, substancialmente, para alcançar o objeto principal desta pesquisa. Assim, as condições de participação política dos cidadãos revelaram um *status* incipiente para a consecução de informações públicas a partir dos *websites* dos deputados da Assembléia, pois os canais direcionados à interatividade – resposta à demanda encaminhada, disponibilidade de fóruns públicos, canais interativos que contribuíssem para expandir a multiplicidade de acesso – não atenderam a premissa de interlocução discutida nesta dissertação.

O percentual agregado das categorias de respostas, representado pelo Gráfico 1, indicou uma considerável ausência de itens enunciados no formulário de pesquisa. Esta constatação agrava-se quando retomados os pesos atribuídos a estas possibilidades de respostas, pois, apesar de priorizar os aspectos ideais que oportunizassem a participação política em rede dos cidadãos nos sítios dos parlamentares, a *ausência* (nenhum peso – ‘0’) continuou com a representatividade avultada. Os resultados demonstraram, no sentido *lato*, que a participação (sugerir proposições, encaminhar demandas, obter informações diretamente dos deputados ou assessorias) está inviabilizada, a considerar o exposto nestas considerações finais, apesar dos *websites* disporem informações genéricas acerca das atividades dos parlamentares.

Assim, os resultados também permitiram confirmar a hipótese erigida nesta investigação, que pressupunha que os canais interativos disponíveis nos sítios dos deputados da ALBA, e o progressivo investimento destes parlamentares para disponibilizar conteúdos informacionais produzidos nos Gabinetes, ao elucidar que as possibilidades de participação política nestes *sites* revelaram-se incipientes. Não correspondem às premissas de discussões, deliberações e aproximações entre parlamentares e cidadãos na rede. Esta hipótese, a partir do referencial teórico e da pesquisa de campo – incluindo as técnicas e instrumentos para a coleta de dados –, concentra a comprovação vinculada a esta pesquisa.

Os *websites* pareceram corresponder, quase exclusivamente, à divulgação e à promoção da imagem política dos deputados no ciberespaço. Condicionar a participação política constitui uma lógica que deveria entremear, não somente ao discurso ou à retórica, as práticas administrativas dos governos e representantes eleitos pelos cidadãos. Contudo, o perceptível aumento destes sítios na internet

representa os primeiros anúncios dos agentes governamentais com relação à centralidade das tecnologias da informação na sociedade contemporânea. Mister informar que estas considerações condizem somente a presente dissertação, considerando o momento histórico da realização da pesquisa e o recorte do objeto empírico da investigação. Importante que pesquisadores interessados repliquem as técnicas e os instrumentos construídos nesta investigação em diferentes situações e agentes políticos, como senadores, deputados federais, vereadores, para identificar possíveis contradições nos resultados. A ciência está engendrada nestas premissas, assim como na construção de conhecimento orientado ao desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, v.36, n.5, set./out., 2002.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Ícone, 2007.

ARTIGO 19. **Direito à informação**: manual de acesso a informação. Manchester: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.livreacesso.net/tiki-download.file.php?fileId=98>> Acesso em: 04 ago. 2010.

ARTIGO 19. **O direito do público a estar informado**: princípios sobre a legislação de liberdade de informação. Londres: Centro Internacional Contra a Censura/ Série Normas Internacionais, 1999. Disponível em: < <http://www.article19.org/pdfs/standards/public-right-to-know-portuguese.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2010.

ARTIGO 19. **Portal interativo promove acesso a informações públicas no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.article19.org/pdfs/press/brazil-ati-website-port.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2010.

BAHIA. Assembléia Legislativa da Bahia. Apresenta informações relativas aos deputados estaduais. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

_____. **Resolução nº 1.193 de 17 de janeiro de 1985**. Dispõe sobre o Regimento interno da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Salvador, p. 1-58, jan. 1985.

_____. Constituição (1989). **Constituição do Estado da Bahia**. Salvador: Assembléia Legislativa, 1989.

_____. Lei nº 8.902 de 18 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e dá outras providências. **Sistema de Legislação do Estado da Bahia**, Salvador, 18 de dezembro de 2003.

BARBOSA, Alexandre Fernandes; FARIA, Fernando Inácio de; PINTO, Sólton Lemos. Governo eletrônico: um modelo de referência para a sua implementação. **Congresso Anual de Tecnologia de Informação – CATI**, 2004. FGV: EAESP. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/File/19564/19128>> . Acesso em: 25 jan. 2010.

BARRETO, Aldo de Albuquerque _____. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v.8, n.4, 1994. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>> . Acesso em: 14 fev. 2011.

_____. **A transferência da informação para o conhecimento**. 2002. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/A%20transfInform.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

_____. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. **Ciência da Informação**, n.28, v. 2, p.168-173, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n2/28n2a09.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa da regra do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Estado, poder e governo. In: _____ **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Jussara. **Inclusão digital e governo eletrônico**: conceitos ligados pelo acesso à informação. 2005. 212f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – ICI/UFBA, Salvador, 2005.

BRASIL Casa Civil. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Portaria da Casa Civil nº 23 de 12 de maio de 2000**_a. Disponível em: <http://ftp.mct.gov.br/legis/portarias/23b_2000.htm>. Acesso em: 17 fev. 2011.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto de 3 de abril de 2000b. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2000/Dnn8917.htm>. Acesso em 17 fev. 2011.

_____. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, DF, 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

_____. Ministério da Justiça do Brasil. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasil: Assembléia das Nações Unidas, 1948. Disponível: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso: 31 jul. 2010.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. **Indicadores e métricas para a avaliação de e-serviços**. Brasília: MP, 2007. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/indicadores-e-metricas-para-avaliacao-de-e-servicos>>. Acesso em: 05 maio 2011.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia. Departamento de Governo Eletrônico. **Padrões Brasil e-Gov**: guia de administração. Brasília: MP, 2009a.

_____. Projeto de Lei n. 5.228, de 5 de maio de 2009. Lei de acesso a informação pública. 2009_b, **Congresso Nacional**, Brasília, DF, 5 maio 2009. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2009/msg316-090513.htm> Acesso em: 12 ago. 2010.

BUCHSTEIN, Hubertus. Bytes that bites: the internet and deliberative democracy. **Constellations**, Londres, v.4, n.2, p.248-263, oct. 1997.

CAMPOS DOMINGUEZ, Eva. Ciberdemocracia: presupuestos teóricos y estado de la cuestión según una revisión bibliográfica. In.: CONGRESO INTERNACIONAL COMUNICACIÓN Y REALIDAD: La utopía digital en los medios de comunicación: de los discursos a los hechos., 3., 2005, **Anais ...** Barcelona: Trípodos, 2005, p. 853-864.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, Manuel . A política da internet I: redes de computadores, sociedade civil e o Estado. In:____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Pacto de San José da Costa Rica, 1969. Disponível em: <www.camara.gov.br/internet/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=315848>. Acesso em: 31 jul. 2010.

DAHL, Robert. **Democracy and its critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.

_____. Que instituições políticas requer a democracia em grande escala? In:_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____. Democratização e oposição pública. In:_____. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: USP, 2005.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. 3 ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966.

FROHMANN, Bernard. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: Annual Conference of the Canadian Association for Information Science, 23, 1995, Edmonton, Alberta. **Proceedings...** Alberta, 1995. Disponível em:< <http://www.ualberta.ca/dept/slis/cais/frohmman.htm>> Acesso em: 14 fev. 2011.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos, v.7, n.3, set./dez. 2005. Disponível em: < http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/fronteirasv9n3/09_art07_gomes.pdf > Acesso em: 28 fev. 2011.

GONTIJO, Miriam. Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma política de informação a partir do conceito de regime de informação. **Perspectiva em ciência da informação**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.179-188, jul./dez. 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da informação**, Brasília, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr., 2002. Disponível em: < <http://dici.ibict.br/archive/00000213/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-582.pdf> > Acesso em: 14 fev. 2011.

JARDIM, José Maria. Zonas de luz e sombra: transparência administrativa e direito à informação governamental. In: _____. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999.

_____. Governo eletrônico no Brasil: o portal Rede Governo. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.28-37, jan./jun., 2007. Disponível em: < <http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=130> >. Acesso em: 17 fev. 2011.

KOCHE, José Carlos. Problemas, hipóteses e variáveis. In: _____. **Fundamentos da metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEVY, Pierre. Dinâmica das cidades inteligentes: manifesto por uma política molecular. In: _____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LOPES, Cristiano Aguiar. Acesso à informação pública. **Biblioteca digital da câmara**, 2006. Disponível em: < http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1709/acesso_informacao_lopes.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 14 fev. 2011.

_____. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos: literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Cadernos de finanças**

públicas, Brasília, n.8, p.5-40, dez. 2007. Disponível em: < http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/publicacoes-esaf/caderno-financas/CFP_8/CFP_n8_art1.pdf> Acesso em: 14 fev. 2011.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p.277-292.

MARCIANO, João Luiz Pereira. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.16, n.2, p.37-50, jul./dez. 2006.

MARCONDES, Carlos Henrique; JARDIM; José Maria. Políticas de informação governamental: a construção de governo eletrônico na Administração Pública Federal. **DataGramZero: revista de ciência da informação**, v.4, n.2, abr. 2003. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/abr03/F_I_art.htm>. Acesso em: 15 fev. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da pesquisa científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Níveis de participação dos cidadãos na internet: um exame dos *websites* de senadores brasileiros e norte-americanos. In.: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 16, 2007. Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba,UTP, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782008000100008&script=sci_arttext >. Acesso em: 19 mar. 2008.

MARTÍNEZ PANDIANI, Gustavo. **La ciberpolítica y los nuevos ciudadanos**. Buenos Aires: Asociación del Personal de los Organismos de Control – A.P.O.C, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação**: um estudo de direito comparado. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2009.

MOSSBERGER, Karen; TOLBERT, Caroline J.; MCNEAL, Ramona S. **Digital citizenship**: the internet, society and participaion. MIT Press, 2008. Disponível em:< <http://pt.scribd.com/doc/13853600/Digital-Citizenship-the-Internetsociety-and-participation-By-Karen-Mossberger-Caroline-J-Tolbert-and-Ramona-S-McNeal>> Acesso em: 19 mar. 2008.

NIELSEN, Jokob; LORANGER, Hoa. **Usabilidade na web**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PINTO, Sólton Lemos; FERNANDES, Ciro Campos Christo. Institucionalização do governo eletrônico: o caso do Brasil. In.: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., 2005. Chile. **Anais...** Santiago, Chile, 2005. Disponível em: < <http://www.ij.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20X/documentos/pintosol.pdf> > Acesso em: 17 fev. 2011.

PNUD. **Relatório sobre desenvolvimento humano, 2002**: aprofundar a democracia em um mundo fragmentado. New York: Oxford University Press, 2002. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/RDH%202002%20Portuguese%20one%20big%20file.pdf>> Acesso em: 31 jul. 2010.

PRIMO, Alex. Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação, 26., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, PUCMG, 2003

_____. **Interação mediada por computador**: comunicação, cibercultura e cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. Interação mútua e interação reativa: uma proposta de estudo. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 21., 1998, Recife, **Anais eletrônicos...** Disponível em: < http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/int_mutua_reativa.pdf > Acesso em: 23 fev. 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. 3 ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In. **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública. **Organizações & Sociedade**, v.9, n.25, set./dez., 2002. Disponível em:< <http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=548&layout=abstract&OJSSID=50bbce23a83475701ca876fc338dcfd5>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. O poder burocrático e o controle da informação. **Lua Nova**, n. 58, 2003, p.89-119. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a06n58.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2011.

SANTOS, José Carlos Sales dos; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. A informação governamental e a participação política em rede: uma análise da governança eletrônica dos *websites* dos deputados do estado da Bahia. In.: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 11. Rio de Janeiro, out. 2010. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/67/328>> Acesso em: 05 maio 2011.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital**. 2002. 281f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Informação, consciência e ciberespaço. **Transinformação**, Campinas, 18(3), p.191-201, set./dez., 2006. Disponível em: < <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=181>> Acesso em: 23 set. 2006.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

SOUZA, Leandro dos Santos de. **Cidade, informação, internet e política: uma análise de sites governamentais de serviços públicos da cidade de Salvador**. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, ICI/UFBA, Salvador, 2007.

SZABÓ, Inácio. **Comunidades virtuais de conhecimento: informação e inteligência coletiva no ciberespaço**. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – ICI/UFBA, Salvador, 2008.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Cadernos CRH**, Salvador, p.179-209, jan./dez. 1997. Disponível em: < <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=198>> Acesso em: 16 ago. 2010.

TRIVINÕS, Augusto. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSAGAROUSIANOU, Roza; TAMBINI, Damian; BRYAN, Cathy (Ed.). **Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006.

VEDEL, Thierry. L'idée de démocratie électronique: origines, visions, questions. In: PASCAL, Perrineau. **Le désenchantement démocratique**. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2003, p.243-266. Disponível em: <gdrtics.u-paris10.fr/pdf/ecoles/sept2003/01-03_vedel.pdf>. Acesso em: 9 set. 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

WOLTON, Dominique. As novas tecnologias, o indivíduo e a sociedade. In:_____. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZUGMAN, Fábio. **Governo eletrônico: saiba tudo sobre essa revolução**. São Paulo: Livro Pronto, 2006.

OBRAS CONSULTADAS

BARNETT, Steven. New media, old problems: new technology and the political process. **European Journal of Communication**, v.12, n.2, p.193-218, 1997.

BUCH, Erik P.; GREGSON, Kimberly S. Media participation: a legitimizing mechanism of mass democracy. **New Media & Society**, n.2, p.357-380, 2001. Disponível em: <<http://nms.sagepub.com/content/3/3/357>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MILL, John Stuart. Até que ponto as formas de governo são uma questão de escolha? In: _____. **O governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

POLAT, Rabia Karakaya. The internet and political participation: exploring the explanatory links. **European Journal of Communication**, v.20, n.4, p.435-459, dec. 2005.

PRIMO, Alex *et al* (Org.). **Comunicação e interações**. Livro da COMPÓS 2008. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SHAPIRO, Ian. **The state of democracy theory**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo. O papel da participação no processo democrático. In: _____. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

WASBURN, Philo C. Democracy and media ownership: a comparison of commercial, public and government broadcast. **Media, Culture & Society**, vol.17, n.4 october, 1995, p.647-676.

APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DOS WEBSITES DOS DEPUTADOS DA ALBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DESCRIÇÃO DOS WEBSITES DOS DEPUTADOS DA ALBA

Ângelo Coronel

Na parte central da página consta uma mensagem de 'boas festas', referente às festas ao natal e ano novo (2010). O lado esquerdo apresenta a *TV Coronel* (vinculada à rede social *youtube*) com vinte e quatro vídeos que abordam algumas visitas do deputado em municípios baianos (comícios). O *website* também apresenta as redes sociais que o deputado participa (*orkut*, *twitter*, *youtube* e *flickr*, este último com fotografias diversas de campanhas). A *Rádio Web* estava desativada, impossibilitando o acesso. Nesta mesma seção existe um mural para recados; este representa um espaço destinado aos cidadãos registrarem apoio político ao deputado. Para postar mensagens, os interessados deveriam acessar a caixa de diálogo para registrar o nome e a mensagem. No eixo inferior, na seção *twitter*, constavam as últimas atualizações das atividades do parlamentar. A seção superior está estruturada da seguinte forma: *Início*, *Biografia*, *Notícias*, *Fotos*, *Vídeos*, *Downloads* e *Contato*. A biografia registra a trajetória de vida do deputado, retomando o nascimento até a atuação como político. Em *Notícias* apresenta uma listagem de matérias curtas relativas ao deputado; a última notícia datava 24 de outubro 2010. Nas seções *Fotos* e *Vídeos*, registros da atuação política. Encontrou-se uma seção destinada para os *downloads* de adesivos, logomarca de campanha, foto e papel de parede, porém todos desativados. Os interessados poderiam fazer *downloads* do jingle da campanha e o 'avatar' das redes sociais. Apresentava, também, um formulário para enviar uma mensagem ao político.

Arthur Maia

Na parte central da página encontram-se informações com notícias dinâmicas e ilustradas por fotografias em *Flash*. Situada abaixo das notícias registra-se a seção destinada à enquete. No período da pesquisa, a pergunta era "A que você atribui a situação caótica da saúde pública na Bahia?" E apresentava as seguintes opções de resposta: "incompetência do governo atual", "falta de investimento por parte do governo da Bahia" e "não existe trabalho realizado no setor da saúde". A enquete possibilita, além da votação, a visualização parcial dos votos. Permitiria também a visualização dos resultados anteriores, mas no momento da pesquisa estava inativo. Na lateral direita apresenta a seção *Arthur na TV* – vinculado à rede social *youtube* e *Arthur nas Rádios*. Apresenta, igualmente, as atualizações que o deputado registrava no *twitter*, e outras matérias relativas ao deputado em *blogs* de cidadãos. Apresenta as redes sociais que o deputado participa (*orkut*, *facebook*, *flickr*, *google groups*, *wikipédia* e *youtube*). A parte superior está estruturada da seguinte forma: *Conheça o Deputado*, *Atuação Parlamentar*, *Arthur na Mídia*, *Notícias*, *Blog do Arthur*, *Boletim Eletrônico* e *Contato*. Na categoria *Conheça o Deputado* registra um texto resumindo a trajetória de vida do deputado, com uma biografia sucinta. *Atuação Parlamentar* registra o campo de atuação do deputado, apresentando as atividades desenvolvidas durante o mandato. No *Arthur na Mídia* encontram-se a galeria de vídeos, áudio, fotos e *clipping*. O canal de vídeos, registrado no *youtube*, está desativado. No canal de áudio existem campos com áudios do deputado em diversas rádios dos municípios baianos, como

a *Rádio AM 1240* de Alagoinhas e *Rádio Alternativa de Brumado*. Estas seções registravam metadados explicativos com diversas entrevistas do parlamentar. A galeria de fotografias está registrada no *flickr* com fotos de eventos que o deputado participou. Na seção *clipping* disponibiliza matérias e notas de jornais veiculadas na grande mídia (materiais 'escaneados'). Em *Notícias* notas diversas relativas ao deputado. A última notícia postada datava 16 de dezembro de 2010. Na seção superior também está registrado o *blog* do deputado com notícias mais completas. Ao final de cada matéria o cidadão poderia comentar as matérias, enviar a matéria por *e-mail* e/ou mesmo imprimir. Nas duas primeiras opções, aparecem formulários para que o cidadão possa comentar, ou enviar para o endereço eletrônico, a matéria. No *Boletim Eletrônico*, aparece metadados solicitando aos cidadãos a realização do cadastro. O cidadão receberá o boletim semanalmente ou quinzenalmente (dependendo do interesse), assim como notícias e comunicados oficiais do deputado por *e-mail*. O formulário solicita o registro do nome, *e-mail*, profissão, Estado e cidade. Esta opção vale também para o campo destinado ao contato, ou seja, caso um indivíduo entre em contato com o político também receberá, automaticamente, notícias e comunicados oficiais do parlamentar. O interessado pelo boletim eletrônico também conta com a opção de cadastrar apenas o *e-mail* no campo inferior à página.

Bira Coroa

Na seção central do *website* apresenta as notícias por ordem de atualização, incluindo fotografias relacionadas às matérias, veiculando fotografias de diversos eventos. Importante ressaltar que o *website* possui uma enquete, assim como o vídeo da TV de Santo Antonio de Jesus - TV SAJ. A parte inferior conta a possibilidade de cadastro dos visitantes para receber os informativos periodicamente. Visualiza, também, as redes sociais como *twitter*, *youtube*, *orkut* e *blog*. No banner indicativo do deputado, encontram-se algumas ligações para o *blog*, vídeos, áudios e *downloads*, porém estes canais no momento da pesquisa estavam inativos. Na seção inferior, na barra de navegação, encontra-se a *Home*, História, Atuação, Emendas, Artigos, Notícias, Agenda, Fotos, Vídeos, *Links* e Contato. Na seção 'História' apresenta uma aprofundada retomada histórica do deputado, apresentando a linha histórica profissional e política com riqueza de detalhes. Na seção seguinte, na 'Atuação', registram-se duas informações: pronunciamentos e proposições, porém estavam inativas. Em 'Emendas', consta o relatório completo das emendas 2010, com detalhes como o número da emenda, o tipo, o valor, secretaria, órgão e município. Em 'Artigos', apresenta artigos diversos que esclarecem assuntos que possam interessar aos visitantes, como "O que é Utilidade Pública e o que fazer para obter o Título?", "Acessibilidade e educação especial" e "As políticas de inclusão na Bahia", este último publicado pelo jornal A Tarde. Importante ressaltar o esforço em disponibilizar artigos que informem os cidadãos. As notícias relacionadas ao deputado estavam atualizadas e, juntamente com a matéria, a fotografia contribui para a ilustração dos assuntos, deixando-os mais completa. As notícias registradas no sítio apresentam um caráter cumulativo, ou seja, o usuário poderá acessar os conteúdos publicados anteriormente. A última atualização data 11 de janeiro de 2011, demonstrando a constância de atualização e preocupação com o que acontece. O *website* também apresenta uma agenda de atividades com a data, horário, a descrição do evento e o local. Os visitantes poderão tomar conhecimento, e mesmo acompanhar, as atividades do deputado a partir das categorizações dos meses na página. As fotografias estão categorizadas por eventos que o político participou, como "Políticas Públicas no contexto da Aids/HIV na Bahia" e "Campanha Afirme-se". Não continha vídeos para a consulta. Encontrou-se uma seção destinada aos *links* de Institutos, Coletivos e ONG, como Marcha Mundial de Mulheres; *links* do Partido dos Trabalhadores; Legislativo/Executivo/Judiciário, como Diário Oficial; Movimentos Sociais e Sindicatos, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores da Bahia; universidades públicas e Notícias, representada pela Revista Carta Maior. Por último encontram-se o formulário para o contato,

com nome, *e-mail*, telefone, endereço, cidade, Estado, assunto e mensagem. No rodapé apresenta o endereço do gabinete na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e no Espaço 13, no município de Camaçari.

Capitão Tadeu

No espaço central do *website*, encontra-se a TV Capitão Tadeu com transmissões ao vivo ou gravada, incluindo áudios com reportagens e discursos proferidos pelos deputados. Encontram-se também as propostas parlamentares com projetos, indicações, sugestões, discursos; informativos eletrônicos com o arquivo de todos os arquivos enviados; a agenda de atividades do deputado, categorizada por mês, incluindo a agenda de janeiro de 2011. A galeria de fotos consta fotografias do parlamentar na infância, praticando esportes, na polícia militar e na política – nesta última o capitão Tadeu relata sua trajetória. O visitante poderá ler os discursos proferidos, assim como o Projeto Silvos de Alerta, que trabalha com a educação de trânsito (informação que pode interessar o público). Importante salientar que o *site* dispõe textos jurídicos para o aprimoramento da cidadania, chamado Gota no Oceano – programa de educação à distância, desenvolvido pelo CENAJUR – Escola de Direito e Cidadania. Apresenta uma seção com últimas notícias relativas ao deputado e livros eletrônicos para *downloads*. Há uma seção destinada ao cadastro de *e-mail* para receber informações diversas. No *webiste* há a possibilidade de saber quantas pessoas estão conectadas momento do acesso, mas não há possibilidade de interação. Nos *links* laterais, o perfil bibliográfico do político apresenta uma riqueza de detalhes, retomando a filiação parental do deputado, até as fases como estudante, incluindo as aptidões atléticas do político, perpassando pela experiência profissional como policial militar, na prefeitura da cidade de Salvador, condecorações e outros. Encontra-se na seção ‘Imprensa’ todas as matérias relacionadas ao parlamentar, registradas em uma única página. Já em ‘Trabalhos Acadêmicos’ produzidos pelo deputado, encontram-se documentos para *downloads* relativos à Trajetória Eleitoral do Capitão Tadeu e as “Diretrizes para uma política de Segurança Pública – 2007”. Existe uma seção chamada ‘Biblioteca’ com arquivos eletrônicos importantes como a Constituição Federal 1988 e a Constituição Estadual, por exemplo. Apresenta uma categoria de *links* úteis, ou seja, informações que podem interessar dos usuários visitantes, como o Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC e o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN. Este *website* apresenta na seção superior os *links* Home, Cursos, AGEPOL e contato. Apresenta um elenco de cursos jurídicos de revisão para o vestibular da UNEB – PMBA e para o concurso soldado da PM/BA, além de apresentar o curso fundamental de direito e curso básico de direito penal, oferecidos pelo CENAJUR – Escola de Direito e Cidadania. Apresenta uma página explicando a Associação Geral dos Policiais - AGEPOL, fundada pelo Capitão Tadeu, os objetivos e outras informações relativas à associação. A seção destinada ao ‘Contato’ convida os visitantes a enviarem uma mensagem com sugestões, sanar as dúvidas e/ou fazer comentários. Solicita o preenchimento de todos os campos para enviar os dados do formulário.

Edson Pimenta

Na posição central da página principal existem palhetas com seções Em Destaque, Sugestões e Fale Conosco. Quanto às sugestões, o usuário poderá preencher um formulário para enviar as sugestões, mas não há garantia de publicá-las ou respondê-las. Abaixo, as notícias categorizadas e associadas às fotografias para ilustrar as matérias. O informativo só poderá ser lido na própria página, ou seja, não indicação de cadastro para que o usuário possa receber em casa. Na lateral esquerda há registros de links que possam ser de interesse do usuário, como o Todos Pela Alfabetização – TOPA e o projeto Minha Casa Minha Vida. O sistema de busca remete à pesquisa do *google*. O *website* não

apresenta ferramentas importantes para a interatividade; prioriza as informações relacionadas ao deputado e apenas contato *on-line*. O ‘perfil do deputado’ trata apenas a trajetória política do parlamentar. Na seção ‘Gabinete’ registra os nomes dos assessores parlamentares. Apresenta uma categoria destinada aos projetos de lei elaborados pelo deputado, assim como as indicações e moções de projetos. A página da assessoria estava em branco. Na Galeria de Fotos estava categorizada de acordo com a cobertura das atividades desenvolvidas pelo deputado. Como analisado em outros *websites*, na seção destinada às notícias estavam matérias compiladas ou cumuladas relacionadas ao político; a última notícia data 15 de dezembro de 2010, indicando uma atualização relativamente constante dessas notícias.

Eliedson Ferreira:

Apresentação simples do perfil relatando a vida e a trajetória política. Detalha com riqueza as atividades parlamentares, como projeto de lei, indicações e moções; nestas categorias o usuário poderá fazer o *download* a partir das notificações. O *website* também disponibiliza os serviços prestados pelo gabinete como a assistência jurídica gratuita, acompanhamento de processos nas secretarias estaduais, encaminhamento para cursos profissionalizantes intensivos e gratuitos, dentre outros. Importante ressaltar que este *website* presta serviços de utilidade pública. Apresenta o endereço completo para contato em Salvador e Feira de Santana. Convida os usuários a enviar sugestões para, segundo as informações do *site*, analisar a viabilidade de transformá-las em indicações e projetos de lei. Importante ressaltar que esta categoria aproxima bastante o papel do deputado como representante da população, abrindo canal de comunicação/ interlocução com os cidadãos. Porém, a proposta de encontro presencial não retornou com resposta, mas significa um bom início. O formulário de bastante completo, solicitando o assunto do contato, nome, *e-mail*, a mensagem e outros, além de disponibilizar o *e-mail* do deputado. No centro notícias relacionadas ao deputado, indicando projetos de lei, moções e outras notícias. Na lateral esquerda encontra-se a galeria do deputado com os discursos para *download*, um vídeo com uma entrevista coletiva do deputado falando sobre a superlotação carcerária no Complexo Policial de Feira de Santana e fotos, que estava atualizando. Apresenta uma seção, também na lateral esquerda, com *links* de utilidades como consulta do CEP, guia das faculdades da Bahia, cálculos trabalhistas e reajuste de contratos, incluindo uma seção de entretenimento como a Bíblia Sagrada *On-line* e Guia dos Curiosos. O *website* apresenta uma agenda semanal do deputado. Registra também o *blog* do deputado, notícia da liderança da oposição, *links* para folha universal e as matérias, jornal Tribuna da Bahia, Pura Política e outros.

Elmar Nascimento

A seção mídia está categorizada por áudios, fotos e vídeos. Em “áudios” encontra-se os discursos, comentários semanais e entrevistas em rádio. Na seção “proposições” encontramos disponíveis para consulta as indicações, moções, ofícios, projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de resolução, projetos de emenda constitucional e requerimentos. Porém, todas estas categorias estão em fase de cadastramento, impossibilitando o *download* das mesmas. Ainda nesta barra, encontramos os áudios dos discursos e pronunciamentos proferidos pelo deputado. Há possibilidade de acessar os discursos mais antigos. Registra os *links* dos principais blogs e *sites* políticos, da presidência da república, câmara federal e outros serviços como conta de luz, conta de água SEFAZ, tradutor *on-line*, por exemplo. Há o “mural do cidadão” para os usuários registrarem opiniões diversas sobre o deputado. Há possibilidade de receber no celular mensagens, ou seja, torpedos SMS, sobre a atuação do deputado. Ao final do cadastro, o usuário poderá optar por autorizar o envio do torpedo para o celular cadastrado. Além da possibilidade de cadastramento para receber informativos, o usuário poderá consultar a edições passadas. Existem também as relações de *links* para *blogs* e *sites* políticos, poderes (Senado Federal),

serviços (loterias, Correios) e bancos. O *website* apresentou problemas de conexão enquanto a pesquisa estava sendo realizada, porém disponibiliza informações suficientes para os cidadãos.

Gaban

Este *website* apresenta uma mensagem do deputado convidando o internauta a expor opiniões e debater questões relevantes ao cotidiano, com o propósito de formular posicionamentos sobre os diversos assuntos. Na parte superior encontramos a seção das proposições com indicações, moções, projetos de lei, ofício, projeto de resolução e requerimentos, além dos discursos em áudio. As mídias utilizadas possuem os áudios, fotos e vídeos com discursos, comentários semanais e entrevistas de rádio. Todavia este *website* possui a mesma estrutura do sítio do deputado Elmar Nascimento, apresentando os mesmos *links* de utilidade pública. O contato traz a opção para o usuário escolher se prefere publicar o contato ou sugestões na seção do *website* “Opinião do internauta”. O usuário poderá consultar outras edições do boletim do deputado, assim como cadastrar-se para recebê-lo. Disponibiliza serviços *on-line* como o resultado da Loteria da Caixa Econômica Federal e segunda via da conta da COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. Na lateral direita estão registrados os discursos do deputado categorizados pela data de submissão/ registro no *site*. Importante ressaltar que o referido *website* apresenta um fórum de discussão, denominado de “+ Participação”, expondo a seguinte pergunta: *Qual a sua opinião sobre a ponte para Itaparica? No momento existia apenas uma proposição registrada no fórum, a de João Ubaldo Ribeiro com a seguinte informação "Anteprojetos e desenhos da estrutura da Ponte Salvador-Itaparica, divulgados pela mídia baiana, apontam para uma agressão à paisagem da Baía de Todos-os-Santos, um patrimônio ambiental inalienável do povo baiano, talvez o último a salvo da sanha empresarial que avança sobre o meio ambiente de Salvador e do Estado.* Observe-se o espaço do internauta, ambiente que possibilita a postagem de mensagens ou demandas. O *website* explicitamente convida os cidadãos a participarem do processo político.

Gilberto Brito

Os discursos completos estão categorizados desde o ano 2007 até o período da pesquisa; disponibiliza também projeto de lei, indicações, requerimentos, moções e projetos de resoluções. Ressalta-se que todas essas categorias estão organizadas de acordo com o ano, estendendo para a seção “notícias”, contando com os áudios, fotos e vídeos. O registro do *blog* apresenta poesias e pensamentos do deputado. Disponibiliza uma seção “Agora é lei” com informações de utilidade pública, como a devolução da matrícula em universidades e instalação de cataventos em poços de baixa vazão. Uma seção prosaica é a “Coisas de Gilberto” com textos literários, vazão lírica da poesia, fotografias e artigos. Dar uma sensação de proximidade com o internauta.

Gildásio Penedo

No centro da página encontram-se as notícias de destaques com possibilidades dos usuários debaterem sobre as notícias veiculadas no *website*. Porém, no período da pesquisa nenhum internauta estava cadastrado para opinar sobre as notícias. Disponibiliza a TV Gildásio e Rádio Gildásio com matérias combativas à oposição. Biografia detalhada com a formação educacional, atividade profissional, mandato eletivo, filiação partidária, condecorações, dentre outras. Disponibiliza para *downloads* as proposições, moções e requerimentos, assim como os discursos para ouvir na própria página. Disponibiliza, também, uma seção destinada às mídias como áudios, fotos e vídeos e *links* com endereços de utilidade pública. Em ‘contato’, o internauta usuário é convidado a enviar uma mensagem com sugestões ou críticas para o deputado. Encontra-se um relatório das notas publicadas na rede social *twitter*, e redes sociais que o deputado participa (como *orkut*, *twitter* e *facebook*). Outro ponto interessante é a possibilidade de cadastro para receber, por *e-mail*, o boletim eletrônico. Há na lateral direita um convite, quase uma convocação, para os

usuários filiares-se no partido dos Democratas, contando também com enquetes “o que está achando do meu *site*?” com possibilidades de respostas “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” e péssimo (resultado parcial: bom). Possibilidade do internauta enviar opinião e registrá-la para todos verem. Importante ressaltar que, ao analisar algumas opiniões, houve uma crítica ao site feita por um usuário. Segue a transcrição

Deputado, gostei do site, mas gostaria de lembrá-lo que algumas sugestões não me foram respondidas no link da liderança da oposição. Tudo bem, espero que este seja realmente um canal direto com o mandato” e “Recebi vosso e-mail informando-me do novo site. Fiquei bastante impressionado. Excelente. Tem tudo o que eu imagino em um site. Está de parabéns você e a equipe que fez. Abraços” e “Felicitamos pelo site e, em nome dos blogueiros, parabenizamos por ter escolhido 3 sites para fazer parte de sua página

Há possibilidade também de cadastrar o celular para receber mensagens/torpedos SMS para os usuários ficarem informados acerca da atuação do deputado. Esta categoria ainda expressa uma mensagem “Autorizo o envio de torpedo (SMS) pelo deputado Gildásio Penedo Filho (DEM) para o meu número de celular descrito acima.” O *website* também registra um *blog*

<http://www.liderancadaoposicao.ba.gov.br/blog/gildasiopenedo>

Heraldo Rocha

Apresenta uma mensagem cumprimentando cidadãos

Costumo dizer aos meus amigos que o grande desafio do legislador estadual é buscar desenvolver ações de forma a beneficiar todas as camadas sociais, indistintamente. E essa determinação – especialmente quando estão em pauta as questões de interesse social – sempre esteve e estará presente no meu dia a dia legislativo.

No centro da página notícias relacionadas ao parlamentar, os vídeos e os discursos em áudio. Na lateral direita: comentário da semana, boletim informativo, com possibilidade de cadastro, as redes sociais, mensagens publicadas no *twitter*, cadastro para receber torpedos por celular e sugestões de sites e *blogs*. A parte superior da página contém uma biografia categorizada, disponibiliza artigos, proposições, discursos, galeria de fotos de acordo com a cobertura, os áudios dos discursos e entrevistas, *links* externos, contato. Existe uma enquete chamada de “Interatividade” com a seguinte pergunta: Você acredita que a principal causa da violência na Bahia (80% dos homicídios) é culpa do crack? Com possibilidades de resposta “sim” e “não”. Há uma seção denominada de “espaço do internauta” na qual usuários registram sugestões, críticas ou enviam mensagens de incentivo. Nesta seção apresenta várias mensagens congratulando o deputado pelas atividades desenvolvidas para a sociedade.

Isaac Cunha

Biografia completa, categorizadas por mandato, histórico e atuação. Com o *slogan* “O mandato de todos nós”, o sítio apresenta os campos de atuação do deputado com mobilizações e avaliações, como a campanha contra a dengue, direitos humanos e saúde (prevenção e combate ao crack). Apresenta notícias relacionadas ao parlamentar, possibilitando ao usuário rever as notícias mais antigas e categorizadas em saúde, social, educação, urbanização, partido, homenagens, outros assuntos e eleições. Há uma seção destinada às fotos, e elas estão categorizadas por cobertura. Na seção multimídia existem “mensagens”, “*downloads*” e “campanhas”. Encontramos os *links* com endereços de sites de governo, como o Governo Federal e Diário Oficial, e outras informações como Jequié Transparente e Correios. Na seção contato, encontra-se o formulário do fale conosco (Fale com Isaac) com a seguinte mensagem:

É uma grande satisfação para o Mandato de Todos Nós ouvir você. O espaço é democrático, aberto para todos os tipos de intervenção. Elogios, sugestões, críticas ou comentários serão todos bem-vindos. Queremos ouvir você, saber a necessidade da sua comunidade, da sua cidade. O Mandato, como o próprio nome já sugere, é de Todos Nós. Quando necessário, responderemos sua mensagem o mais breve possível. Obrigado pela participação.

Há a possibilidade de cadastro do na seção “Fiquem Informado”, assim como outras informações acerca das ações executadas pelo ‘Mandato de todos nós’. Existe também a possibilidade do usuário fazer o *download* da versão digital do jornal ‘O trouxe’, o jornal do mandato sobre as ações do deputado.

J. Carlos

Encontra-se uma biografia simplificada, o registro dos mandatos como político e as notícias relacionadas ao deputado com diversas informações. Registra-se uma agenda de atividades parlamentares, categorizadas por mês, data, dia e horário das atividades. Na parte inferior uma seção multimídia com fotos e vídeos do deputado, assim como projetos de autoria do político disponíveis para *download*, as seções com emendas, moções e indicações, além de registrar uma seção destinada ao Sindicato dos Rodoviários. Na seção ‘fale conosco’ apresenta um formulário para o usuário contatar o deputado. Registra-se o endereço completo do Gabinete e do Comitê. Na parte central apenas notícias relacionadas ao deputado. Site extremamente simples e com poucas possibilidades de participação.

João Carlos Bacelar

Apresenta uma biografia extremamente sucinta, as ações parlamentares para realizar o *download* dos documentos elaborados pelo deputado, uma videoteca com entrevistas, discursos e mensagens relacionadas às atividades do político, audioteca que apresentava na página principal o jingle “Vamos subir, esquadrão” – grito de guerra dos torcedores do Esporte Clube Bahia, com o áudio e a letra da música. Dentre outras músicas, encontra-se a paródia de uma banda de forró “Bahia está dodói, tira Wagner que passa”, e outras entrevistas com o deputado. Na mesma barra encontra-se a seção destinada a notícias com o político. O diferencial é apresentar a possibilidade de *tags*, ou seja, dicas de palavras-chave ou termos associados com uma informação. Na parte inferior uma parte destinada à Interação, com chances de enviar por *e-mail* (surge um formulário), comentário e compartilhamento pelo *twitter*. O *website* também solicita o cadastro de *e-mail*, porém não explica qual o motivo para fazer isto. Site simples constando apenas informações relativas ao deputado, porém o site destaca-se pela estruturação das redes sociais, está com uma boa apresentação.

José Nunes

Na parte central da página encontra-se a seção destaque, “Dia-a-dia na política” com artigos de diversos meios de comunicação baianos, como Jornal A Tarde, Globo News, Correio 24h, seguidas de discursos e vídeos relacionados ao deputado. Na lateral direita, a seção destinada a divulgar as obras e realizações do deputado, na qual o usuário poderá acessar os arquivos de fotografias, leis de autoria do deputado, convite para filiarem-se ao partido dos Democratas, boletins antigos, mensagens torpedos pelo celular SMS e “mural de recados”. Na parte superior encontra a biografia simples acompanhada do contato com o deputado, mensagem do deputado destinada ao internauta, com a seguinte mensagem:

Caro internauta, Antes de qualquer comentário, gostaria de agradecer a todos vocês que visitam a minha página, e realçar que tal atitude comprova que o cidadão brasileiro está cada vez mais presente no cenário político. É preciso salientar também, que essa presença colabora para tirar da teoria o tão necessário exercício da democracia. Afinal de contas, o principal objetivo do nosso site é utilizar essa preciosa ferramenta que (a internet) para tornar cada vez mais transparente a minha atuação na Assembléia Legislativa da Bahia, bem como as ações já concretizadas nos mais diversos

municípios de nosso Estado, ao longo de minha vida pública. Espero sinceramente corresponder as expectativas de todos vocês.

A mesma seção apresenta áudios, fotos e vídeos, pronunciamentos, sugestões de sites com indicações de serviços, proposições e a seção para contato. Na seção enquete a pergunta “o que está achando do meu site?” “ótimo, bom regular, ruim e péssimo”. Resultado parcial, com 7713 respostas “péssimo”. O site apresenta uma estrutura organizada, com informações importantes relativas ao deputado, compilando informações externas na tentativa de integrar ao máximo para o usuário.

Luiz de Deus

A parte central apresentava notícias de destaque, as últimas proposições, o mural do leitor, este com diversas solicitações pessoais e coletivas. Na parte superior da página apresenta uma biografia com dados pessoais, formação educacional do parlamentar, atividade profissional dentre outras. Apresentam transcritos os pronunciamentos, as proposições – estas categorizadas por ano de atuação. Quanto às mídias, apenas o áudio estava inativo. Apresenta os *links* padrão em relação a outros sites. A seção “Fale com Luiz de Deus” com um formulário e uma mensagem informando se o usuário gostaria de publicar a mensagem no mural do leitor. Apresenta, também, a possibilidade de indicar o *website* a um amigo, apresentando um formulário com nome, endereço eletrônico da pessoa que está indicando, nome do amigo e *e-mail* do amigo. Quanto às redes sociais, a *flickr* estava inativa. O *website* apresenta uma seção “Navegue pelo mapa com algumas ações do deputado”, ou seja, o usuário poderá navegar pelo mapa da Bahia e conhecer algumas realizações do deputado.

Marcelo Nilo

Na seção central encontram-se as últimas notícias, o “Mídiacenter Marcelo Nilo” com diversas participações do deputado nos meios de comunicação. Na parte superior encontram-se, além da biografia, notícias relativas ao deputado, as atividades do parlamentar (com possibilidades de acesso a outras atividades), galeria de foto e contato informando que aquele é mais um canal de comunicação direto com o deputado. Enquete: “o que você espera para a política baiana e brasileira em 2011?”. **“Espero que a presidente Dilma inicie o ano com boas atitudes”**; “Espero que o governador Wagner dê continuidade aos seus melhores projetos”; “Desejo os comandantes do Executivo e Legislativo se dediquem mais ao bem estar da população” e “Gostaria que o resultados das eleições tivesse sido diferente”. A enquete apresentava quatro respostas.

Neusa Cadore

Na parte central encontra-se a rádio ‘Mandato da Gente’, galeria de fotos e pronunciamentos. Lateral direita consta uma seção “Envie sua Proposição” “Faça sua sugestão de proposição para o mandato da gente”. Ao clicar, aparece a seguinte mensagem “Faça sua sugestão de proposição legislativa para o Mandato da Gente. Para que a nossa ação legislativa represente cada vez mais os diversos segmentos de apoiadores e apoiadoras que compõem a base do Mandato da Gente, criamos, este espaço aonde receberemos sugestões de possíveis proposições legislativas, que serão objeto de análise pela Assessoria Legislativa do mandato. Contamos com a contribuição de todos e todas, na certeza de que este novo mecanismo de comunicação qualificará a nossa ação parlamentar!” O *website* possibilita o cadastro do usuário, mas não explica o motivo. Na parte superior constam uma biografia completa, o mandato informando as áreas de atuação como Gênero (atualmente preside a Comissão de Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa da Bahia); Agricultura Familiar; Cooperativismo; Ampliação de abastecimento de Água; Juventude e Cultura. As proposições, pronunciamentos, notícias referentes à deputada, agenda de atividades categorizada por atividade e data; *downloads* com informativo, logomarca vetorizada da propaganda política da deputada e papel de parede, dentre outros. Apresenta *links* de Institutos, Organizações e ONG (Rádio Fala Mulher e

Casa de Cultura da Mulher Negra), Legislativo, Executivo e Judiciário, Movimentos Sociais e Sindicatos, Notícias (Observatório de Imprensa) e Partido dos Trabalhadores e ‘fale conosco’ pedindo para o usuário apresentar a sua mensagem, sugestões e proposta ao Mandato da Gente.

Pedro Alcântara

Na parte central encontra-se as notícias, a galeria de fotos e vídeos relativos aos deputados. O *website* é simplório e com diversas seções inativas. Na lateral esquerda apresentava uma enquete. Na parte superior, consta a biografia simples do parlamentar, notícias categorizadas – com possibilidades de filtros na recuperação da informação, o atuação parlamentar (que estava ‘fora do ar’ no momento da pesquisa), galeria de fotos, vídeos e áudios, realizações (esta seção estava inativa). Na seção ‘Expediente’ constam informações relativas à equipe que trabalha com o deputado; apresenta também uma seção ‘fale conosco’, com possibilidade de preencher o formulário ou enviar um *e-mail* independente. Apresenta um sistema de pesquisa completo, possibilitando a pesquisar por ‘palavras-chave’, ‘todos os termos’, ‘qualquer termo’, ‘a frase exata’. O retorno da pesquisa esta ordenada da seguinte forma: as informações recentes, mais popular, alfabética, Seção/Categoria e somente pesquisa (artigos, *weblinks*, contatos, categorias, seções, fontes de notícias).

Prof. Valdeci

No *menu* lateral esquerdo encontram-se os discursos transcritos do deputado, boletim informativo, fotos, vídeos e áudios, notícias (porém o campo estava vazio), cadastro para recebem boletins via *e-mail*, *RSS Feeds* relativos aos discursos do parlamentar, boletim informativo no formato PDF, fórum de discussão (estava inativo no período da pesquisa) e mapa do site. Encontra-se também um campo para a busca no site, enquete com possibilidade de comentário e página do usuário. A parte superior da página apresenta uma seção com a biografia simples do deputado, diversas fotos categorizadas, boletins disponíveis para *download* e as proposições, porém estas estavam ‘fora do ar’. O usuário poderia enviar matérias, mas exigia dos interessados o cadastro prévio. Além do formulário, pede que o usuário coloque um código de segurança que aparece na página.

Ronaldo Carletto

Na parte central constam as notícias e proposições do parlamentar. Lateral esquerda observa-se os *links* de jornais e *blogs*. A seção superior da página apresenta a Biografia, Galeria de Fotos, Eventos – categorizados por ano –, uma planilha para a agenda de atividades, uma seção para o “Saiba mais” informando as solicitações atendidas nos municípios baianos, história da ALBA, leis estaduais e federal, resoluções da Assembléia, proposições, notícias, multimídia com áudios de campanha, adesivos e *banner*, certidões como FGTS, certidão na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do tribunal de contas da união. Possibilita, assim, o envio de projetos com a seguinte informação “Agora você tem voz. Mande seus projetos para o deputado Ronaldo Carletto”. Apresentam também a equipe que trabalha com o deputado, a seção destinada ao canal de comunicação com político (‘Fale com o Deputado’) e a ‘Enquete’, com a possibilidade dos usuários elaborar enquetes diversas

Sandro Régis

Na parte central da página encontra-se o cotidiano político do deputado, com discursos em áudio e notícias diversas. O parlamentar disponibiliza mensagens no *website* advindas de eleitores ou admiradores, com palavras de incentivo e congratulações. Conta com a biografia do deputado, discursos em áudios, proposições, galeria de foto e uma seção

destinada ao “Fale com Sandro”. Lateral esquerda Rádio Sandro Régis, cadastro para receber o boletim, vídeos e convite para participar do *twitter*, enquete, *links* de jornais. Central: Destaque, dia-a-dia na política, discursos em áudio e notícias.

Waldenor Pereira

A sessão superior da página apresenta o seguinte texto:

“Uma das marcas principais de um mandato verdadeiramente popular é a transparência da sua atuação e a prestação de contas permanente dos seus atos. Perseguindo esse objetivo, estamos recorrendo a mais esse importante canal de comunicação, a “Internet”, por meio do qual a população poderá ter o livre acesso a informações, sobre a nossa atuação como Deputado Estadual. Projetos, Moções, Indicações, Requerimentos, Agenda, Artigos, Matérias Jornalísticas (Releases), Galeria de Fotos são ações relacionadas ao mandato que a população terá acesso ao visitar a nossa “home-page”. Visando uma maior interação da população com o mandato, o “site” oferece os recursos de apresentação de sugestões e a realização periódica de enquetes sobre os mais variados temas da política. Portanto, interaja com esse importante canal de comunicação e acompanhe passo a passo as ações do nosso mandato, que tem o compromisso de honrar a luta de tantos que tombaram na defesa intransigente de uma sociedade mais justa e igualitária e acreditaram, sempre, que uma nova Bahia é possível!”

O *website* do deputado evidenciou uma preocupação com aspectos relativos à interação e a participação política, resgatando discursos relativos à transparência e mandato popular. Na seção central da página encontram-se as notícias em destaque, últimas matérias, artigos diversos oriundos de outros políticos e um *clipping* denominado “A política nos Jornais”. Apresenta uma biografia simples, seleção de endereços que o parlamentar julga importante e o contato (endereço, telefones, *e-mails* e equipe) detalhado Gabinete em Salvador, Escritório Regional Vitória da Conquista e Assessoria Parlamentar Regional. O resultado da pesquisa retorna de maneira organizada (categorizada). Na lateral esquerda encontram-se as atuações do deputado com projetos, moções, indicações, discursos. Na seção Notícias registram-se o político na imprensa, a listagem dos boletins e as matérias, além de apresentação de diversos artigos que podem interessar o usuário; encontra-se também a galeria de fotos, multimídia e *webmail*, um link do IBGE cidades, e *links* de utilidade pública, como Diário Oficial da Bahia e IBGE. Na lateral direita *link* para registra-se a rádio do deputado, enquete, cadastro para receber o boletim, uma seção solicitando ao usuário registrar uma sugestão para o mandato do parlamentar.

Yulo Oiticica

Na parte central da página dispõe notícias diversas sobre o deputado. Na lateral direita existe um espaço destinado ao cadastro do usuário, convidando-o para participar do mandato do parlamentar – importante ressaltar o texto que solicita a indicação de outros indivíduos interessados. Possui uma galeria de fotos e enquete, com registro dos votos (em 19/10/2010 aconteceu o primeiro voto, e 17/01/2011 o último), possibilitando ao usuário selecionar enquetes antigas. Na parte superior encontra-se uma seção destinada à biografia do deputado relatando apenas a trajetória política, seção Mandato Popular especificando as funções do mandato, a missão³¹, eixos do mandato (participação popular, fortalecimento e crescimento do PT, fortalecimento e organização dos movimentos sociais) e linhas de ação. Possui uma seção destinada aos Direitos Humanos do Mandato Popular, o mandato popular categorizado por anos (1999-2010), atuação na igreja, artigos elaborados pelo político com temáticas variadas, como o crack e a miséria, Fale com Yulo e o expediente, registrando o chefe de gabinete, o atendimento, secretária e as assessorias.

³¹ “Fiscalizar as ações e a legalidade do poder público, elaborar leis e cobrar o seu cumprimento, mobilizar a sociedade para que se organize e ganhe força na conquista de seus direitos e intermediar o diálogo entre o poder público e a sociedade civil”.

Zé Neto

Na parte central da página principal encontra-se as notícias em destaque atualizadas, com informações de utilidade pública e vídeos relacionados ao deputado. Na lateral esquerda, observa-se *links* da Comissão de Constituição de Justiça, com as pautas da reunião disponíveis para impressão, Comissão de Meio Ambiente, espaço da cultura com possibilidade dos indivíduos interessados em participar da proposta de lei que estava em construção. Os *links* superiores apresentam informativos acerca dos municípios baianos, incluindo uma seção denominada “Conheça o Zé”, com informações simples relativas à biografia do político e uma seção informando as atividades parlamentares do deputado, como legislativas, ações judiciais e discursos. A seção “Artes do Zé” encontra-se *jingles*, poemas relacionados a datas festivas, vídeos e cartazes políticos; apresenta também contas detalhadas dos gastos, *links* de instituições Governo federal e estadual. Na lateral direita visualiza-se a “Rádio Zé”, a URL para o site da ALBA, as seleções públicas, os concursos e licitações, possibilitando a pesquisa nas categorias ‘mês’ e ‘ano’ e o acesso à agenda de compromissos. Na parte inferior estão registrados os endereços dos gabinetes do deputado nas cidades de Salvador e Feira de Santana.

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM REDE

Caro(a) Deputado(a),

Procurro identificar, a partir desta pesquisa de campo, alguns hábitos tecnológicos dos deputados da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia que possuem *websites*, assim como as habilidades quanto à utilização dos canais interativos disponíveis nestes *websites* (*chat*, fórum de discussão, ouvidoria, *e-mail*, outros). Importante ressaltar que as informações registradas neste instrumento serão utilizadas, exclusivamente, para a conclusão da pesquisa de mestrado que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – PPGCI/UFBA, orientada pelo Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. Asseguro, outrossim, o sigilo das informações obtidas no presente questionário.

Agradeço profundamente a vossa participação.

José Carlos Sales dos Santos
Mestrando em Ciência da Informação/UFBA

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM REDE

Caro(a) Deputado(a),

Procuo identificar, a partir deste questionário, alguns hábitos tecnológicos dos deputados da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia que possuem *websites*, assim como as habilidades quanto à utilização dos canais interativos disponíveis nestes *websites* (*chat*, fórum de discussão, ouvidoria, *e-mail*, outros). Importante ressaltar que as informações registradas neste instrumento serão utilizadas, exclusivamente, para a conclusão da pesquisa de mestrado que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – PPGCI/UFBA, orientada pelo Prof. Dr. Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. Asseguro, outrossim, o sigilo das informações obtidas no presente questionário.

Agradeço profundamente a vossa participação.

José Carlos Sales dos Santos

Mestrando em Ciência da Informação/UFBA

SOBRE A UTILIZAÇÃO DA INTERNET

Com que frequência o(a) senhor(a) acessa a internet? (escolha apenas uma alternativa):

- diariamente
- uma vez por semana
- duas a três vezes por semana
- uma vez por mês
- não acesso a internet porque (complete a resposta)

Local predominante de acesso à internet: (escolha apenas uma alternativa)

- Assembléia Legislativa da Bahia – ALBA
- casa
- centro de acesso privado (ex: lan house)
- centro público de acesso (ex: telecentro)
- outros. Especifique:
- não acesso a internet

Tempo dedicado ao acesso internet por semana: (escolha apenas uma alternativa)

- menos de 1 hora
- de 1 a 5 horas
- de 6 a 10 horas
- de 11 a 15 horas
- de 16 a 20 horas
- mais de 20 horas

Quanto às habilidades para responder as demandas dos cidadãos através dos canais interativos (e-mail, chats, fórum de discussão, telefone, atendimento on-line, outros) disponíveis no website do(a) senhor(a):

- possuo estas habilidades e acesso com frequência *chats*, fóruns de discussão e outros
- possuo estas habilidades, mas não acesso com frequência
- não possuo estas habilidades, por isso não acesso
- não possuo estas habilidades, e possivelmente não acessaria se as possuísse

A partir do trabalho realizado na Assembléia Legislativa, assinale a frequência das atividades realizadas pelo(a) senhor(a) durante a semana: (por favor responda a todas as questões, não deixando nenhuma em branco. Para cada alternativa, escolha apenas uma opção)

	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
a) enviar <i>e-mails</i> com respostas às demandas advindas dos cidadãos					
b) disparar <i>e-mails</i> , informes ou boletins eletrônicos					
c) atender a quaisquer demandas dos cidadãos a partir do telefone					
d) participar de salas de “bate-papo”, <i>chats</i> , como o Messenger (MSN)					
e) participar de listas de discussão ou fóruns					
f) administrar listas de discussão ou fóruns					
g) preencher e enviar formulários <i>on-line</i>					
h) participar de redes sociais, como <i>Twitter, Facebook, Orkut</i>					
i) adicionar vídeos, fotografias e áudios na internet (ex. <i>Youtube</i>)					
j) acessar informações em <i>sites</i> oficiais, como o Portal da Câmara dos Deputados, site do Governo da Bahia, outros					
k) atualizar o <i>website</i> com agenda de compromisso político ou informação de utilidade pública					
l) agendar audiência com os diversos setores da sociedade					
m) encontrar presencialmente os cidadãos através do agendamento prévio					

As demandas (sugestões/solicitações) encaminhadas por cidadãos, através do website do(a) senhor(a), são atendidas prioritariamente pelo(a): (escolha apenas uma alternativa)

- próprio deputado(a)
- assessor(a)
- profissional contratado especialmente para este serviço
- não são atendidas. Priorizam-se os encontros presenciais como audiências e comícios
- outros. Especifique

Para o(a) senhor(a), como a internet contribui no cotidiano dos governos e representantes políticos: (escolha uma alternativa que represente melhor a sua opinião)

- na prática política, através de discussões *on-line*, deliberação, outros
- para a interatividade entre os governos/representantes políticos e cidadãos
- acesso às informações públicas de qualidade
- ampliação de conhecimentos relativos aos direitos sociais, políticos, civis, outros
- participação política dos cidadãos em rede

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA (GERÊNCIA DO SITE DA ALBA)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA (ASSESSORIA) – A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO *WEBSITE* DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Profissão/Formação:

Cargo Ocupado (ALBA):

Tempo de Serviço:

1 Comente:

1.1 O responsável pelo financiamento do *website* da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA;

1.2 O responsável pelo planejamento, *design* e suporte técnico do *website* da ALBA;

2 Qual o propósito/objetivo do *website* da ALBA?

3 Como os responsáveis pela gerência do *website* da Assembléia (assessoria de comunicação?) estão distribuídos/organizados?

4 Como acontecem a definição de pauta e a publicação de conteúdos informacionais no *website*? A assessoria utiliza como parâmetro alguma política ou regulamento (procedimentos internos) para publicar estes conteúdos?

5 Como são atualizadas as páginas dos deputados disponibilizadas pelo *website* da ALBA? Os deputados enviam informações à assessoria ou esta desenvolve um trabalho de monitoramento?

6 A assessoria de comunicação oferece alguma orientação técnica, ou suporte tecnológico, para o desenvolvimento dos *websites* de deputados?

7 Como o *website* da ALBA contribui para a participação política dos cidadãos?

8 Comentários finais:

(contagem de acesso, período de maior interesse, solicitar alguma política ou regulamento)

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA (OUVIDORIA)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA (ASSESSORIA) – A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO *WEBSITE* DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Profissão/Formação:

Cargo Ocupado (ALBA):

Tempo de Serviço:

1 Quem é o responsável pela Ouvidoria da ALBA?

2 Como a equipe da Ouvidoria está estruturada?

3 Quais as questões/assuntos mais enviados pelo canal Ouvidoria?

3.1 O canal mais utilizado para enviar estas questões: *e-mail* ou telefone?

3.2 Como a Ouvidoria procede no atendimento destas questões/assuntos?

4 Como a Ouvidoria seleciona e encaminha aos deputados as sugestões/demandas dos cidadãos?

4.1 Comente os critérios para o aceite ou a recusa das sugestões/solicitações

4.2 Comente como os cidadãos são notificados quanto às sugestões/solicitações

5 Como a Ouvidoria contribui para a participação política dos cidadãos?

6 Comentários finais:

APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**FORMULÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS POSSIBILIDADES DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NOS WEBSITES DOS DEPUTADOS DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA**

IDENTIFICAÇÃO DO DEPUTADO

Nome do deputado:

Partido político:

REGISTRO DAS SOLICITAÇÕES

Envio da demanda (cidadão):

Resposta da demanda (deputado):

Tempo utilizado para a resposta:

Canal utilizado para agendar o encontro:

Responsável pela resposta:

	N*	B	A
--	----	---	---

CONSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS WEBSITES

1 - Biografia do deputado: 1 – biografia simples e sucinta; 2 – biografia completa, informando a trajetória política, atuação parlamentar, outros.

2 - Pesquisa de conteúdos do *website*: 1 – a pesquisa não retornou (erro); 2 – a pesquisa retornou com a informação solicitada;

3 - *Clipping* de informações publicadas nos meios de comunicação: 1 – conteúdos simples com notícias desatualizadas; 2 – conteúdos diversos e atualizado, com áudio, vídeos e fotografias.

4 - Arquivos com informações públicas para *downloads* (discursos, projetos, legislações): 1 – documentos desatualizados; 2 – documentos atualizados

5 - Registro de informações de utilidade pública (polícia, bombeiros): 1 – os endereços estavam desatualizados; 2 – os endereços estavam atualizados e categorizados.

COSECUÇÃO DE INFORMAÇÕES SOB DEMANDA

6 - Possibilidade de assinatura dos *newslatters* (boletim informativo): 1 – assinatura apenas de *newslatters* que abordam temas gerais; 2 – assinatura de *newslatters* com temas específicos.

7 - Disponibilidade da agenda de atividades do deputado: 1 – agenda desatualizada; 2 – agenda atualizada, incluindo as atividades sistematizadas e com riqueza de detalhes.

8 - Informações que descrevam o horário e o local para o encontro presencial (atendimento ao cidadão): 1 – informações insuficientes, não contribuem efetivamente para o agendamento deste encontro; 2 – informações completas com orientações para agendar o atendimento;

9 - Contato direto com o deputado ou assessoria para registrar as demandas: 1 – apenas possibilidade de contato *offline* ou *on-line*; 2 – possibilidades de contatos *on-line* e *offline*;

10 - Informações com orientações ou incentivos à participação política do cidadão: 1 – informações incipientes (insuficientes) quanto à orientação; 2- informações com orientações satisfatórias, incentivando o

cidadão à participação;

POSSIBILIDADES DE COMUNICAÇÃO ENTRE CIDADÃO E DEPUTADO

11 - Existência de informação relativa ao prazo de atendimento das demandas: 1 – superaram o prazo informado no *website* (não houve atendimento); 2 – atenderam à demanda no prazo informado (houve atendimento);

12 - Resposta à demanda encaminhada: 1 – resposta automática (*spam*); 2 – resposta específica à demanda, convidando o cidadão para um encontro presencial;

13 – Oportunidades de encontros presenciais: 1 – apenas os cidadãos registrados previamente no *website* podem solicitar um encontro com o deputado; 2 – o *website* convida os cidadãos sem o registro prévio.

14 - Possibilidade de registrar mensagens no website: 1 – o *website* permite o registro de mensagens, porém não permite a réplica ou tréplica dessas mensagens por outros cidadãos; 2 – o *website* permite o registro de mensagens e permite a réplica ou tréplica advindas de outros cidadãos;

15 - Disponibilidade de fóruns públicos: 1 – fóruns inativos ou sem possibilidades do cidadão sugerir temas ou outros fóruns; 2 – fóruns ativos e com possibilidades do cidadão sugerir novos temas;

CANAIS DE COMUNICAÇÃO ADICIONAIS E ACCOUNTABILITY

16 - Disponibilidade de formulários eletrônicos dirigidos à expressão dos cidadãos: 1 – as opiniões não são publicadas no *website*; 2 – as opiniões são publicadas no *website*, caso o cidadão permita

17 - Canais interativos que contribuam para a multiplicidade de acesso (SMS, quiosques ou computadores de acesso público e irrestrito) para ampliar a margem da participação política: 1 – os canais eletrônicos não funcionam (inativos); 2 – os canais eletrônicos funcionam;

18 - Redes sociais como canais de comunicação com os cidadãos: 1 – as redes sociais disponíveis estavam inativas; 2 – as redes sociais estão ativas, e os deputados acessam com regularidade.

19 - Pesquisa de opinião pública ou enquetes: 1 – questões fechadas (repostas pré-definidas); 2 – questões semi-estruturadas (repostas fechadas e abertas) possibilitando aos cidadãos responder com especificidade.

20 - Disponibilidade de contas dos gastos da verba pública (*accountability*): 1 – informações simples, sem detalhamentos das contas; 2 – informações detalhadas das contas, com indicação do responsável dos atos administrativos

APÊNDICE G – LEVANTAMENTO DOS WEBSITES DOS DEPUTADOS

UNIVERSIDADE FEREDAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LEVANTAMENTO DOS WEBSITES DOS DEPUTADOS DO ESTADO DA BAHIA – NOVEMBRO 2010

DEPUTADO	WEBSITE	E-MAIL	REELEITOS	TWITTER	
				Sim	Não
1 Álvaro Gomes	http://www.portaldoalvaro.com	alvarogomes@alba.ba.gov.br	•	•	
2 Ângelo Coronel	http://www.angelocoronel.com.br	acoronel@alba.ba.gov.br	•	•	
3 Antônia Pedrosa	http://www.antoniapedrosa.com/	apedrosa@alba.ba.gov.br			•
4 Arthur Maia	http://www.arthuroliveiramaia.com.br/	arthurmaia@alba.ba.gov.br		•	
5 Bira Coroa	http://www.biracoroa.org	biracoroa@alba.ba.gov.br	•	•	
6 Capitão Tadeu	http://www.capitaotadeu.com.br	capitaotadeu@alba.ba.gov.br		•	
7 Edson Pimenta	http://www.edsonpimenta.com.br/	epimenta@alba.ba.gov.br			•
8 Eliedson Ferreira	http://www.eliedsonferreira.com.br/	eliferreira@alba.ba.gov.br			•
9 Elmar Nascimento	http://www.elmarnascimento.com.br	elmar@alba.ba.gov.br	•		•
10 Fábio Santana	http://www.deputadocapitaofabio.blogspot.com (blog)	fabiosantana@alba.ba.gov.br			•
11 Fátima Nunes	http://www.fatimanunes.com.br/	fatimanunes@alba.ba.gov.br	•		•
12 Gaban	http://www.deputadogaban.com.br	cgaban@alba.ba.gov.br		•	
13 Gilberto Brito	http://www.gilbertobrito.com.br/	gbrito@alba.ba.gov.br			•
14 Gildásio Penedo	http://www.gildasiopenedo.com.br	gpenedo@alba.ba.gov.br	•	•	
15 Heraldo Rocha	http://www.heraldorocha.com.br/	heraldo@alba.ba.gov.br		•	
16 Isaac Cunha ³²	http://www.isaaccunha.com.br/	isaaccunha@alba.ba.gov.br			•
17 J. Carlos	http://www.deputadojcarlos.com.br	jcarlos@alba.ba.gov.br	•	•	
18 Javier Alfaya	http://www.javier.com.br/	deputadojavier@alba.ba.gov.br		•	
19 João Bonfim	http://www.deputadojoaobonfim.blogspot.com (blog)	jbonfim@alba.ba.gov.br	•	•	
20 João Carlos Bacelar	http://www.joaocarlosbacelar.com.br/	bacelar@alba.ba.gov.br	•	•	
21 Joélcio Martins	http://www.joelciomartins.com/	joelciomartins@alba.ba.gov.br			•
22 José das Virgens	http://www.zedasvirgens.com.br/	valmirassuncao@alba.ba.gov.br			•
23 José Nunes	http://www.josenunes.com.br	jnunes@alba.ba.gov.br		•	

³² Assumiu o mandato de dep. estadual em dez. 2007 na vaga do dep. Valmir Assunção, efetivou-se em dez.2008 na vaga do dep. José das Virgens.

24 Júnior Magalhães	http://www.juniormagalhaes.com.br/	jmagalhaes@alba.ba.gov.br		•	
25 Luiz Augusto	http://www.deputadoluizaugusto.com.br	laugusto@alba.ba.gov.br	•		•
26 Luiz de Deus	http://www.luizdedeus.com.br/	ldeus@alba.ba.gov.br		•	
27 Marcelo Nilo	http://www.deputadomarcelonilo.com.br	mnilo@alba.ba.gov.br	•	•	
28 Maria Luiza Láudano	http://www.deputadamarialuizalaudano.blogspot.com (blog)	mllaudano@alba.ba.gov.br	•		•
29 Marizete Pereira	http://www.marizetepereira.com.br	marizetepereira@alba.ba.gov.br			•
30 Misael Neto	http://www.misaelneto.com.br	misaelneto@alba.ba.gov.br		•	
31 Neusa Cadore	http://www.neusacadore.com.br/scripts/conhecaNeusa.php	neusacadore@alba.ba.gov.br	•	•	
32 Paulo Azi	http://liderancadaoposicao.ba.gov.br/blog/pauloazi (blog)	pazi@alba.ba.gov.br	•		•
33 Pedro Alcântara ³³	http://www.deputadopedroalcantara.com.br	pedroalcantara@alba.ba.gov.br		•	
34 Prof. Valdeci ³⁴	http://www.professorvaldeci.com.br	valmirassuncao@alba.ba.gov.br			•
35 Rogério Andrade	http://www.rogerioandrade.com.br/	randrade@alba.ba.gov.br	•		•
36 Ronaldo Carletto	http://www.ronaldocarletto.com/	rcarletto@alba.ba.gov.br	•		•
37 Sandro Régis	http://www.sandroregis.com.br	sregis@alba.ba.gov.br	•		•
38 Tarcízio Pimenta ³⁵	http://www.tarciziopimenta.com.br	e-mail não registrado			•
39 Virgínia Hagge	http://www.virginiahagge.com.br	virginiahagge@alba.ba.gov.br			•
40 Waldenor Pereira	http://www.waldenor.com.br	waldenor@alba.ba.gov.br			•
41 Yulo Oiticica ³⁶	http://www.yulo.com.br/	ypereira@alba.ba.gov.br	•	•	
42 Zé Neto	http://www.zeneto.com.br/	zeneto@alba.ba.gov.br	•		•

Levantamento dos dados realizados em 09/11/2010

42 *websites* dos deputados da ALBA

25 *websites* em funcionamento

4 *blogs*

17 *websites* sem funcionamento na semana da pesquisa (10/01/2011 – 20/01/2011)

³³ Assumiu o mandato de dep. estadual de 07/07/2008 a 06/10/2008, em substituição ao dep. Tarcízio Pimenta. Assumiu o mandato a partir de 14/11/2008 em substituição ao dep. Roberto Muniz. Efetivou-se em 29/12/2008, com a renúncia do deputado Tarcízio Pimenta.

³⁴ Assumiu o mandato de dep. estadual de 24/12/2009 a 30/03/2010, na vaga do dep. Valmir Assunção.

³⁵ Licenciou-se de 01/07/2008 a 6/10/2008, para interesses particulares. Renunciou em 29/12/2008 para assumir o cargo de prefeito de Feira de Santana.

³⁶ Assumiu o mandato de dep. estadual em fev.2007, em substituição ao dep. Valmir Assunção. Efetivou-se em 13/12/2007, com a renúncia do deputado Zilton Rocha.

APÊNDICE H – TWITTER DOS DEPUTADOS

UNIVERSIDADE FEREDAL DA BAHIA
 INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
 MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TWITTER DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA – ALBA 16ª LEGISLATURA (2007-2011) – PERÍODO BASE: 01 JULHO 2010 A 03 OUTUBRO 2010

DEPUTADO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	SEGUIDORES						
		JUL.	AGO.	SET.	OUT.			
Álvaro Gomes	http://www.twitter.com/alvarogomesdep	96	125	+29	158	+33	162	+4
Ângelo Coronel	http://www.twitter.com/angelocoronel	10	43	+33	70	+27	69	-1
Arthur Maia	http://www.twitter.com/departhurmaia	1014	1129	+115	1778	+649	1187	-591
Bira Coroa	http://www.twitter.com/biracoroa	104	148	+42	190	+42	197	+7
Elmar Nascimento	http://www.twitter.com/elmarnascimento	228	275	+47	340	+65	345	+5
Gaban	http://www.twitter.com/deputadogaban	872	972	+100	1000	+28	1000	Igual
Gildásio Penedo Filho	http://www.twitter.com/gildasiopenedo	452	502	+50	535	+33	543	+8
Heraldo Rocha	http://www.twitter.com/depheraldorocha	779	1102	+323	1138	+36	1141	+3
J. Carlos	http://www.twitter.com/deputadojcarlos	89	100	+11	107	+7	108	+1
Javier Alfaya	http://www.twitter.com/jalfaya	132	290	+158	392	+102	404	+12
João Bonfim	http://www.twitter.com/depjoaobonfim	29	44	+15	46	+2	45	-1
José Nunes	http://www.twitter.com/depjosenunes	63	3	- 60	120	+60/57	126	+6
Júnior Magalhães	http://www.twitter.com/juniormagalhaes	351	400	+49	422	+22	430	+8
Leur Lomanto Júnior	http://www.twitter.com/Leurlomantojr	260	367	+107	428	+61	337	+91
Luiz de Deus	http://www.twitter.com/depluizdedeus	355	478	+123	556	+78	661	+105
Marcelo Nilo	http://www.twitter.com/depmarcelonilo	162	239	+77	294	+55	295	+1
Misael Neto	https://twitter.com/misael_net	357	442	+85	502	+60	510	+8
Neusa Cadore	http://www.twitter.com/neusacadore	143	30	- 113	617	+504/474	666	+47
Pedro Alcântara	http://www.twitter.com/pedroalcantara	257	312	+55	343	+31	347	+4
Yulo Oiticica	http://www.twitter.com/yulo_oiticica	327	588	+261	774	+186	789	+15

Datas das pesquisas: julho (01); agosto (14); setembro (22); outubro (03)

Quadro de acompanhamento de possíveis alterações no *twitter*

DEPUTADO	RESPOSTAS	OBSERVAÇÕES
Gaban	Prezado José Carlos: Obrigado pelo contato. E sobre a mudança do endereço no <i>twitter</i> é por conta do pleito eleitoral, pois o intuito é divulgar o meu número como candidato à deputado estadual. Na oportunidade, coloco-me à inteira disposição, apresentando-lhe meus votos de estima e consideração.	Enviado: 14 ago./ Recebido: 25 ago. Mudança de endereço para: < https://twitter.com/gaban25101 >
José Nunes	Recebi um spam no mesmo dia, informando que entraria em contato em breve.	<i>E-mail</i> retornou (inativo) em 14/08/2010. Mudança no número de seguidores. Mudança de endereço: http://twitter.com/josenunes2577
Luiz de Deus		Mudança de endereço para < http://twitter.com/luizdedeus2555 >
Neusa Cadore		<i>E-mail</i> retornou (inativo) em 14/08/2010. Mudança no número de seguidores. Novo endereço: http://twitter.com/neusa13690
Yulo Oiticica		Mudança de endereço para: < http://twitter.com/yulo13234 >

DEPUTADO	MENSAGEM DA CAMPANHA
Álvaro Gomes	4/10 – A noite de ontem foi de grandes emoções a disputa no nosso partido foi muito acirrada mas vencemos. Parabênzinhos nossos colegas de bancada
Ângelo Coronel	Nenhuma mensagem pós-eleições
Arthur Maia	5/10 – Agradeço a Bahia e aos baianos pela extraordinária vitória que me concederam no dia 3 de outubro.
Bira Coroa	1/10 – O nosso portal de campanha não funcionará a partir de amanhã, mas na segunda, vocês podem acompanhar o site de mandato - www.biracoroa.org .
Elmar Nascimento	Nenhuma mensagem pós-eleições
Gaban	Protegeu seu <i>twitter</i> para as postagens
Gildásio Penedo	Nenhuma mensagem pós-eleições
Heraldo Rocha	Nenhuma mensagem pós-eleições
J. Carlos	Nenhuma mensagem pós-eleições

Javier Alfaya	5/10 – Passou o furacão. Agora é garantir o projeto de Brasil justo que se desenha, é eleger Dilma. Obrigado a quem se empenhou na campanha.
João Bonfim	Nenhuma mensagem pós-eleições. Última postagem 5 de setembro de 2010.
José Nunes	Protegeu seu <i>twitter</i> para as postagens
Júnior Magalhães	Nenhuma mensagem pós-eleições. Última postagem 14 de agosto de 2010.
Leur Lomanto Júnior	4/10 – Estou muito feliz! Neste momento agradeço a Deus e a todos que contribuíram para minha vitória. 5/10 – Agradeço a todos pelo apoio e dedicação durante a campanha. . Peço que continue nos dando força no próximo mandato. A vitória é nossa.
Luiz de Deus	<i>Twitter</i> acima da capacidade
Marcelo Nilo	Nenhuma mensagem pós-eleições
Misael Neto	Nenhuma mensagem pós-eleições
Neusa Cadore	Nenhuma mensagem pós-eleições
Pedro Alcântara	Nenhuma mensagem pós-eleições
Yulo Oiticica	Nenhuma mensagem pós-eleições

APÊNDICE I – RESUMO DAS RESPOSTAS CATEGORIZADAS POR *WEBSITE* ANALISADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

BLOCOS DE RESPOSTAS 1 E 2

	Item 1			Item 2			Item 3			Item 4			Item 5			Item 6			Item 7			Item 8			Item 9			Item 10				
	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B
Ângelo			•	•			•			•			•			•			•			•			•	•						
Arthur		•				•			•	•			•			•			•			•					•		•			
Bira			•	•					•			•			•			•			•			•			•		•			
Capitão			•	•					•			•			•			•			•			•			•		•			
Edson		•				•		•			•		•		•			•			•			•		•		•				
Eliedson		•		•			•				•			•	•			•		•			•			•	•					
Elmar		•				•			•			•			•			•			•			•		•		•				
Gaban			•			•			•			•			•			•			•			•		•			•			
Gilberto			•			•		•			•			•			•			•			•			•	•					
Gildásio			•			•	•				•			•			•			•			•		•		•		•			
Heraldo			•			•	•				•			•			•			•			•		•		•		•			
Issac			•			•	•				•		•			•			•			•		•		•		•				
J. Carlos		•			•		•			•			•			•			•		•			•		•		•				
João		•				•	•				•	•			•			•			•			•		•	•					
José		•				•			•			•			•		•			•			•		•		•		•			
Luiz			•	•			•				•	•			•			•			•			•		•	•					
Marcelo			•	•			•				•	•			•			•			•			•		•	•					
Neusa			•	•					•			•			•			•			•			•		•		•				
Pedro		•				•	•			•		•			•			•			•			•		•		•				
Valdeci		•				•	•				•	•			•			•		•			•		•		•		•			
Ronaldo			•	•			•				•			•	•			•			•			•		•		•				
Sandro		•				•			•	•				•			•			•			•		•		•	•				
Waldenor		•				•			•			•			•			•			•			•		•		•		•		
Yulo		•				•	•				•		•			•			•			•		•		•		•				
Zé Neto		•		•			•				•			•			•			•			•		•		•		•			

BLOCOS DE RESPOSTAS 3 E 4

	Item 11			Item 12			Item 13			Item 14			Item 15			Item 16			Item 17			Item 18			Item 19			Item 20		
	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A	N	B	A
Ângelo	•			•					•		•		•			•			•					•	•			•		
Arthur	•			•					•	•			•			•			•					•		•		•		
Bira	•					•			•	•			•			•			•					•		•				•
Capitão	•			•					•				•			•			•					•				•		
Edson	•			•					•	•			•				•				•				•			•		
Eliedson	•			•					•	•			•			•			•			•				•		•		
Elmar	•				•				•		•		•				•			•				•		•		•		
Gaban	•			•					•				•			•			•					•		•		•		
Gilberto	•			•					•	•			•			•			•			•			•			•		
Gildásio	•			•					•			•				•			•				•		•		•			
Heraldo	•			•					•		•		•			•			•				•		•		•			
Issac	•			•					•	•			•			•			•				•		•		•			
J. Carlos	•			•					•	•			•			•			•			•			•		•			
João	•			•					•	•			•			•			•				•		•		•			
José	•				•				•		•		•				•			•				•		•		•		
Luiz	•			•					•		•		•				•		•		•			•		•		•		
Marcelo	•			•					•	•			•			•			•				•		•		•			
Neusa	•					•			•	•			•			•			•			•			•		•			
Pedro	•			•					•	•			•			•			•				•		•		•			
Valdeci	•			•				•		•			•			•			•			•				•		•		
Ronaldo	•			•					•	•			•			•			•			•			•		•			
Sandro	•				•				•	•			•			•			•			•			•		•			
Waldenor	•			•					•		•		•			•			•				•		•		•			
Yulo	•			•					•	•			•			•			•			•			•		•			
Zé Neto	•					•			•	•			•			•			•				•		•					•